

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA

SUZANE RAQUEL GUERRA SANTOS

A APATIA SOCIETAL E O DESENVOLVIMENTO DOS
MUNICÍPIOS PARANAENSES: EXTERNALIDADES,
CORRELAÇÕES E POSSÍVEIS IMPACTOS

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2018

SUZANE RAQUEL GUERRA SANTOS

**A APATIA SOCIETAL E O DESENVOLVIMENTO
DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES: EXTERNALIDADES,
CORRELAÇÕES E POSSÍVEIS IMPACTOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Governança Pública, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Planejamento Público e Desenvolvimento. Linha de Pesquisa: Governança Pública e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira

CURITIBA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S237a Santos, Suzane Raquel Guerra

A apatia societal e o desenvolvimento dos municípios paranaenses : externalidades, correlações e possíveis impactos / Suzane Raquel Guerra Santos.-- 2018.
124 f.: il.

Disponível via World Wide Web.

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública. Área de Concentração: Planejamento Público e Desenvolvimento, Curitiba, 2018.
Bibliografia: f. 96-101.

1. Administração pública - Dissertações. 2. Administração pública - Paraná - Participação do cidadão. 3. Processo decisório - Participação do cidadão. 4. Eleições municipais - Paraná. 5. Participação política. 6. Democratização - Índices. 7. Apatia - Aspectos sociais. 8. Externalidades (Economia). 9. Desenvolvimento local. 10. Planejamento regional. I. Oliveira, Antonio Gonçalves de, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. III. Título.

CDD: Ed. 23 – 351

TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO N° 83

A Dissertação de Mestrado intitulada **A APATIA SOCIETAL E O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES: EXTERNALIDADES, CORRELAÇÕES E POSSÍVEIS IMPACTOS** defendida em sessão pública pelo (a) mestrando(a) **Suzane Raquel Guerra Santos**, no dia 14 de dezembro de 2018, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Governança Pública, área de concentração Planejamento Público e Desenvolvimento, e aprovada em sua forma final, pelo **Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública**.

BANCA EXAMINADORA:

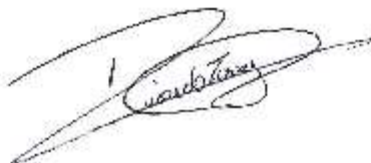
Prof. Dr. Antonio Gonçalves de Oliveira – UTFPR (Presidente)

Prof. Dr. Anderson Catapan – UTFPR

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira - UNILA

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.

Curitiba, 14 de dezembro de 2018



Carimbo e Assinatura do(a) Coordenador(a) do Programa

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela minha existência e por me conceder forças e sabedoria para alcançar meus objetivos e a realização de um sonho que é a conclusão deste curso.

À minha família, especialmente meu marido Alexandro, meus pais Nilton e Elizabeth e ao irmão Vinicius, pelo apoio, incentivo, presença constante em minha vida, por entender os meus momentos de fraqueza e por não me deixar desistir. E aos demais familiares que compreenderam as ausências em encontros e reconheceram a importância da causa.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública na Universidade Tecnológica Federal do Paraná e, em particular, aos docentes da banca de qualificação e defesa: professor Dr. Anderson Catapan e Dr. Gilson Batista de Oliveira, pelos ensinamentos e paciência. Especialmente, ao professor Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira por acreditar no meu potencial, oferecer-me esta oportunidade, contribuir para minha evolução acadêmica e pelo convite ao Congresso em Cuba, onde vivenciei uma experiência única.

Agradeço, por fim, aos meus amigos, colegas de curso e colegas de trabalho pelo apoio, por me ouvirem, entenderem as ausências e falta de foco em certos momentos.

MUITO OBRIGADA A TODOS VOCÊS!

RESUMO

SANTOS, Suzane Raquel Guerra. **A apatia societal e o desenvolvimento dos municípios paranaenses**: externalidades, correlações e possíveis impactos. 124f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGGP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, 2018.

A participação societal é um processo participativo, no qual os cidadãos participam ativamente das tomadas de decisões da administração pública. Por ser um processo utópico, vive-se de fato a apatia societal, que é o não interesse da sociedade na participação, gerando o sentimento de que nada pode ser feito para mudança e melhoria do sistema político. Assim, os governantes se sentem confortáveis em agir, devido a não supervisão e cobrança da sociedade perante as decisões tomadas. Dessa forma, tem-se como pressuposição do estudo que a apatia societal traz externalidades negativas ao desenvolvimento local e regional, estabelecendo como pressupostos que a participação societal medida pelo índice de participação nas eleições municipais (partID), enquanto insumo do Índice de Democratização (ID) é diretamente proporcional ao IPDM (Índice Iparades de Desempenho Municipal) e que os municípios com menor índice de democratização (ID) possuem maior apatia societal e, por conseguinte, menor desenvolvimento (IPDM) comparado. Com isso, o objetivo central da pesquisa é analisar as relações entre a apatia societal, medida pelo índice de democratização (ID) e seus componentes (participação e competição), e o desenvolvimento local. Como objetivos específicos pode-se destacar: i) calcular o Índice de Democratização (ID) e seus componentes (participação e competição), para os municípios paranaenses; ii) estudar possíveis correlações entre o índice de participação, enquanto componente do Índice de Democratização (ID), bem como do próprio ID com o Índice de Desenvolvimento dos municípios paranaenses, medido pelo IPDM; e iii) identificar possíveis externalidades decorrentes da relação entre os Índices de Participação e de Democratização e o IPDM nos municípios paranaenses. Com isso, pretende-se constituir um estudo relevante que trabalhe com variáveis atuais e relacione temas importantes para solução de problemas da sociedade local e regional. Para tanto, busca-se responder a seguinte questão: quais os principais possíveis impactos gerados pela apatia societal e suas externalidades no desenvolvimento dos municípios paranaenses, considerando o Índice de Democratização Eleitoral dos respectivos municípios? Metodologicamente, o estudo fundamenta-se na pesquisa de natureza aplicada, com abordagem quantitativa, sendo, exploratória e descritiva quanto aos objetivos fins. Além disso, a pesquisa se caracteriza como uma análise *ex-post facto* e, quanto ao procedimento, de cunho bibliográfico e documental. Como resultado foi possível identificar que, os índices estudados: Índice de Participação Eleitoral (ID); o subíndice participação do ID (partID) e o Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) demonstraram um coeficiente muito baixo de correlação, denotando-se assim pela inexistência de (co)relação estatística entre os dados observados. Conclui-se, portanto, que a apatia societal não interfere no desenvolvimento local e regional dos municípios paranaenses.

Palavras-chave: Administração Pública. Apatia Societal. Desenvolvimento Local e Regional. Externalidades.

ABSTRACT

SANTOS, Suzane Raquel Guerra Santos. **The societal apathy and the development of the Paraná municipalities:** externalities, correlations and possible impacts. 124f. Dissertation (Master in Planning and Public Governance) – Postgraduate Program in Planning and Public Governance (PPGGP), Federal Technological University of Paraná (UTFPR), Curitiba, 2018.

The societal participation is a participative process in which the citizens participate actively in the decision-taking of the public administration. Because it is an utopic process, in fact people have been living the societal apathy, which is the lack of the society interest in the participation, thus, arising the feeling that nothing can be done to change and improvement of the political system, allowing the authorities to feel comfortable to act the way they want, due the lack of the society supervision before the decisions made. Therefore, the study assumes that the societal apathy brings negative externalities to the local and regional development, it establishes as suppositions that the societal participation mediated by the municipal election participation index (partDI), as input of the Democratization Index (DI) is directly proportional to the Municipal Output IPARDES Index (MOII) and the municipalities with a lower DI have a higher societal apathy, consequently, a lower development (MOII). Hence, the main goal of the research is to analyze the relations among the societal apathy, measured by the DI and its components: participation and competition, with the local development. The specific goals are: to calculate the DI and its components (inputs): participation and competition of the Paraná municipalities; to study the possible correlations among the participation index as a DI component, as well as the DI correlation itself between the development index of the Paraná municipalities, measured by the MOII; to identify possible externalities resulting from the relation among the participation and democratization indexes and the Paraná municipalities MOII. Consequently, we intend to build a relevant study, working with current variables and connecting important themes in order to solve local and regional society problems. For this purpose, we seek to answer: which are the main possible impacts caused by the societal apathy and their externalities on the development of the Paraná municipalities, considering the electoral democratization index of the respective municipalities? Methodologically, the study is based on applied research, with quantitative approach; in terms of the purpose, it is exploratory and described, ex-post facto analyzed, and with procedures of bibliographic and documental nature. As results, it was possible to identify, by using correlational analysis among the indexes observed: electoral participation (DI) and the sub-index participation (partDI) with the MOII, as explanatory variables, a very low correlation coefficient, denoting the inexistence of a statistical correlation among the observed data. In conclusion, the societal apathy do not interfere in the local and regional development of the Paraná municipalities.

Keywords: Public Administration. Societal Apathy. Local and Regional Development. Externalities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - COMO LER O IDHM	53
FIGURA 2- AS TRÊS VARIÁVEIS DO IDHM.....	54
FIGURA 3 - COMO LER O IPDM	56
FIGURA 4 - RESUMO DO ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS PROPOSTOS.....	74
FIGURA 5 - DIAGRAMAS DE DISPERSÃO QUE SUGEREM UMA CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS.	77
FIGURA 6 - ESQUEMA EMPREGADO PARA O TRATAMENTO DE DADOS E CONCLUSÕES.....	79
FIGURA 7 - HISTOGRAMA PARA O ID DE CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DO PARANÁ.....	83
FIGURA 8 - HISTOGRAMA PARA O IPDM DE CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DO PARANÁ.....	85
FIGURA 9 - DIAGRAMA DE CAIXA PARA OS ÍNDICES ANALISADOS NA PESQUISA.....	89
GRÁFICO 1 - CORRELAÇÃO ENTRE ID E IPDM	87
GRÁFICO 2 - CORRELAÇÃO ENTRE PARTID E IPDM	88
MAPA 1 - ÍNDICE partID	81
MAPA 2 - ÍNDICE compID.....	82
MAPA 3 - ÍNDICE ID	83
MAPA 4 - ÍNDICE IPDM.....	84
MAPA 5 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES.....	85
QUADRO 1 - MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUAS CARACTERÍSTICAS	43
QUADRO 2 - REVISÃO DOS ÍNDICES TRABALHADOS NA PESQUISA.....	65
QUADRO 3 - BASE DE ESTUDOS SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOCIETAL	67
QUADRO 4 - BASE DE ARTIGOS SOBRE DEMOCRATIZAÇÃO	68
QUADRO 5 - BASE DE ARTIGOS SOBRE EXTERNALIDADES.....	70
QUADRO 6 - TAXINOMIA DA PESQUISA.	72

LISTA DE SIGLAS

FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ID	Índice de Democratização Eleitoral
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice IparDES de Desempenho Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NPM	<i>New Public Management</i>
OSCIPS	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PGP	Planejamento e Governança Pública
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGPGP	Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública
PPP	Parceria Público-Privada
RAIS-MTE	Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
VBP	Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 ELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	13
1.1.1 Pressupostos.....	14
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA, E ADERÊNCIA AO ESCOPO DO PROGRAMA.....	15
1.3.1 Contribuições da Pesquisa	17
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 TEORIA CENTRAL: DAS EXTERNALIDADES	19
2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DA PATRIMONIAL À SOCIETAL.....	25
2.2.1 Administração Patrimonialista.....	26
2.2.2 Administração Burocrática.....	28
2.2.3 Administração Gerencial.....	32
2.2.4 Administração Societal	36
2.2.4.1 E a Apatia Societal, o que é?.....	41
2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.....	44
2.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM).....	52
2.4.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....	52
2.4.2 O Índice IparDES de Desempenho Municipal (IPDM).....	56
2.4.2.1 Renda (Emprego e Agropecuária)	57
2.4.2.2 Educação	58
2.4.2.3 Saúde.....	59
2.5 ÍNDICE DE DEMOCRATIZAÇÃO ELEITORAL (ID)	60
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	66
3.1 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	66

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	70
3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA	72
3.4 POPULAÇÃO E COLETA DE DADOS	75
3.5 TRATAMENTO E EXPOSIÇÃO DOS DADOS	76
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	80
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	91
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE A - TABELA COM OS CÁLCULOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES.....	102
APÊNDICE B - SCRIPT DA ESTRUTURA FINAL DO TRATAMENTO DOS DADOS EFETUADO NO PROGRAMA R CORE.....	114
APÊNDICE C - SCRIPT DA DIFERENÇA ENTRE ELEIÇÕES SUPLEMENTARES E ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARA SETE MUNICÍPIOS NO PROGRAMA R CORE.....	119
APÊNDICE D - SCRIPT DO CÁLCULO DE CORRELAÇÃO ENTRE O ID E O IPDM	121
APÊNDICE E - SCRIPT DO CÁLCULO DE CORRELAÇÃO ENTRE O PARTID E O IPDM.....	123

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho avalia a relação entre os temas apatia societal e o desenvolvimento local dos municípios paranaenses e as externalidades que essa relação pode gerar, assim como seus possíveis impactos, referente aos anos de 2015 e 2016. Com isso, o objetivo principal da pesquisa é basicamente analisar a apatia societal – medida pelo índice de democratização (ID) e seus componentes (participação e competição) – a fim de constituir um estudo relevante que contemple variáveis atuais, completas e eficientes a ponto de relacionar temas e propor, se possível, soluções para problemas da sociedade local e regional.

O tema da pesquisa contribui para a sociedade, pois se trata de um assunto pertinente ao Estado brasileiro, principalmente, diante da crise política que dificulta a execução de ações governamentais benéficas à população. Além disso, analisa-se a participação da sociedade no meio político-administrativo e qual a sua interferência no desenvolvimento local e regional.

Do ponto de vista acadêmico, o presente estudo contribui para o tema da gestão societal, de desenvolvimento recente, e não reconhecido como forma de administração pública. Dessa forma, a pesquisa colabora para o avanço do conhecimento na área, incentivando novos estudos como aperfeiçoamento do tema abordado.

Em relação ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGGP), o trabalho vincula-se à linha de pesquisa Governança Pública e Desenvolvimento por abordar assuntos relativos ao desenvolvimento local e à governança pública, bem como às vertentes da administração do Estado, tais como, administração patrimonial, administração burocrática e administração gerencial.

A pesquisa busca fundamentação teórica nas áreas de administração/gestão pública, administração/gestão societal, governança pública, desenvolvimento econômico, socioeconômico e humano, desenvolvimento local e regional, índices de desenvolvimento, estatística e metodologia científica.

A ideia de analisar a gestão societal relacionada ao desenvolvimento local, por meio do Índice de Democratização (ID) e do Índice Iparades de Desempenho

Municipal (IPDM), surgiu da evidência da crise política e econômica atual e do interesse de oferecer possíveis respostas à sociedade, a fim de encontrar soluções contributivas. Além disso, os índices utilizados na pesquisa são atuais, completos e podem auxiliar nessa busca.

Com o intuito de cumprir com os objetivos propostos neste estudo, o trabalho é estruturado em seis capítulos. Sendo o primeiro deles esta introdução. O segundo capítulo refere-se à fundamentação teórica da pesquisa, que aborda, primeiramente, a teoria das externalidades, sendo ela a teoria central deste estudo. As externalidades podem ser positivas ou negativas; objetivamente, nesta pesquisa, a apatia societal será analisada como externalidade que pode interferir ou não no desenvolvimento local.

Ainda no segundo capítulo, apresenta-se as três vertentes da administração pública: a patrimonialista, a burocrática e a gerencial. Além disso, como complemento, apresenta-se a administração societal, que é baseada na participação da sociedade na administração pública, na luta por direitos sociais e considera como ideal uma sociedade ativa e fiscalizadora. Desse modo, analisa-se a diferença entre os tipos de gestão pública e o avanço entre as administrações. Como adendo a esse tópico, discute-se a apatia societal, que é a não participação dos cidadãos no meio público e como esses atos podem interferir na sociedade.

O mesmo capítulo 2 também abordará o desenvolvimento local e regional, que surge na década de 1990, considerando o desenvolvimento como uma melhora de vida de maneira geral da população, contendo menos desigualdade social, melhor educação e saúde, mantendo o foco de análise em apenas uma região, ou em um conjunto de regiões, desde que possuam características comuns.

Por fim, citam-se os índices de desenvolvimento específicos deste estudo: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM), e, como principal índice desta pesquisa, o Índice de Democratização Eleitoral (ID), criado por Tatu Vanhanen (2003).

No terceiro capítulo, tem-se a metodologia proposta, isto é, a caracterização e delineamento da pesquisa, população, coleta, tratamento e exposição dos dados; bem como questões sobre a análise de correlação, instrumento estatístico utilizado entre os índices da pesquisa e, por fim, uma visão gráfica com o design no trabalho.

O quarto capítulo apresenta os resultados e a discussão, explicitando como foram efetuados os cálculos de análise de correlação entre os índices e subíndices estudados. Serão feitas considerações sobre a particularidade das eleições suplementares que ocorreram no ano 2016 para eleições de prefeitos em oito cidades paranaenses e apresentam-se os mapas com a distribuição dos índices ID, partID, compID, IPDM e da população dos 399 municípios do Estado.

Ainda no quarto capítulo, explica-se sobre a análise de variância (ANOVA) efetuada entre os índices trabalhados na pesquisa, por meio de gráficos e fórmulas que demonstram a análise de correlação efetuada entre os índices e, por último, apresenta-se o diagrama de caixa dos índices estudados.

Por fim, no capítulo cinco, disserta-se sobre as limitações da pesquisa e a conclusão da pesquisa, definindo se há correlação ou não entre o ID com o IPDM e do partID com o IPDM, finalizando-se a problemática quanto à participação societal interferir ou não no desenvolvimento local e regional.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A participação societal é um processo participativo, no qual as informações são acessíveis aos cidadãos, para que assim todos possam entender e interferir no processo de tomada de decisão (PINHEIRO, 2010, p.91). Sendo esse um processo utópico, pode-se considerar que a apatia societal é o não interesse da sociedade na participação das ações públicas. Esse sentimento vem da sensação de que nada pode ser feito para mudar o sistema político, o que deixa os governantes em situação confortável, pois dessa maneira podem influenciar as massas e, assim, não serem cobrados pelos cidadãos (REDRUELLO, 2015, p.12).

Por isso, as circunstâncias da apatia societal podem impactar no desenvolvimento local e regional. Posto isso, busca-se, nos contornos deste trabalho, estudar essa relação a fim de identificar se as externalidades são negativas ou positivas.

O Índice de Democratização Eleitoral (ID) e seus insumos compõem esta pesquisa como referência para a análise da participação societal, mesmo que indiretamente, pode interferir de forma ressonante no desenvolvimento local e regional, referenciado neste trabalho pelo Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM).

Em particular, neste estudo, confluem os esforços para se responder à seguinte questão de pesquisa: quais os principais possíveis impactos gerados pela apatia societal e suas externalidades no desenvolvimento dos municípios paranaenses, considerando o Índice de Democratização Eleitoral dos respectivos municípios?

1.1.1 Pressupostos

Considerando a inquietude que fundamenta a questão da pesquisa, partimos do princípio de que a apatia societal traz externalidades negativas ao desenvolvimento local, em função de a população não controlar e não exigir dos governantes a prática de atos em prol da comunidade. Desse modo, são pressupostos para este estudo:

- a) a participação societal medida pelo índice de participação nas eleições municipais, enquanto insumo do Índice de Democratização (ID) é diretamente proporcional ao IPDM (Índice Iparades de Desempenho Municipal);
- b) municípios com menor índice de democratização (ID) possuem maior apatia societal e, por conseguinte, menor desenvolvimento (IPDM) comparado.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as relações entre a apatia societal, medida pelo índice de democratização (ID) – e seus componentes (participação e competição) – e o desenvolvimento local.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Calcular o Índice de Democratização (ID) e seus componentes (insumos): participação e competição, para os municípios paranaenses;
- b) estudar possíveis correlações entre o índice de participação, enquanto componente do Índice de Democratização (ID), bem como do próprio

ID com o Índice de Desenvolvimento dos municípios paranaenses, medido pelo IPDM;

- c) identificar possíveis externalidades decorrentes da relação entre os Índices de Participação e de Democratização e o IPDM nos municípios paranaenses.

1.3 JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA, E ADERÊNCIA AO ESCOPO DO PROGRAMA

O tema proposto para estudo é a administração societal e a sua influência no desenvolvimento local e regional das cidades do Estado do Paraná, analisando-se as externalidades que essa relação gera mediante a apatia societal exercida pela sociedade. Nesse sentido, trata-se, então, de assunto de considerável latência no Estado brasileiro, haja vista as constantes crises políticas que muitas das vezes dificultam ações governamentais essenciais para o desenvolvimento das localidades e regionalidades. Por isso, surge a inquietação da pesquisa sobre um tema atual, com evidência na latente crise política e econômica e no interesse de oferecer possíveis respostas à sociedade, a fim de encontrar soluções contributivas. Além disso, os índices utilizados na pesquisa são atuais, completos e podem auxiliar nessa busca.

O presente estudo justifica-se por contribuir no meio acadêmico para o avanço do conhecimento na área da gestão societal, ainda embrionária do ponto de vista teórico, e, também, ainda não reconhecida academicamente como um possível modelo de Administração Pública dentre aqueles frequentes na literatura sobre o tema, a saber, os modelos de administração patrimonialista, burocrática e gerencial (NPM).

Não há uma clara linha temporal que separe os modelos de Administração Pública referenciados, até porque, até hoje, o que se tem de fato é uma atuação em concomitância de modelos distintos, com eventual prevalência de acordo com a orientação dos respectivos governos que estejam à frente da administração. Não obstante, tal concomitância na atualidade ocasiona a evolução da administração pública, desde a administração patrimonialista dos Estados absolutistas formada

no século XVII, a qual deu lugar à gestão burocrática, posteriormente sucedida pela administração gerencial nos anos 1970. Nos dias atuais, com o advento do fortalecimento das democracias, tem-se em nível acadêmico a administração societal, que é a gestão que considera o cidadão como sujeito central e parte fundamental nas decisões e controle das políticas públicas.

Contudo, independentemente do modelo predominante na Administração Pública, a participação societal deveria ser sempre eivada de essencialidade para uma boa gestão, o que de fato não se observa, pois, como senso comum, tem-se, desde sempre – e especialmente nos dias de hoje – a apatia societal no sistema governamental. Tal apatia gera externalidades negativas em relação ao desenvolvimento local, pois sem a participação do povo, o *shareholder* da república, torna-se mais difícil fazer com que as decisões públicas sejam tomadas em prol da comunidade, mas sim conduzidas pelos interesses próprios dos governantes e administradores públicos (REDRUELLO, 2015, p.12).

Esse possível embricamento entre apatia e desenvolvimento fundamenta-se na Teoria das Externalidades, que faz parte da área das Ciências Econômicas e estabelece os custos externos que se refletem a terceiros, mas que o mercado não calcula como parte de seus gastos.

Nesse contexto, o tema pesquisado é relevante tendo em vista ser capaz de analisar a relação entre a participação societal e o desenvolvimento local, baseando-se na teoria das externalidades, utilizando o índice de democratização eleitoral (ID) e seus componentes (insumos) como objeto de estudo para melhor qualificar a pesquisa. Tem-se, então, um trabalho relevante que contempla e estuda variáveis atuais, sendo possível relacionar temas e encontrar soluções, proporcionando respostas à sociedade local e regional.

A pesquisa adere à linha de pesquisa Governança Pública e Desenvolvimento, bem como à respectiva área de concentração Planejamento e Governança Pública; uma vez que aborda, essencialmente, a administração do Estado em suas três vertentes: a administração patrimonial, a administração pública burocrática e a administração pública gerencial (COSTIN, 2010, p.31).

Por fim, espera-se consolidar a relação entre as variáveis: apatia societal, externalidades e desenvolvimento local, por intermédio do grau do ID comparado com o Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM), chegando-se a conclusão quanto à (in)existência de correlação entre eles, demonstrando, possivelmente, que os municípios com menor nível de IPDM são os que possuem maior apatia societal representada por uma menor participação/menor ID.

1.3.1 Contribuições da Pesquisa

- a) objetiva-se com essa pesquisa contribuir fundamentalmente com a área acadêmica, com o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP) e, por fim, a mais importante das contribuições: para a sociedade. Essa contrapartida à sociedade será possível a partir das seguintes contribuições, em sentido stricto: Acadêmica/Profissional, com o avanço do conhecimento na área da gestão societal – ainda embrionária em nível acadêmico –, incitando novas pesquisas, incentivando o aprimoramento de futuras propostas sobre o tema, bem como com a produção de artigos acadêmicos no decorrer do curso;
- b) para o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP), na medida em que a pesquisa aborda sobre o desenvolvimento local e sobre a governança pública, focos do curso, gerando, portanto, conhecimento que pode ser utilizado em trabalhos posteriores;
- c) para a sociedade: ao passo que analisa a relação que a sociedade desempenha na participação societal e no quanto essa participação interfere no desenvolvimento local e regional, instigando, assim, o cidadão a participar ativamente da vida político-administrativa da localidade.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo delimita-se teoricamente aos contornos da teoria das externalidades, a qual relaciona a apatia social e seu possível impacto no desenvolvimento local das cidades paranaenses medido por possíveis correlações entre o Índice de Democratização (ID), contemplando-se o seu componente Participação e o Índice de Desenvolvimento Municipal, medido pelo Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM). Dessa forma, busca-se, então, avaliar se o nível de participação societal na cidade impacta no desenvolvimento local na relação de que quanto maior a participação societal maior será o desenvolvimento local e vice e versa.

Dessa maneira, optou-se por focar a pesquisa teórica na apatia societal, o que indica a não participação da sociedade nas definições, implementações, acompanhamento, avaliações e controles das políticas públicas, seja contribuindo ou não com as tomadas de decisões, no controle das ações dos governantes públicos, e na avaliação das propostas aprovadas pelas políticas, analisando-se correspondem ao cunho coletivo ou ao interesse particular.

Assim, quaisquer possíveis outras inferências com emprego das variáveis e objetos aqui estudados, que extrapolarem o espectro delineado, registrem-nas desde já como fonte para outros estudos de mesma ou semelhante natureza nesse fértil campo de pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TEORIA CENTRAL: DAS EXTERNALIDADES

A Teoria das Externalidades surge por meio de seu estudo de economia do bem-estar de Arthur Pigou, em 1920, no livro *Wealth and Welfare*, que foi precursor da famosa obra *La Economía del Bien Estar*. Baseando-se no conceito de externalidades de Alfred Marshall, Pigou desenvolveu a teoria das externalidades para justificar a intervenção do governo. No seu trabalho, ele considera que para uma produção ideal à comunidade, devido à presença de externalidades, deve-se haver intervenção estatal, por meio de subsídios e impostos, como forma de corrigir divergências (PIGOU, 1932, p.108).

As externalidades surgem da divergência entre a produção para a competição e a produção ideal, pois a indústria produz para gerar retornos crescentes, produzindo menos para a competição do que o ideal ou, caso produza para retornos decrescentes, o volume da produção da competição será maior do que o ideal. Isto é, em ambos os casos haverá externalidades positivas ou negativas a terceiros, que podem ser os consumidores, os proprietários dos instrumentos alugados ao investidor, os fabricantes de bens ou os que produzem o mesmo bem (SIMON, 1987, p.244).

Desse modo, o volume ideal de produção será o que melhor distribuir recursos à comunidade. Assim, para Pigou (1932 *apud* SIMON, 1987, p.244), a produção ideal na indústria será aquela que torna o preço de demanda do produto igual ao valor monetário utilizado para desenvolver uma unidade do produto, ou seja, a fabricação que prevalece a comunidade com o preço da demanda igual ao preço da oferta marginal. Dessa maneira, considera-se que:

As externalidades ou economias externas surgem quando a decisão tomada por um agente influencia o bem-estar de outro agente, não diretamente envolvido com as decisões do primeiro. Em outras palavras, em um mercado, as decisões de compradores e vendedores influenciam mutuamente uns e outros – e o resultado do mercado não é uma externalidade. No entanto, caso outro agente, não envolvido no mercado, também seja influenciado, nesse caso, a perda ou ganho de bem-estar desse último agente é uma externalidade (PINHO; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011, p.281).

Focando neste estudo sobre Apatia Societal e o Desenvolvimento dos Municípios Paranaenses, a externalidade é estudada como um termo utilizado para explicar o porquê dos preços não absorverem os impactos ambientais, sociais e sanitários gerados por produção de bens e serviço. Desse modo, define-se que as externalidades são ações de alguns indivíduos que afetam outros (SLOMSKI *et al.*, 2011, p.280). Ou seja, são ações que um agente econômico efetua e gera benefícios ou prejuízos a outros agentes econômicos. Muitas vezes, algumas ações do setor público são necessárias para induzir um caso benéfico como, por exemplo, a requalificação de áreas urbanas degradadas que privilegiem os demais ao redor. Ou amenizar prejuízos, como a desapropriação de áreas danosas ao meio ambiente ou também a obrigatoriedade de inserir filtros em chaminés industriais (COSTIN, 2010, p.6).

Os casos de externalidades ambientais afetam diretamente a sociedade e não são calculados por empresas individuais; por isso, esse é um caso caracterizado como de extrema importância para que o governo interfira por meio de políticas públicas e equipare o interesse das empresas com o da sociedade, tanto com a população atual quanto com as gerações futuras (COSTIN, 2010, p.6).

Reiterando as definições de externalidades, tem-se:

[...] las externalidades, consistentes en perjuicios o beneficios derivados de las transacciones de mercado que no soportan o disfrutan, ni, por tanto, consideran, quienes realizan éstas, sino sujetos que no toman en ellas parte activa. Al decidir aquéllos y disponer libremente el destino de su propiedad basándose en sus intereses e ignorando los de terceros, los recursos se orientan de forma inadecuada, con merma del bienestar social. El mercado conduce a un resultado ineficiente que –junto a su eventual inequidad- justifica la intervención del Estado mediante la atribución legal a la Administración de unas potestades cuyo ejercicio limita las facultades decisorias de los propietarios a fin de proteger intereses que les son ajenos (VEGARA, 2017, p.11).

Dessa maneira, as externalidades, de forma simplista, podem ser vistas em um exemplo básico. Um supermercado joga caixas de papelão num terreno próximo para economizar dinheiro com coleta de lixo, nesse caso, é fácil identificar o estabelecimento responsável, mas no caso de uma fábrica poluir o ar, prejudicando a comunidade local, como solucionar esse problema externo?

(KISHTAINY, 2013, p.137). Segundo Oliveira e Calegario (2010, p.2), a definição de externalidades foi iniciada por Marshall, em 1920, que afirmou que a concentração de pequenas empresas similares em um determinado local pode induzir economias externas.

Nos anos de 1950, os economistas passaram a se referir aos custos invisíveis – porém, latentemente impactantes para a sociedade – como externalidades, pois não se refletem nos preços de mercado e afetam terceiros. Isso pode ser considerado uma falha de mercado, pois, como no exemplo da fábrica poluidora, a empresa além de não arcar com os custos sociais, esses também não incidem na precificação de suas ações, senão em caso de vultosos acidentes ambientais que impactam sobremaneira a população servida pelo meio ambiente (KISHTAINY *et al.*, 2013, p.137).

Assim, Pigou definiu que uma solução para esse problema seria impor tributos ao poluidor, com o objetivo de garantir que os custos totais da poluição fossem transferidos ao responsável. Desse modo, a empresa só poderia poluir se os compradores estivessem dispostos a pagar pelos danos causados. No entanto, não é fácil estimar corretamente o custo real de uma externalidade, impondo impostos sobre isso (KISHTAINY *et al.*, 2013, p.137).

O Teorema de Coase considera que se os direitos de propriedade forem bem definidos, o próprio mercado resolverá o problema das externalidades. No caso de, por exemplo, uma indústria e uma empresa extrativista, pode-se chegar a duas negociações, caso o direito à propriedade seja da empresa extrativista, ela pode negociar alguma poluição com a indústria – nesse caso, vendendo direitos de poluir. Mas, caso o direito à propriedade seja da indústria, a empresa extrativista pode pagar para que a indústria não polua. Em ambos os casos, a negociação entre as partes chegará a um ponto ótimo em relação ao ponto de vista social (PINHO; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011, p.282-283)

Mas para se estabelecer o direito à propriedade, necessita-se de órgãos reguladores na solução de conflitos, e como nem sempre é possível via empreendimentos privados, entra o papel do Estado regulador. A regulação estatal pode ser efetuada limitando a poluição ou tributando sobre a poluição gerada.

Dessa forma, fixando-se uma taxa de imposto, considerada ótima a nível social, internaliza-se os efeitos das externalidades. A isso se deu o nome de Imposto de Pigou (PINHO; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2011, p.283).

Portanto, baseando-se na Economia, a Teoria das Externalidades é definida por Pindyck e Rubinfeld (2006, p.556) como “ação de um produtor ou consumidor que afeta outros produtores ou consumidores, mas não é considerado no preço de mercado”. Assim, considera-se que as externalidades podem surgir entre produtores, entre consumidores ou entre ambos. A atuação dos consumidores ou produtores resulta em custos ou benefícios que não se encontram refletidos no preço de mercado e são considerados externalidades por estarem externos ao mercado. Desse modo, é possível a intelecção de que o surgimento de uma externalidade se dá:

[...] quando a relação de produção ou utilidade de uma firma ou indivíduo inclui variáveis cujos valores são escolhidos por outros sem levar em conta o bem-estar do afetado, além disto, os causadores dos efeitos não pagam nem recebem nada pela sua atividade, este fato ressalta o caráter involuntário da externalidade. O conceito apresentado possui sintonia direta com duas condições que Pearce e Turner (1990) destacaram para a existência de custos ou benefícios externos, as quais são: as atividades de um agente podem causar perdas ou ganhos de bem-estar em outros agentes; e as perdas e os ganhos de bem-estar não são compensados financeiramente (SILVA; LIMA, 2006, p.5).

Por sua vez, conforme Nusdeo (2014, p.155-156), as externalidades são custos ou benefícios que circulam externamente ao mercado, assim esses efeitos externos não significam que estão fora das unidades econômicas, mas sim que esses fatos, ocorridos fora do mercado, podem ser vistos como efeitos parasitas. Os exemplos das externalidades são incontáveis, pois não são exceções, mas, na realidade, permeiam o tecido socioeconômico a cada instante.

Considerando a análise de sistema de mercado livre, Pigou (1932 *apud* FÁVERO; CASTILHO, 2001, p.6-7) afirma que a economia pode não atingir a eficiência na alocação de recursos, devido a elementos chamados de externalidades. A partir disso, os neoclássicos desenvolveram estudos sobre as economias externas explicando, com isso, as falhas de mercado, estabelecendo-se que existe externalidade quando a produção de algo afeta o padrão de vida de

pessoas. Assim, quando o bem-estar é afetado negativamente, denomina-se externalidade negativa e quando afetado positivamente será externalidade positiva.

Por isso, as externalidades causam falhas de mercado simplesmente porque não existe um mercado para elas, um mercado em que a oferta e a demanda relacionadas gerem o nível socialmente ótimo. Para isso, fica claro que a externalidade envolve obrigatoriamente dois lados, um causador e uma vítima; sem a relação entre ambos a externalidade simplesmente não acontece. Para se internalizar essas externalidades é necessário que o mercado promova o ótimo social, ou seja, o bem-estar social e o equilíbrio (ARAÚJO, 2005, p.543-544).

A teoria das externalidades identifica dois tipos de fenômeno, externalidades positivas e negativas. As positivas são economias em custos produtivos em uma empresa e benefícios para os indivíduos que as aproveitam; as externalidades negativas são aumentos nos custos e prejuízos refletidos em terceiros (KON, 1997, p.35 *apud* THEISS *et al.*, 2015, p.7).

Dessa forma, conforme Castro (2002, p.2-3 *apud* THEISS *et al.*, 2015, p.7), “o mercado, na presença de externalidades, não tem como considerar a totalidade dos custos e benefícios gerados pelo consumo ou produção do bem, mas apenas do produtor e do consumidor diretos”. Como exemplo, pode-se citar a vacinação como externalidade positiva e a poluição como externalidade negativa, em que a administração pública não tem capacidade de calcular os custos dessas práticas.

Conforme definem Pindyck e Rubinfeld (2006, p.555-556), as externalidades negativas ocorrem quando a ação de uma parte impõe custos/dificuldades sobre a outra e as externalidades positivas surgem quando a ação de uma parte beneficia a outra. Segundo os autores:

Uma externalidade negativa ocorre quando uma usina de aço despeja seus influentes em um rio do qual os pescadores dependem para sua pesca diária. Quanto mais efluentes forem despejados no rio pela usina de aço, menos peixes haverá. Não há nada, porém, que motive a usina de aço a se responsabilizar pelos custos/ “prejuízos” externos que está impondo aos pescadores quando toma sua decisão de produção. Além disso, não existe um mercado no qual esses custos externos possam ser refletidos no preço do aço. Uma externalidade positiva ocorre quando um proprietário de uma casa resolve pintá-la e construir um lindo jardim. Todos os vizinhos se beneficiam dessa atividade, embora a decisão do proprietário de pintar a casa e fazer o jardim não tenha levado em conta esses benefícios (PINDYCK; RUBINFELD, 2006, p.556).

Na área econômica, as falhas de mercado que se manifestam, devido a não se conseguir tratar da multiplicidade da economia, são consideradas as externalidades negativas – elas não são consideradas ilícitas por parte dos agentes responsáveis pelos custos e sim há uma incapacidade de se identificar tais custos e esses refletem negativamente em terceiros. (NUSDEO, 2015, p.114 *apud* RIBEIRO; ROCHA, 2017, p.27-28).

As externalidades negativas são evidenciadas quando o efeito externo atribui custos/prejuízos a terceiros determinados ou indeterminados. Por isso, esse tipo de externalidade é chamado custo externo ou custo social, sendo identificáveis ou não aqueles que sofrem esses efeitos. Por essa razão, quando as externalidades resultam em algum custo/prejuízo para alguém são negativas e, quando há benefícios, são chamadas de positivas (NUSDEO, 2014, p.157).

A externalidade positiva acontece quando a ação de uma parte beneficia a outra, ou seja, é o ato praticado por um indivíduo que influencia positivamente e/ou aumenta o bem-estar do próximo, sem que isso gere custos (SLOMSKI *et al.*, 2011, p.280). Para Samuelson e Nordhaus (1993, p.362 *apud* SLOMSKI *et al.*, 2011, p.281), “as externalidades positivas mais importantes são aquelas associadas ao desenvolvimento do conhecimento”, ou seja, as descobertas ao longo da história, que parecem simples, mas que beneficiaram bem mais o usuário do que o criador, como a roda, o fogo e computador.

No contexto econômico, o livre mercado funciona com a ação natural dos entes econômicos em maximizar seus lucros e externalizar os custos, ou seja, o mercado não trabalha pensando nos benefícios sociais e sim nos interesses particulares. Assim, os custos, não considerados na contabilidade, são incorporados pela sociedade (RIBEIRO; ROCHA, 2017, p.29).

Logo, para se corrigir uma externalidade negativa o governo pode aplicar sanções punitivas para se amenizar os prejuízos, tais como leis de controle, regulamentações, impostos ou incentivos privados, tributação de externalidades negativas e subsídios às externalidades positivas. Desse modo, a ação prejudicial a terceiros é diminuída (THEISS *et al.*, 2015, p.7). Pode-se então relacionar o surgimento da participação/apatia societal com as externalidades, considerando-se que:

[...] com o exercício das novas práticas, também vieram as dificuldades, os limites e as novas exigências dadas pela nova conjuntura econômica, social e política. Várias dessas dificuldades decorriam de problemas enraizados na própria cultura política nacional, em que predominam valores como o clientelismo; o paternalismo; o método de resolução de negócios públicos por meio de procedimentos diretos, privilegiando interesses particulares; a descrença na eficácia das leis, porque, usualmente, elas só são aplicadas aos pobres e fracos como mecanismo punitivo; a mania nacional de uso da “lei de Gerson”¹, de só levar vantagem, gerando processos como a naturalização da corrupção como mais uma forma de levar vantagem (GOHN, 2011a, p.55).

Dessa forma, enfatizando a questão abordada nesta pesquisa sobre Apatia Societal e o Desenvolvimento dos municípios paranaenses pode-se considerar que situações como atraso, fome, clientelismo, patrimonialismo, embora não sejam considerados valores culturais, são incorporados pela cultura brasileira, gerando uma sociedade pouco participativa, silenciosa e passiva, podendo afetar inclusive o desenvolvimento local e regional.

Portanto, como as externalidades são ações de uma parte que afeta outra, no presente estudo analisa-se como a apatia societal interfere no desenvolvimento local e regional das cidades paranaenses. Nesse caso, pressupõe-se que essa relação gera externalidades negativas, pois gera um efeito externo que gera prejuízo a terceiro, ou seja, a apatia societal é prejudicial ao desenvolvimento dos municípios analisados.

2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DA PATRIMONIAL À SOCIETAL

Segundo Bresser-Pereira (1998), a administração do Estado possui três vertentes: a administração patrimonial, a administração pública burocrática e a administração pública gerencial (COSTIN, 2010, p.31). A administração patrimonial formou-se nos Estados absolutistas durante os séculos XVII e XVIII e sua principal característica era a não separação entre os bens públicos e privados (do monarca).

Posteriormente, após os modelos de administração burocrática e gerencial, a administração pública desenvolveu-se ao que se pode chamar hoje de

¹ A Lei de Gérson ou Lei da Vantagem é um termo popularmente utilizado para determinar que uma pessoa ou empresa obtenha vantagens de forma indevida, sem se importar com questões éticas ou morais, em que o princípio é, basicamente, levar vantagem em tudo.

administração societal – que é objeto do nosso estudo – caracterizada pela participação da sociedade civil na área pública e ao fortalecimento da democracia. No entanto, esse modelo ainda não é formalmente considerado enquanto uma prática de gestão pública, apenas é estudada de forma embrionária na academia.

2.2.1 Administração Patrimonialista

A administração patrimonialista era o modelo de gestão administrativa comum nas monarquias absolutistas, existentes entre os séculos XVII e XVIII, nas quais o patrimônio do rei se confundia com o patrimônio público, não havendo delimitação clara entre os bens públicos e privados. A figura do monarca era considerada o poder máximo, reconhecido como o poder divino, representando a vontade de Deus. Sua autoridade real era associada ao poder da providência divina, por isso, qualquer ameaça ao poder do rei, seria, dessa forma, considerado um sacrilégio (COSTIN, 2010, p.31; CAMPELO, 2010, p.299).

A frase dita pelo Rei Luis XIV, “*L’Etatc’est moi*” – “o Estado sou eu” –, demonstra a centralidade do governo nessa administração. Todavia, o Estado não era apenas o rei, era também a propriedade do rei e o Tesouro real era, ademais, o tesouro público (CAMPELO, 2010, p.299).

Entre as características do modelo patrimonialista pode-se citar o clientelismo, o poder ilimitado do soberano, os benefícios ao clero e à nobreza, cargos públicos em atendimento aos interesses da aristocracia, corrupção e nepotismo, coronelismo, racionalidade subjetiva, sistema fiscal injusto e falta de profissionalização.

Contudo, com o desenvolvimento do capitalismo industrial, com uma sociedade civil estruturada e urbana, a gestão patrimonialista tornou-se insuficiente para a administração pública, devido à busca por outra forma de governo que separasse o bem público do privado, porém, sem suprimir o poder do político (COSTIN, 2010, p.31).

No Brasil, o patrimonialismo ocorreu entre os anos 1500 a 1930 em três momentos históricos: Brasil Colônia (1500-1822), Brasil Império (1822-1889) e República Velha (1889-1930). O período colonial foi, naturalmente, instaurado pelos portugueses, com a prática de concessão de terras, cargos, títulos e poder

aos senhores feudais em troca de lealdade política, amizade e demais interesses aderida como forma de gestão. Conforme afirma Costin (2010, p.41), nessa “política econômica vigente, o mercantilismo, buscava nas colônias as condições para obter uma balança comercial favorável, inicialmente pela busca de metais preciosos (bem-sucedida apenas no século XVIII) e de pau-brasil”.

Já o período do Império, durou 65 anos e tinha como princípio o absolutismo, mantendo centralizados os poderes do Imperador. Em seguida, a monarquia com características patrimonialistas foi substituída, em 1889, pelo sistema republicano de governo ligado a uma sociedade escravocrata (BONAVIDES, 2011, p.376). Com a Proclamação da República, em 1889, institui-se o federalismo. Transformaram-se as antigas províncias em estados federativos, separou-se o Estado da Igreja, enfim, modificou-se a máquina administrativa, mas algumas características da administração patrimonialista se preservaram, como a troca de cargos, interesses e a lealdade política (COSTIN, 2010, p.48).

No entanto, o patrimonialismo deixou de atender às necessidades de uma nova sociedade que surgia na época, mais complexa, tornando o modelo de administração burocrática mais viável, mas ainda com a característica de deixar que os interesses pessoais se sobrepusessem aos interesses coletivos. Além do clientelismo, também se mantinha a corrupção e o nepotismo – particularidades herdadas até hoje no Brasil.

Posto isso, afirma Matias-Pereira (2016, p.293-294) que:

O modelo patrimonialista que continua fortemente enraizado na administração pública brasileira representa o principal obstáculo ao processo de modernização da gestão pública, nos três níveis de governo: União, Estados e Municípios [...] a sobrevivência do patrimonialismo até a atualidade tem suas raízes nas relações de poder, na estrutura social e nos valores políticos e ideológicos prevaletentes na sociedade brasileira [...] continuam prevalecendo os interesses políticos, de grupos ou pessoais, permitindo aumento de desvios, causando elevados prejuízos aos cofres públicos e contribuindo para agravar a crise político-institucional e a credibilidade dos governos, políticos e gestores públicos.

Logo, com a insustentabilidade da administração pública patrimonialista, devido ao fortalecimento do capitalismo industrial e do crescimento da sociedade urbana, surge a gestão burocrática, com o intuito de superar o nepotismo e a corrupção.

2.2.2 Administração Burocrática

O desenvolvimento do capitalismo tornou a administração patrimonialista antiquada e improcedente, em que a principal necessidade era a separação do bem público e privado, o que a gestão anterior não efetuava. No entanto, também havia a necessidade de que se mantivesse o poder autoritário, com a influência do político. Com isso, surgiu a administração burocrática, relacionada ao modelo ideal de dominação racional-legal de Max Weber (COSTIN, 2010, p.31).

Esse modelo de dominação justifica-se pelo fato de que o indivíduo obedece a uma norma ou lei e não exatamente a uma figura política. Essa caracterização estabelece o comportamento adequado a um administrador público que, por meio de regras exaustivas, estabelece o princípio da impessoalidade, no qual o servidor público não é beneficiado individualmente, dificultando a troca de favores, prática dominante do patrimonialismo (COSTIN, 2010, p.32).

Assim, reforça Campelo (2010, p.306, grifo do autor):

Entende-se por administração burocrática aquela cuja legitimidade baseia-se em normas legais racionalmente definidas. As burocracias têm sua fonte de legitimidade no poder **Racional-Legal**. Em seu tipo ideal, as organizações são sistemas sociais racionais, tendo como características o formalismo e a impessoalidade.

Esse modelo de gestão surgiu no período do fortalecimento do Estado Liberal, advindo da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, durante os séculos XVIII e XIX, e tinha o propósito de transpor as características do patrimonialismo, principalmente em relação ao nepotismo e a corrupção. Desse modo, com um controle mais rigoroso seria possível prevenir a manipulação dos administradores públicos. Dentre os princípios que orientaram o desenvolvimento do modelo burocrático também estão o profissionalismo e o racionalismo. (CAMPELO, 2010, p.306-307).

Diante disso, Bresser-Pereira (1996, p.4-5), ressalta a necessidade do surgimento da Administração Burocrática:

É essencial para o capitalismo a clara separação entre o Estado e o mercado; a democracia só pode existir quando a sociedade civil, formada por cidadãos, distingue-se do Estado ao mesmo tempo em que o controla.

Tornou-se assim necessário desenvolver um tipo de administração que partisse não apenas da clara distinção entre o público e o privado, mas também da separação entre o político e o administrador público. Surge assim a administração burocrática moderna, “racional-legal”.

Em relação a esse tópico, citam-se alguns princípios básicos da Administração Burocrática:

- a) formalismo - procedimentos constituintes de regras extenuantes com o objetivo de conceder segurança aos processos administrativos;
- b) impessoalidade- foco no cargo e na norma, não no funcionário;
- c) hierarquização- processo de ordem hierárquica deve ser seguido sobre as decisões administrativas, seguindo sua devida ordem;
- d) controle de meios - monitoramento constante dos meios para aplicar medidas corretivas a tempo (COSTIN, 2010, p.32).

Segundo Weber (1982, p.229-232), a Burocracia Moderna funciona com as seguintes características: atividades reguladas por meio de leis ou normas administrativas, distribuídas como deveres oficiais; ordenamento hierárquico dos cargos de autoridades, onde há um sistema de mando e subordinação; administração de cargos separada por “repartições”, que constituem um quadro de funcionários com seus respectivos arquivos de documentos; treinamento especializado efetuado regularmente; desempenho do cargo segue regras gerais, evitando, de certo modo, privilégios particulares e troca de favores entre governantes, que anteriormente era comum no patrimonialismo.

Para Campelo (2010, p.310), outras características da administração burocrática são as “normas racionais legais, escritas e exaustivas, hierarquia, divisão horizontal do trabalho e gerência das organizações por administradores profissionais”. Explicitando detalhadamente cada uma, tem-se:

- a) normas racionais legais – levam aos fins desejados, dando poder à autoridade sobre os subordinados e colocam meios coercitivos de impor disciplina, limitando o poder da autoridade as normas legais;
- b) escritas e exaustivas – para definir as relações de autoridade dentro do sistema;

- c) hierarquia – sistema de mando e subordinação, supervisão dos superiores aos inferiores, organização em forma de pirâmide;
- d) divisão horizontal de trabalho – atividades distribuídas de acordo com os objetivos a serem atingidos, distribuição realizada para cargos e não para pessoas;
- e) gerência das organizações por administradores profissionais – administra em nome de cidadãos, desenvolve fidelidade ao cargo e é nomeado por tempo indeterminado (CAMPELO, 2010, p.310-311).

Diante disso, de acordo com Weber (1982, p.249), a “precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discrição, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal – são levados ao ponto ótimo na administração rigorosamente burocrática”. O autor também considera que a burocracia é superior nas variadas formas da administração, inclusive em tarefas complexas.

Desse modo, tem-se que a gestão burocrática funciona por meio de atividades regulares que são distribuídas de forma fixa. Como dever oficial, trabalha-se com perfis autoritários que dão as ordens necessárias para que essas atividades se distribuam de forma estável e são estabelecidas medidas sistemáticas para a realização regular e contínua desses deveres. Nos governos públicos, essas três características formam a chamada “autoridade pública” que existe desde o Oriente Antigo – nessa organização, o governante executa as principais atividades por meio de seu pessoal de confiança (WEBER, 1982, p.248).

Outra característica da administração burocrática é a hierarquia. Com ela, mantém-se um sistema ordenado de mando e subordinação, dando possibilidade aos subordinados de recorrer de uma decisão de autoridade inferior a uma autoridade superior (WEBER, 1982, p.230).

Em contraponto à visão positiva de Max Weber acerca da burocracia administrativa, Campelo (2010, p.307) cita alguns aspectos negativos do modelo, tais como, “auto-referência, ineficiência, incapacidade de efetuar o serviço aos cidadãos vistos como clientes”.

No Brasil, o modelo de administração burocrática surgiu na década de 1930, mais especificamente na reforma administrativa, em 1936, promovida por Maurício Nabuco e Luís Simões Lopes, no governo de Getúlio Vargas, a partir da

burocracia descrita por Max Weber, baseada no princípio do mérito profissional. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.4).

Os princípios da reforma de 1930 foram introduzidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), implantando a primeira reforma do país com base nas características da gestão burocrática, por meio da centralização e da hierarquia (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.6).

No governo de João Goulart (1961-1964), de acordo com Costin (2010, p.56), o país continuou crescendo “dentro de uma mesma perspectiva desenvolvimentista e de uma administração pública burocrática, embora com traços importantes de patrimonialismo”. Após a destituição de Jango, sucedeu um período ditatorial, mas os procedimentos tomaram ênfase na administração burocrática, houve a redução do clientelismo e o empenho do governo militar pela racionalidade técnica (COSTIN, 2010, p.57).

Naquele contexto, o governo militar brasileiro instaurou uma reforma, em 1967, a qual, apesar do caráter de descentralização gerencialista, também era arraigada por características do modelo de administração burocrática (COSTIN, 2010, p.59).

Dadas as reformas constantes do Brasil na época, a crise burocrática iniciada ainda no período militar, agravou-se após 1988, antes mesmo da gestão burocrática ser totalmente implantada no país. O insucesso do modelo burocrático não ocorreu somente por não conseguir extinguir totalmente o patrimonialismo, mas também pela maneira de recrutamento de administradores por meio de empresas estatais e não por meio de uma redefinição de carreiras e de concurso público para a alta administração (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.3).

Assim, a partir do momento em que surgiu o Estado social e econômico do século XX, percebeu-se que a administração burocrática não possuía rapidez, qualidade, nem baixo custo, mas sim o contrário, ela é lenta, cara e não ajustada para sanar as reais necessidades da população (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.5).

Por isso, devido às deficiências encontradas na gestão burocrática outra forma de administração pública foi necessária em função de fatores como a crise nas finanças públicas – em virtude de déficits acumulados –, a atenção dos cidadãos à ética, à transparência e aos benefícios dos políticos, a abertura a tecnologia da informação e o fortalecimento da governança pública (COSTIN, 2010, p.33).

Embora a gestão burocrática seja efetiva na oferta de serviços sociais como saúde e educação, e também em relação ao combate à corrupção, ela torna-se insuficiente em relação às necessidades que surgiram com o Estado Social, como os cidadãos-clientes. Por isso, foi imprescindível a substituição da gestão para o modelo gerencial, (BRESSER-PEREIRA, 1998, p.55).

2.2.3 Administração Gerencial

Em decorrência da crise que o modelo burocrático vinha causando nos Estados, devido à falta de aderência às mudanças socioeconômicas ocorridas na segunda metade do século XX, a administração pública gerencial surgiu, na década de 1970, e se desenvolveu na década de 1980. O modelo foi baseado na visão neoliberal e tinha como objetivo reduzir os custos e tornar a administração pública mais efetiva (MATIAS-PEREIRA, 2012, p.69).

Nos anos 1980, os países centrais começaram um movimento voltado à administração pública gerencial, não só devido a problemas de crescimento, mas também à legitimação da burocracia diante da demanda da cidadania (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.5). O modelo gerencial iniciou nos países anglo-saxões como Grã-Bretanha, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia e, posteriormente, na Europa continental e no Canadá (ABRUCIO, 1997, p.7).

Devido ao surgimento da concorrência internacional, vários governos entenderam que precisavam de administrações mais flexíveis para funcionar com eficiência e garantir serviços de qualidade (RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL, 1995, p.109 *apud* ABRUCIO, 1997, p.38). Dessa forma, gradativamente a administração pública gerencial foi criando forma, adotando suas características de:

(1) descentralização do ponto de vista político, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais; (2) descentralização administrativa, através [*sic.*] da delegação de autoridade para os administradores públicos transformados em gerentes crescentemente autônomos; (3) organizações com poucos níveis hierárquicos ao invés de piramidal, (4) pressuposto da confiança limitada e não da desconfiança total; (5) controle por resultados, *a posteriori*, ao invés do controle rígido, passo a passo, dos processos administrativos; e (6) administração voltada para o atendimento do cidadão, ao invés de auto-referida (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.6).

O gerencialismo parte dos pressupostos de “descentralização das decisões e funções do Estado, autonomia no que diz respeito à gestão de recursos humanos, materiais e financeiros e ênfase na qualidade e na produtividade do serviço público” (MATIAS-PEREIRA, 2012, p.61).

Na busca de melhorar a qualidade dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos, o modelo gerencial possuía o diferencial de defesa ao interesse público, buscando deixar o cidadão no centro das atenções. Além disso, também procurava reduzir os custos, incentivar a participação efetiva da sociedade, transferir a ênfase dos procedimentos internos (meio) para os de resultados (fins) e criar formas de fortalecer o controle social sobre o gestor público (MATIAS-PEREIRA, 2010, p.95).

Dentre outras características tem-se a avaliação de resultados com o fim de identificar políticas e serviços efetivos; a rapidez e economia na prestação de serviços; a definição de resultados a serem obtidos; o estímulo ao desempenho superior, inclusive financeiro; a criação de instituições de parceria com o poder público, como as Parcerias Público-Privada (PPP) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) (COSTIN, 2010, p.34-35).

Na esteira da visão neoliberal, a administração pública gerencial tomou força e *corpus*, na Inglaterra, no governo de Margareth Thatcher, primeira ministra em 1979. O objetivo era aplicar medidas de contenção fiscal, fortalecimento do gerenciamento público, de instituições de controle e estruturas mais flexíveis, em que o cidadão, além de usufruir do serviço público, também pode contribuir com a gestão pública, participando das tomadas de decisão. No entanto, a ministra não obteve controle sobre a reforma do Estado, pois os funcionários públicos focaram na modernização do Estado e não na proposta liberal de Thatcher. Assim, mesmo sem a colaboração dos funcionários públicos, desenvolveu-se a autonomia gerencial, a descentralização dos orçamentos e a mensuração de resultados na gestão pública do país (COSTIN, 2010, p.33-34).

Outro exemplo pioneiro da administração gerencial é a Nova Zelândia que, motivada por uma forte crise econômica em 1984, considerou a opinião de altos funcionários do Tesouro neozelandês e acatou diversas propostas de solução perante a crise, incluindo privatizações e reforma do Estado (COSTIN, 2010, p.34). Assim, em

dez anos de reforma (1984-1994), o país se tornou um exemplo acadêmico, o qual a ministra das Finanças, Ruth Richardson, fazia questão de divulgar, mostrando como o país obteve uma das maiores taxas de geração de emprego na época (MOREIRA NETO, 1988, p.42-43).

A partir desses dois exemplos o modelo gerencial avançou nos demais países, sendo implantado cada um a seu modo por meio de discursos positivos e contrários (COSTIN, 2010, p.34).

A reforma gerencial da Nova Zelândia (1984-1994) é bem parecida com a do Brasil, na década de 1990, pois ambas se basearam nos princípios de controle estratégico, descentralização, *accountability*, competição do setor privado e privatizações (CAMPELO, 2010, p.314). A característica comum dos dois países é de que o Estado se encontra presente em todos os setores importantes da economia e preocupa-se com o bem-estar da nação (MOREIRA NETO, 1988, p.42-43).

No Brasil, em 1938, a ideia de administração pública gerencial, não obstante a prevalência do modelo burocrático à época, começou a ser implantada com a ideia da criação de autarquias, em que se propunha que os serviços públicos da administração indireta deveriam ser descentralizados e as condições impostas pela burocracia flexibilizadas. O primeiro indício de reforma gerencial no país aconteceu em 1967, por meio do Decreto-Lei 200, sob a coordenação de Amaral Peixoto e Hélio Beltrão. Beltrão, nos anos 1979 a 1983, durante o Governo Figueiredo, como ministro da Desburocratização, propôs tornar o cidadão parte ativa de toda a atividade do Estado (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.6).

A reforma iniciada pelo Decreto-Lei 200 foi uma tentativa de amenizar a inflexibilidade burocrática, por isso baseou-se na descentralização e nos princípios básicos da racionalidade, planejamento, orçamento e controle. Os setores descentralizados possuíam funcionários celetistas, contratados pelo regime privado, por isso, persistiram métodos patrimonialistas, não desenvolvendo as carreiras administrativas e fortalecendo o regime militar na década de 1970. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.7).

Nessa toada, para Matias-Pereira (2010, p.95), o gerencialismo brasileiro seguiu o padrão da vertente norte-americana utilizando políticas que geravam um governo empreendedor, pois:

O Brasil buscou privilegiar os seguintes segmentos: melhor capacitação de sua burocracia; garantia de contratos e um bom funcionamento dos mercados; autonomia e capacidade gerencial do gestor público; e a garantia que o cidadão-cliente deverá ter os melhores serviços públicos e seu controle de qualidade realizado pela sociedade. Para viabilizar o alcance desses objetivos, se fez necessária a promoção de ajustes nas organizações públicas do país, tornando a administração pública mais profissional, com carreiras sólidas e valorizadas; descentralização administrativa; indicadores de desempenho para as organizações públicas, dentre outras ações voltadas para a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços públicos.

Posteriormente, em consequência da crise fiscal do Estado e do início da globalização na década 1980, impôs-se uma reforma do Estado com a necessidade de reformulação das suas funções, com um dos objetivos de internacionalizar a economia do país (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.1). Algumas características do gerencialismo puderam ser notadas no Governo de Fernando Collor de Mello, em 1990, por meio do processo de desestatização de diversas organizações da administração indireta e privatização de outras, além da abertura do mercado para as importações.

Em 1995, com o intuito de tornar os serviços sociais do Estado mais eficientes, o Brasil foi o primeiro, entre os países em desenvolvimento, a iniciar uma reforma gerencial, mediante iniciativa do presidente na época, Fernando Henrique Cardoso. Após esse período, a reforma continuou sendo fortalecida e avançando em relação às esferas estaduais e municipais (BRESSER-PEREIRA *apud* COSTIN, 2010, p.75).

No ano 2000, foi criada a Lei da Responsabilidade Fiscal n.º 101/2000, a qual com amplo viés da gestão gerencial tinha como finalidade fiscalizar a gestão contábil, financeira e orçamentária, atribuindo aos administradores públicos novas responsabilidades, como o controle financeiro dos entes federativos e das demais organizações públicas diretas e indiretas (CAMPELO, 2010, p.318).

Conclui-se, então, que a nova metodologia implantada pela gestão gerencial se iniciou com o viés de uma administração mais eficiente, que gerasse efetividade social, com transparência, crescimento econômico, controle orçamentário/financeiro, responsabilidade (*accountability*), descentralização e participação social. (CAMPELO, 2010, p.312-315).

Máxime então que o foco do gerencialismo é o cidadão e não os regulamentos, como na administração burocrática, pois, conforme Moreira Neto (1998, p.37), na Administração Pública Gerencial “[...] passa-se a considerar o usuário do serviço prestado pelo Estado como o ‘dono’ do serviço, e não apenas o seu destinatário”. Dessa maneira, com as mudanças da gestão era fundamental que os administradores públicos deixassem de desempenhar apenas o cotidiano burocrático e se voltassem ao cidadão. No entanto, para isso, é necessário também mudar a mentalidade da população, para que essa adquira o hábito de exigir qualidade nos serviços públicos (MOREIRA NETO, 1998, p.38).

Por fim, parece que hoje em meio à crise política e de gestão, busca-se uma nova forma de administração pública, que traga mais dinamismo aos processos decisórios que afetam o coletivo, incentivando a participação dos cidadãos e a cobrança ativa da população em relação às ações dos governantes. Por isso, inicia-se, ao menos na área acadêmica, um amadurecimento na pesquisa sobre a gestão societal.

2.2.4 Administração Societal

O universo da participação, segundo Gohn (2011a, p.16), é mais antigo do que o próprio conceito, pois a presença da participação da sociedade civil nas políticas públicas leva ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira, resgatando as lutas dos cidadãos por direitos sociais, por cidadania e por melhores condições de vida.

Jean J. Rosseau, para quem o homem é um ser socialmente político (*Zoon Politikon*), é considerado o teórico da participação, pois a sua teoria política considera a participação do cidadão no processo de tomada de decisões da comunidade e a vê como asseguradora de um bom governo. Ele considera que uma pessoa se torna um verdadeiro cidadão quando se interessa pelo bem geral e não apenas com o particular, podendo levar à mudança educativa dos indivíduos (GOHN, 2011a, p.24-25).

Ressalte-se também que o indivíduo enquanto animal político social é elemento essencial no processo de participação, uma vez que ele é o agente ativo

de qualquer relação, ao mesmo tempo em que, no caso da participação política, é também agente passivo, ou seja, o indivíduo é impactado pela ação ou omissão participativa. Consequentemente, seguindo Gohn (2011a), pode-se dizer que:

Há participação quando há um sentimento de que os indivíduos têm valor e são necessários para alguém, quando percebem sua própria contribuição, e que têm um lugar na sociedade, que são úteis, que são valorizados por alguém. Para tal, os indivíduos necessitam de um meio ambiente consistente do ponto de vista de relacionamento, contatos e laços sociais. Para participar, os indivíduos têm que desenvolver a autoestima, mudar sua própria imagem e as representações sobre a sua vida. Ter apenas um emprego não resolve o problema da participação, porque os indivíduos devem ter também motivações. Precisam estar articulados a redes societárias, desenvolver interações frequentes e contínuas com seus pares (GOHN, 2011a, p.31).

O marco da participação social no ambiente político nacional foi quando, após 20 anos de Regime Militar, em 1984, o país viveu o marcante movimento “Diretas Já”, momento em que os brasileiros tinham a esperança de que a democracia traria mudanças não só políticas, mas também econômicas e sociais, como a volta da liberdade civil, o retorno do crescimento econômico e a distribuição de renda. O pico do movimento se deu nas vésperas da votação da emenda constitucional que permitia o voto direto popular para presidente da República, mas mesmo com a significativa manifestação, a emenda não foi aprovada por falta de quórum, levando a primeira desilusão da República (GIAMBIAGI *et al.*, 2011, p.97-98).

Máxime que o período militar brasileiro foi caracterizado pela redução da participação social na política, além do desrespeito aos direitos civis e políticos. Após esse período, a participação da população cresceu, embora ainda houvesse pouca organização de bases populares, devido ao baixo interesse social pela movimentação política (OLIVEIRA; CATAPAN; VICENTIN, 2015, p.114). Além disso, houve o crescimento dos movimentos sociais, na segunda metade dos anos 1970, com ideias voltadas para problemas cotidianos da sociedade; o que, mesmo sem a definição de partidos políticos (como o pluripartidarismo excessivo hodierno), marcou o início da consciência dos direitos da sociedade.

Na década de 1980, surge a participação dos indivíduos na elaboração de estratégias e tomada de decisão, por meio dos movimentos populares, categorias

profissionais do funcionalismo público, associação de moradores entre outros. O termo usado na época era “participação popular”, que foi definida como “esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlavam a vida em sociedade. Esses esforços deveriam partir fundamentalmente da sociedade civil organizada em movimentos e associações comunitárias” (GOHN, 2011a, p.52). No mesmo sentido, o mesmo autor afirma ainda que:

No plano mais geral, buscava-se o direito de eleger representantes para cargos públicos, o direito de se manifestar e de se organizar livremente. Tratava-se de mudar as regras do controle social e de alterar a forma de fazer política no país. O clamor à participação era geral e não se restringia aos setores populares. [...] estabelecer formas de arregimentação de forças políticas próprias que sustentem as reivindicações e a conquista dos direitos (GOHN, 2011a, p.52-53).

Dessa maneira, conforme Oliveira, Catapan e Vicentin (2015, p.114), também na década de 1980, foi reconhecido o direito ao voto por meio da Constituição de 1988, garantindo-o a todos os capazes e, facultativamente, aos maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos, aos analfabetos e maiores de setenta anos. Assim, pode-se considerar que a participação política é um dos elementos que interfere na participação societal, pois a aversão à política, ou seja, a não participação na eleição pode impactar na vertente societal. Hoje com as campanhas eleitorais cada vez mais profissionais e milionárias, a população se sente cada vez mais abandonada, pois o interesse do povo é sobreposto pelos interesses políticos, ao clientelismo e aos apadrinhamentos, surgindo, então, o desinteresse pela política – e, conseqüentemente, interferindo na participação da sociedade.

Por isso, anteriormente aos anos 1990, a literatura internacional afirmava sobre a impossibilidade de surgirem canais participativos nos países em desenvolvimento da América Latina, pois as características dos atores políticos e das instituições políticas eram cercadas por pactos informais e pela fraqueza da sociedade civil (CORTES, 2007, p.125).

Assim, a partir de 1990, surgiram formas mais institucionalizadas de organização popular e iniciativas de parceria entre a sociedade e o poder público, como Fóruns, Orçamento Participativo e Conselhos Municipais, atuantes nas

questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos. Em relação à mobilização político-administrativa local e regional, pode-se citar além do Orçamento Participativo, os Conselhos Gestores (saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, idoso) e os Conselhos da Condição Feminina, Populações afrodescendentes, entre outros (GOHN, 2011a, p.342).

Ainda em 1990, a participação se tornou um dos principais temas das demandas, envolvendo a criação de canais, definindo que qualidade eles teriam e como os cidadãos poderiam participar. Surgia assim uma nova fase da participação, que passou a ser vista sob um novo foco, com a Participação Cidadã, baseada na universalização dos direitos sociais, na ampliação da cidadania e em uma nova compreensão sobre o papel do Estado. Essa inovação passou a ser implementada como política pública, na época em que medidas assim ganhavam destaque nas estratégias de desenvolvimento, transformação e mudança social (GOHN, 2002, p.12).

No entanto, após esse período, é identificado no Brasil um dos primeiros projetos políticos em desenvolvimento inspirado na vertente gerencial e, após isso, se desenvolve a vertente societal. Esse ideal ganha corpo e as suas raízes surgiram nas mobilizações populares contra a ditadura e na redemocratização do país, por meio dos movimentos sociais, dos partidos políticos de esquerda e das organizações não-governamentais. Assim, surgiram nas experiências alternativas da gestão pública, os Conselhos Gestores e o Orçamento Participativo (PAULA, 2005a, p.37). Em continuidade, dos anos 2000 em diante, promove-se a ampliação da gestão deliberativa com várias inovações no campo da participação popular, inclusive com a participação via eletrônica (GOHN, 2011b, p.230). Da contribuição dos dois autores, Paula (2005a, p.39) sedimenta a discussão asseverando que:

A mobilização política pode estimular a participação popular no debate das dificuldades cotidianas, contribuindo para a formação de lideranças populares. Esse ambiente estimulou a articulação de alguns grupos em torno de questões que afetavam substancialmente a qualidade de vida individual e coletiva, originando reivindicações populares junto ao poder público. Emergiram então demandas por bens de uso coletivo, como transporte, habitação, abastecimento de água, saneamento básico, saúde e creche [...] alguns grupos também protagonizaram mobilizações pelos direitos de cidadania, como, por exemplo, os movimentos que protestavam contra o custo de vida, o desemprego, a repressão política e a opressão da mulher.

Desse modo, Pinheiro (2010, p.91) define que a participação societal é “a preparação do processo participativo com a produção de informações em linguagem acessível e finalmente a capacitação dos gestores técnicos locais e cidadãos, para que todos possam entender e interferir nos processos de tomada de decisão”. No entanto, o autor assevera que “construir processos efetivamente participativos é um grande desafio e encontra grandes resistências” (PINHEIRO, 2010, p.76). É um movimento que exige conhecimento, muita organização e vontade política. Mas a ausência de participação comunitária é um dos principais fatores de insucessos de planos de programas e projetos.

Nesse sentido, a vertente societal surge com a expectativa de substituir a gestão tecnoburocrática por uma gestão mais participativa, na qual há contribuição de diferentes indivíduos no processo decisório, podendo então ser entendida como uma ação política deliberativa, na qual o cidadão participa decidindo como pessoa, trabalhador ou consumidor (PAULA, 2005a, p.45).

Máxime que sustentando o surgimento dessa nova vertente, valorizando-se a cidadania, Redruello (2015, p.64) considera que:

La participación ciudadana no solo se limita, como en el pasado, a elegir o ser elegidos y al ejercicio del voto. Hoy, el ejercicio del derecho a la participación ciudadana se amplía y se puede intervenir en los asuntos de interés público, presentar proyectos de iniciativas que pueden ser de carácter normativo para crear, enmendar o reformar leyes, normas reglamentos, resoluciones y acuerdos o ser consultados y presentar proyectos, lo cual estará destinado a mejorar y legitimar las decisiones que se tomen en la esfera pública.

O desenvolvimento da participação societal exige vontade política das forças democráticas, para que instituem espaços públicos consolidados por instituições que se fundamentam nos direitos humanos e na participação cidadã, por meio de conselhos, fóruns e outros meios de atuação, pois, conforme afirma Gohn (2002, p.19), uma “forma participativa proposta só pode vir a acontecer se os cidadãos ativos de uma comunidade lutar para garantir a existência do caráter democrático desses novos espaços desde seus primórdios, logo no início de sua implantação”.

A interdependência das sociedades provoca a necessidade de uma democracia participativa, mais direta e deliberativa, com cidadania plural. Assim, fortalecendo a democracia é possível transferir mais responsabilidades aos cidadãos sobre assuntos públicos (VILLELA *et al.*, 2016, p.624).

2.2.4.1 E a Apatia Societal, o que é?

Não obstante a relevância da participação societal no Estado Democrático de Direito, é evidente a existência de problemas na sociedade brasileira, herdados e latentes desde o período colonial, como a corrupção e a desigualdade econômica e social. Nos períodos tidos como “democráticos”, especialmente na contemporaneidade, os governos adotam uma governabilidade a partir do presidencialismo de coalizão e da distribuição de cargos; o que não é necessariamente moral, mas tem o intuito de obter vitórias governistas, facilitando a governabilidade. Esse modo de governar explica, em parte, o porquê da falta de interesse da população na participação societal (OLIVEIRA; CATAPAN; VICENTIN, 2015, p.115).

Assim, de acordo com Redruello (2015, p.12), o processo participativo garante que a igualdade política seja efetiva em relação a decisões tomadas conforme a vontade geral, ou seja, com o apoio de todos os cidadãos. Em suma, pela incapacidade de educar o cidadão comum quanto à enorme gama de assuntos públicos, a apatia passou a ser vista pelos governantes como um alívio, pois devido a isso poderiam influenciar as massas em questões sobre as quais não entenderam. Podendo assim, restringir a tomada de decisão ao âmbito das pequenas elites interessadas e dispostas.

Para sentir insatisfação em relação a algum problema é preciso conhecê-lo, se interessar por ele e, posteriormente, querer melhorá-lo. Por outro lado, o que leva a apatia é o sentimento de que nada se pode fazer para alterar a situação e não se pode lutar com imenso e onipresente sistema político. Por sua vez, a teoria elitista caracteriza a apatia como a satisfação com o sistema, pois isso diminui o número de reclamações e gera estabilidade social. No entanto, sabe-se que, no Brasil, atualmente, não há satisfação com o sistema, mas sim a vontade de mudança e de reformas. Porém, para isso, é necessária a participação ativa nos assuntos de interesse público e não a potencialização da apatia.

Dessa maneira, Redruello (2015, p.61-62) explica que a inatividade do cidadão não é devido ao analfabetismo, à pobreza ou à falta de informação; antes disso, ela se deve à falta de prática democrática, ou seja, a apatia vem da rejeição do sistema e não da falta de opções para participar. Assim, podem-se citar dois

motivos que causam a apatia (qualquer semelhança a situação atual vivenciada na República Brasileira é mera coincidência): o controle da classe política sobre manifestações da população e a corrupção gerada pelas potências econômicas dentro do sistema, que beneficia políticos desonestos e contribui para alienação e apatia dos cidadãos.

Portanto, em relação à apatia societal, conforme às concepções até aqui evidenciadas, Redruello (2015, p.75-76) afirma que:

Esa parece ser el mecanismo causal fundamental de la apatía, aquello contra los que los apáticos sienten que no pueden luchar: las cualidades del propio sistema político, que repele al ciudadano. La clase política controla las manifestaciones ciudadanas y minimiza la voz de la gente, al punto que esta llega a creer que en sus marchas le está gritando a las paredes; por otro lado, la corrupción que generan los poderes económicos dentro del sistema ponen en marcha una maquinaria inmensa, propia del capitalismo, ante la cual los individuos poco pueden hacer (REDRUELLO, 2015, p.75).

Visto isso, de acordo com Gohn (2011a, p.356-357), pode-se considerar que ainda há muitos desafios a serem enfrentados, como, por exemplo, alterar a cultura da sociedade civil e política, que ainda é marcada pelo clientelismo e corrupção; reestruturar a cultura administrativa arraigada de órgãos públicos, ainda formados com base na burocracia e no corporativismo; e fortalecer a cidadania, respeitando-se os direitos e deveres da coletividade.

No mesmo lume, a autora (GOHN, 2002) assevera que, a participação societal para ser efetiva, precisa ser:

[...] qualificada, ou seja, não basta a presença numérica das pessoas porque o acesso está aberto. É preciso dotá-las de informações e de conhecimentos sobre o funcionamento das estruturas estatais. Não se trata, em absoluto, de integrá-las, incorporá-las simplesmente à teia burocrática. Elas têm necessidade e o direito de conhecer essa teia para poderem intervir de forma qualificada e exercer uma cidadania ativa, e não uma cidadania regulada, outorgada, passiva. Os representantes da população devem ter igualdade de condições para participar, tais como [...]: acesso às informações (que estão codificadas nos órgãos públicos) e algum tipo de remuneração para sua atividade.

Assim, de acordo com Font (2004, p.28), pode-se instrumentalizar as formas de participação popular (societal) de diversas maneiras, tais como, reforçar a participação popular por meio de maior representatividade – colocando a população como participante do processo decisório e não apenas de maneira

consultiva; ampliar os mecanismos de participação; e impulsionar uma mudança da cultura participativa, sendo necessária para isso uma análise sobre as causas da apatia societal.

Até 1930, o Brasil foi um país dominado pelas oligarquias, pela política dos governadores. Na Revolução de 1930, com o início da Era Vargas, centralizou-se o poder dos dirigentes a fim desenvolver e modernizar o país. No ano de 1964, com o início da ditadura militar, esse poder tornou-se ainda mais forte (MATIAS-PEREIRA, 2012, p.228).

A independência do Brasil, por exemplo, foi decretada por Dom Pedro I, ou seja, pelo próprio governante do país. Esse pediu independência de Portugal, não sendo uma manifestação efetuada pelos próprios cidadãos brasileiros como deveria ser feito. Isso demonstra a característica de uma sociedade brasileira totalmente dependente do governo, quando o correto deveria ser o contrário.

Portanto, é interessante notar que no Brasil, devido à herança cultural e histórica, o Estado é entendido de maneira invertida, pois nasceu antes da sociedade, surgindo como garantidor da sociedade, sendo que, na realidade, deveria ser ao contrário. Foi por isso que não houve a emancipação do país, nem política, nem econômica (MATIAS-PEREIRA, 2012, p.228).

QUADRO 1 - MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUAS CARACTERÍSTICAS

continua

MODELO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Patrimonialista	Não distingue patrimônio público do privado. Comum nas monarquias absolutistas dos séculos XVII e XVIII. Figura do monarca era considerada o poder máximo, inclusive o divino. Clientelismo. Poder ilimitado do soberano. Benefícios ao clero e a nobreza. Cargos públicos em atendimento aos interesses da aristocracia. Corrupção e Nepotismo. Coronelismo. Racionalidade subjetiva. Sistema fiscal injusto. Falta de profissionalização.
Burocrática	Separação do bem público do privado. Princípio da Impessoalidade. Formalismo. Hierarquia. Controle de meio, monitoramento constante dos meios para aplicar medias corretivas a tempo. Normas legais racionalmente definidas (Poder Racional-Legal). Regras escritas e exaustivas.

QUADRO 1 - MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUAS CARACTERÍSTICAS

conclusão

MODELO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Gerencial	Redução de custos. Efetividade. Eficiência. Flexibilidade. Descentralização. Poucos níveis hierárquicos. Controle por resultados, <i>a posteriori</i> . Atendimento ao cidadão. Defesa do interesse público. Rapidez e economia na prestação de serviços.
Societal	Participação da sociedade civil nas políticas públicas. Lutas dos cidadãos por direitos sociais, à cidadania e a melhores condições de vida. Cidadão é elemento essencial no processo participativo. Produção de informações em linguagem acessível aos cidadãos. Capacitação de gestores técnicos locais e cidadãos, para que todos possam interferir no processo de tomada de decisão. Cidadão participa como pessoa, trabalhador ou consumidor.

FONTE: Elaborado pela autora (2018), a partir do referencial teórico.

Enfim, para que a participação societal seja efetiva não basta apenas alta de participação, mas sim de qualificação desses cidadãos participantes. Por isso, é necessário prover aos interessados informações e conhecimento sobre o meio público. Conforme reforça Gohn (2011a, p.100), não basta apenas integrar e incorporar o cidadão à teia burocrática. Além disso, a sociedade possui o direito de compreender essa teia para, posteriormente, poder interceder no meio público e praticar uma cidadania ativa e adequada.

2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

O processo de democratização baseando-se na participação societal tem o desenvolvimento local/regional como fator chave, pois as reivindicações dos cidadãos, em princípio, são encaminhadas diretamente aos órgãos públicos – principalmente, às prefeituras –, sendo de responsabilidade do mandatário decidir sobre as demandas do detentor do poder originário, qual seja, o povo (GOHN, 2011a, p.54).

O desenvolvimento local e regional que se apresenta como foco do presente estudo, tem sua raiz no conceito de desenvolvimento econômico, que se constitui como:

[...] um processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resultada sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.9).

Dessa maneira, considera-se que o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico, de um lado relacionado ao surgimento e formação dos estados nacionais e, de outro lado, à acumulação de capital e à incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital. Assim, para que haja desenvolvimento econômico é necessário que as instituições garantam a ordem pública e/ou estabilidade política, bem como o bom funcionamento do mercado e boas oportunidades de lucros para que os empresários invistam (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.5-6).

A teoria de desenvolvimento econômico de Schumpeter parte do equilíbrio walrasiano como base do seu estudo, considerando a ruptura do equilíbrio estacionário como início do processo de desenvolvimento. A teoria schumpeteriana traz como característica a repetição contínua no processo de desenvolvimento, seja na produção, seja no consumo, em que a concorrência impede o máximo aproveitamento do rendimento e leva a um ciclo idêntico que se repete indefinidamente. Assim, o início de desenvolvimento para o autor ocorre quando há profunda mudança nos sistemas produtivos (NAPOLEONI, 1979, p.50-51).

Para se delinear adequadamente este estudo sobre Apatia Societal e o Desenvolvimento dos municípios paranaenses, faz-se mister a distinção entre o crescimento e o desenvolvimento, sendo este um progresso de alterações estruturais, afirmando-se com força própria e aquele sendo induzido por um fator externo, que não gera progresso, mas infla a economia e, assim que a causa é cessada, se subtrai (NUSDEO, 2014, p.373).

Na mesma perspectiva, Pinho e Vasconcellos (2003, p.406) discutem sobre os termos, asseverando que o crescimento econômico equivale a um processo no qual a renda per capita de uma determinada população se eleva. Acompanhado desse crescimento, sucedem-se transformações estruturais

quantitativas e qualitativas, como, por exemplo, “redução das taxas brutas de natalidade e de mortalidade, ampliação do sistema escolar e de saúde; maior acesso aos meios de transportes, de comunicação e culturais; maior integração com as mais importantes economias mundiais; e aumento da produtividade média do setor industrial”, gerando, dessa maneira, o desenvolvimento.

O crescimento econômico caracteriza-se pelo aumento da renda per capita de uma população e pelo aumento da produção de bens e serviços, não necessariamente melhorando a qualidade de vida dos cidadãos. O crescimento pode, inclusive, resultar em aumento da desigualdade populacional, por isso é ideal que o crescimento fortaleça até chegar ao desenvolvimento, para que a população se sinta favorecida pelo processo (PNUD, 2013). Dessa forma, confirma-se:

O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É preciso que este crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre toda a população, maior liberdade de expressão, entre outras (PNUD, 2013, p.23).

Por isso, é no desenvolvimento econômico e humano que se associa o processo de crescimento para que a sociedade seja a maior beneficiária das mudanças decorrentes desse processo. Ou seja, a maioria da população deve vivenciar melhor condição de vida, como saúde, educação, cidadania, redução da desigualdade social, aperfeiçoamento pessoal, entre outros. Assim, os indicadores sociais, juntamente com o estudo da evolução da distribuição de renda, são imprescindíveis para analisar se de fato o crescimento econômico está conduzindo a benefícios aos cidadãos.

As definições conceituais de desenvolvimento humano, assim como do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram divulgadas no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1990, criado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen. Os conceitos foram amplamente difundidos, devido à popularização do IDH, como outra medida possível ao desenvolvimento humano, substituindo e, até mesmo, superando o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) nessa avaliação de desenvolvimento (PNUD, 2013).

O desenvolvimento humano pode então ser entendido, segundo o PNUD (1998 *apud* JANNUZZI, 2002, p.67), como:

[...] um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos indivíduos para a conquista de níveis crescentes de bem-estar. Para tanto, o processo de desenvolvimento deveria garantir, entre outros aspectos, oportunidades crescentes de acesso à educação e cultura, a condições de desfrutar uma vida saudável e longa e a condições de dispor de recursos suficientes para o consumo adequado de bens e serviços.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o desenvolvimento humano amplia as capacidades e as oportunidades dos cidadãos, elevando-se o potencial da população em escolher a maneira que deseja viver, por meio da variedade de dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais. Com isso, o desenvolvimento humano é voltado para as pessoas, não só com foco na riqueza ou na renda, mas sim na melhoria do bem-estar geral da população e na liberdade de escolher o estilo de vida que desejam (PNUD, 2013).

Por sua vez, Pinho e Vasconcellos (2003, p.485) defendem que para que o desenvolvimento econômico seja definido como tal, é preciso identificar as seguintes características:

- a) crescimento do bem-estar econômico;
- b) diminuição dos índices de pobreza, desemprego e desigualdade e;
- c) melhoria da situação da saúde, alimentação, educação, habitação e mobilidade.

O desenvolvimento econômico pode ser medido por meio de indicadores como o IDH. O IDH é medido a partir de três itens de desenvolvimento humano: renda (avaliada pelo PIB per capita com a necessidade de recursos monetários para compra de bens e serviços básicos à sobrevivência da população); educação (calculado pela taxa de alfabetização de adultos e taxa de escolaridade); e esperança (expectativa) de vida (baseada na saúde da população e nos riscos à morbimortalidade). Esse índice surgiu como contraponto ao PIB, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Já o IDH é uma medida geral que visa ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, pois mede o bem-estar de uma sociedade considerando os três elementos para o cálculo (PNUD, 1998 *apud* JANNUZZI, 2002, p.67).

Além disso, o IDH foi amplamente aceito devido à fácil compreensão do cálculo e à simplicidade de mensurar o desenvolvimento humano, abrangendo em um único número, três variáveis básicas da vida de um cidadão: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). De forma que as duas primeiras variáveis analisam o bem-estar da população – por meio do estilo de vida e das escolhas efetuadas a partir do estudo adquirido – e a última variável possui o objetivo de garantir as necessidades básicas aos cidadãos (PNUD, 2013).

Os três componentes utilizados para o cálculo do IDH podem se complementar entre si, se considerarmos que a saúde é fundamental para que os cidadãos possuam uma vida de qualidade tanto física, quanto mental. A educação também é fator chave no desenvolvimento humano, pois a formação de habilidades satisfaz as necessidades básicas dos indivíduos e de suas comunidades. E, por fim, a renda é fundamental para que um cidadão possua acesso às necessidades básicas como alimentação, moradia e também à liberdade de escolha (PNUD, 2017) – formando-se, assim, um embricamento adequado/suficiente para a composição de um indicador socioeconômico.

Já o PIB é um indicador de desenvolvimento econômico e social que calcula a soma dos bens e serviços produzidos em um país durante um determinado período. No entanto, o PIB é alvo de muitas críticas em relação a sua eficiência como instrumento de avaliação do desenvolvimento. Essas críticas decorrem do fato de o PIB ter surgido na década de 1960, momento em que o crescimento e o desenvolvimento econômico eram considerados sinônimos (PNUD, 2013).

Na época, as estratégias de crescimento econômico acabaram não gerando o desenvolvimento econômico e social esperados para os países em desenvolvimento, persistindo os altos níveis de pobreza e de desigualdade social. Por isso, o PIB passou a ser questionado como indicador de análise socioeconômica, mas mesmo assim não perdeu sua importância por ainda ser utilizado para diversas avaliações (JANNUZZI, 2002, p.54).

No Brasil, assim como os demais países em desenvolvimento da época, iniciou-se, em 1950, um processo de crescimento econômico acelerado, por meio do setor industrial. Esse período foi considerado apenas como crescimento, pois não foram constatados fatores estruturais que indicassem melhoria nas questões sociais do país (PINHO; VASCONCELLOS, 2003, p.406).

Focando-se no desenvolvimento local/regional, pode-se dispor do IDH para indicar o desenvolvimento econômico-social de uma região do país ou um conjunto de países/regiões geograficamente próximas, desde que tenham entre si relações econômicas, políticas e institucionais fortalecidas para que constituam, assim, um sistema (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.17).

Os estudos *lato sensu* do desenvolvimento local/regional, segundo Mendes e Cavedon (2014, p.342), surgem na década de 1990, possuindo como base o desenvolvimento econômico, não mais o modelo de desenvolvimento anterior que se baseava em teorias da modernização, da tecnologia e da estrutura industrial para definir o desenvolvimento dos países. Assim, para se chegar ao conceito de desenvolvimento local, foi levada em conta a integração de outros aspectos, como atributos sociais, ambientais e culturais (MENDES; CAVEDON, 2014, p.342).

Em princípio, a intenção do desenvolvimento local era descentralizar a administração pública, devido à impossibilidade do Estado conduzir os processos de desenvolvimento. Desse modo, os processos de desenvolvimento em nível local permitiam que os grupos sociais tivessem a capacidade de obter sustentação econômica, social e ambiental de suas práticas (MENDES; CAVEDON, 2014, p.342). Nessa senda, com a evolução do conceito, tem-se que o desenvolvimento local é entendido como:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (BUARQUE *apud* MATOS; BASTOS; MACHADO, 2014, p.149).

Posto isso, tem-se que o desenvolvimento local é produzido por diversos atores e práticas que dão sustentação ao processo de melhoria econômica, diminuição da desigualdade social, aumento da qualidade de vida e acesso a bens e serviços. Conforme Mendes e Cavedon (2014, p.343), são por meio desses atores e ações que existe um processo de articulação social visando à: (i) inserção de segmentos sociais a novas dinâmicas econômicas e político-culturais; (ii) geração e consolidação das iniciativas empreendedoras locais; (iii) harmonização e regulação

das relações entre cidadão, comunidade e empresa em seu contexto socioambiental; e (iv) construção da sustentabilidade econômica das atividades locais.

Centrando-se, em princípio, na simbiose entre apatia societal e o desenvolvimento pode-se destacar que a governança local versa sobre a gestão compartilhada entre diferentes atores, tanto da sociedade civil como da sociedade política, como é o caso, por exemplo, do Orçamento Participativo. Outros mecanismos participativos incluídos na governança local se baseiam no engajamento popular como recurso produtivo, em que se elaboram estratégias para a resolução de problemas públicos. Conforme mencionado alhures, nos movimentos sociais dos anos 1970/80 no Brasil, desenvolveram-se novos experimentos participativos que geraram um papel educativo entre seus participantes, capacitando-os para a tomada de decisões e dotando-os de saber político. Esses cidadãos e suas ações, obviamente, contribuem para o desenvolvimento de suas comunidades (GOHN, 2002, p.20).

Da mesma maneira, Mill (1937 *apud* Gohn (2011a, p.25-26) considera que o desenvolvimento de uma comunidade possibilita que esse desenvolvimento gere um caráter ativo dos indivíduos em relação à participação popular. Além disso, o autor também afirma que o melhor local para a aprendizagem da participação é no nível local, pois é nesse nível que o cidadão aprende a se autogovernar e aprende sobre a democracia. Mill encara a função educativa da participação parecida com os termos eternizados por Rosseau, no sentido de que “quando o indivíduo se ocupa somente de seus assuntos privados, argumenta, e não participa das questões públicas, sua ‘autoestima’ é afetada, assim como permanecem sem desenvolvimento suas capacidades para uma ação pública responsável”.

Dessa forma, Cole (1920 *apud* Gohn (2011a, p.26) sustenta que é na participação local que o indivíduo aprende a democracia, desenvolvendo e estendendo sua participação também em nível regional.

Conforme Henriches e Meza (2017, p.127-128), busca-se como estratégia de desenvolvimento regional – com vistas ao tripé social, econômico e ambiental – um comprometimento não apenas da esfera pública, mas também da participação da sociedade civil para firmar um planejamento democrático. Com isso, institui-se que é no âmbito local que se capta com mais eficiência as informações, verifica-se maior interação entre os cidadãos e maior acesso aos bens e serviços das necessidades básicas.

No Brasil, os instrumentos de participação social ainda são recentes e poucos estudados. Assim, sem esses instrumentos, a vertente societal torna-se improvável e há a tendência de que o poder público sirva somente aos interesses do capital. Posto isso, a atuação dos atores e governos locais na implementação de políticas públicas voltadas para a cidade inicia um processo embrionário a partir da criação de meios de participação social (VILLELA *et al.*, 2016, p.621).

A articulação nacional mostra-se infrutífera devido às proporções continentais do país, sendo dificultoso planejar e coordenar processos regionais sem que haja alinhamento com a realidade local. Assim, Henriches e Meza (2017, p.128) apontam que “o êxito da governança para o desenvolvimento depende de que os planos sejam simétricos com a realidade e a dinâmica territorial na qual ela repousa atenta à circunstância de que é no nível local que os projetos melhores se articulam para a resolução das contendas”.

Especificamente, nos países em desenvolvimento, além da subutilização da capacidade produtiva, há também um sistema produtivo incapaz de absorver toda a força de trabalho. Isso gera um baixo padrão de vida para a maioria da população, em função do subemprego e do sistema tributário iníquo (ARAÚJO, 1986, p.154-155).

Nessa senda, pode-se constatar que em países em desenvolvimento, como o Brasil, há várias comunidades pobres que não fazem parte do meio de consumo, nem do mercado de trabalho. Essa população tem seus direitos menos respeitados e é excluída do diálogo social e da tomada de decisões do meio público. Esses cidadãos também sofrem para garantir a sobrevivência básica da família, como a saúde e a segurança (ISHENGOMA; KAPPEL, 2007, p.16).

A questão da pobreza e da falta de recursos de um determinado local pode agravar a apatia societal dessa área, pois são dificultadas as condições de participação ativa dessa comunidade, sem que se resolva o problema de suas necessidades básicas. Isso gera um ciclo em que os cidadãos se contentam com benefícios sociais mínimos para eleger-se um representante do governo.

2.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) E ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM)

2.4.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O desenvolvimento humano no Brasil se encontra entre os desafios a serem superados, pois a educação e a qualidade de vida da população – dimensões utilizadas para o cálculo do IDH – ainda se encontram abaixo do nível de muitos países, refletindo a desigualdade presente no país. Essa desigualdade é visível entre as regiões brasileiras e também transparece quando comparadas entre municípios, se analisa a renda per capita, a educação e a expectativa de vida (PNUD, 2013).

A adaptação do IDH para níveis subnacionais tem sido utilizada em diversos países, tais como Gâmbia, Argentina, China, Índia, África do Sul e Letônia. Essa adaptação é importante, pois, com isso, a análise do índice torna-se mais próxima à realidade, devido à aplicação adaptada ao local, com as especificidades geográficas, sociais e econômicas correspondentes (PNUD, 2013).

Em 1998, por meio dos dados obtidos pelo Censo Demográfico, o Brasil adaptou o cálculo do IDH voltando-o aos municípios e determinou um IDH subnacional (IDHM). Em 2003, uma nova edição do Censo apresentou uma série histórica, com os dados de 1991 e 2000 de todo o país. Com isso, o IDHM foi amplamente difundido e passou a ser conhecido e aplicado por formuladores de políticas de desenvolvimento humanos, gestores e tomadores de decisão. O índice, portanto, tornou-se uma referência ao estudo brasileiro (PNUD, 2013).

Em 2012, o IDHM foi adaptado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Brasil –, pelo IPEA e pela Fundação João Pinheiro, transpondo o IDH Global ao IDH municipal para 5.565 municípios do Brasil. O estudo foi baseado nos censos do IBGE dos anos 1991, 2000 e 2010, exigindo para isso uma readequação da malha municipal de 2010 à de 1999 e de 2000 (PNUD, 2018).

O IDHM utiliza três medidas para formação do cálculo, a saber, a longevidade, a educação e a renda. Além disso, adapta a metodologia do índice global à conjuntura brasileira, bem como à história dos municípios, estados e regiões metropolitanas, analisando duas décadas da trajetória do país. Para isso, mais de 200 indicadores socioeconômicos dão suporte ao estudo do IDHM (PNUD, 2013).

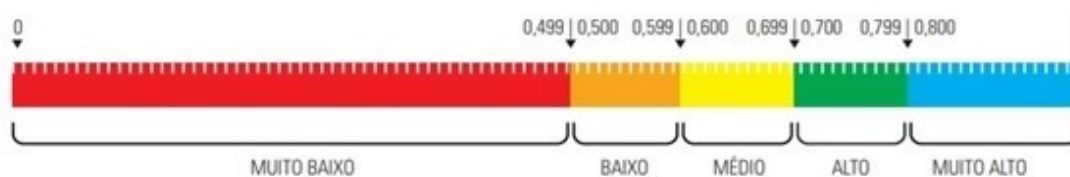
O IDHM pode ser considerado mais adequado para análise de desenvolvimento humano do que o indicador nacional, devido a considerar o histórico e as especificidades dos municípios, refletindo melhor a realidade. O diagnóstico em nível municipal também estimula a formulação e implementação de políticas públicas locais e, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida dos cidadãos (PNUD, 2013).

Em relação ao cálculo, o índice varia de 0 a 1, sendo mais desenvolvidos os municípios com resultado próximo de 1 e menos desenvolvidos os com resultado próximo de 0. A figura 1 apresenta a forma de ler o IDHM:

FIGURA 1 - COMO LER O IDHM

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.

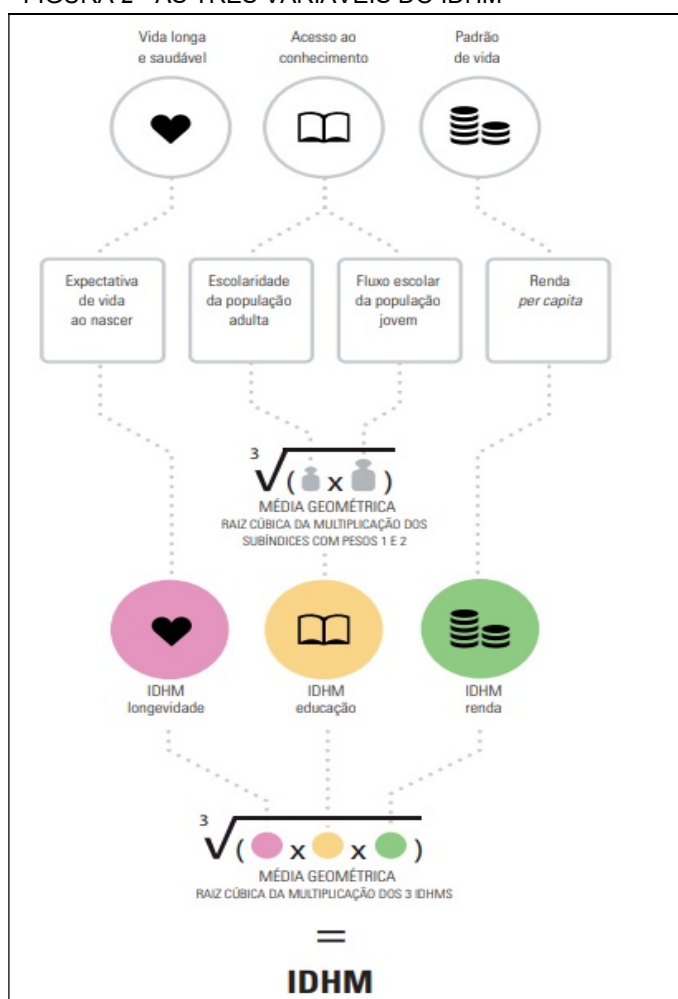
Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



FONTE: PNUD (2013).

As três variáveis utilizadas para cálculo do IDHM consolidam as principais características do desenvolvimento humano, considerando, segundo PNUD (2018), “a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda”. Para isso, demonstra-se:

FIGURA 2 - AS TRÊS VARIÁVEIS DO IDHM



FONTE: PNUD (2013).

A variável **vida longa e saudável**, calculada por meio dos dados que constam nos censos demográficos do IBGE, mede a expectativa média de vida da população ao nascer, baseando-se na taxa de mortalidade (PNUD, 2018). As condições sociais, de salubridade e saúde do município fazem parte dessa variável, pois nela são contabilizadas as taxas de mortalidade de diferentes faixas etárias do local e as causas dos óbitos (PNUD, 2013).

Um limite dessa variável apresenta-se devido ao fato de não existir indicador de mortalidade nos municípios, por isso, foi adotado o padrão de mortalidade do estado a que pertence. Essa escolha pode deixar a estatística frágil, pois, assim como há desigualdades em um país, também há em um estado. Enfim, esta variável é composta por indicadores de longevidade, mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer e taxa de fecundidade; todas as variáveis interferem nas condições socioeconômicas dos municípios (PNUD, 2013).

Na variável **acesso ao conhecimento** mede-se a escolaridade da população. Na fase adulta (18 anos ou mais), os que possuem ensino fundamental completo valem peso 1. No fluxo escolar das crianças (5 a 6 anos) e adolescentes (11 a 13 anos) que frequentam a escola valem peso 2; e adolescentes (15 a 17 anos) com ensino fundamental completo e jovens (18 a 20 anos) com ensino médio completo valem peso 2. Essa avaliação por faixa etária facilita aos gestores identificar se as crianças e adolescentes estão estudando e se estão com idade adequada às séries do ensino – há quatro faixas principais do ensino: entrada na escola (5 anos); final do primeiro ciclo do ensino fundamental (12 anos); conclusão do ensino fundamental (16 anos) e conclusão do ensino médio (19 anos) (PNUD, 2013).

Dentre as limitações dessa variável, está a estimativa apenas de momentos específicos da passagem das crianças e adolescentes no sistema educacional, portanto, não considera toda a população que frequenta a escola. Além disso, estende-se a idade ideal de conclusão dos ciclos de ensino e considera-se o acesso ao conhecimento para um adulto apenas a conclusão do ensino fundamental (PNUD, 2013).

Já a variável **padrão de vida** é calculada por meio da renda per capita municipal, sendo a soma da renda de todos os habitantes do local, dividida pelo número de habitantes da cidade, incluindo também os residentes sem registro de renda, as crianças e adolescentes. Essas informações são retiradas do censo IBGE (PNUD, 2018). Essa variável mensura o poder de compra (bens e serviços) dos munícipes, ou seja, a capacidade de manter um padrão de vida básico com direito a moradia e alimentação.

No entanto, um limitador dessa variável é o fato de que não se calcula a desigualdade social entre os habitantes, pois a cidade pode apresentar um índice elevado de renda per capita e mesmo assim possuir muitos moradores vivendo na linha da pobreza (PNUD, 2013).

Dessa forma, as três variáveis unem-se por meio de média geométrica, e o produto é extraído pela raiz cúbica:

$$\sqrt[3]{IDH \text{ Educação} \times IDH \text{ Longevidade} \times IDH \text{ Renda}} \quad (1)$$

A média geométrica aumenta a possibilidade de as variáveis permanecerem individualmente analisadas, pois assim um baixo desempenho de um dos três fatores, não é compensado pelo alto desempenho de outro. Desse modo, o IDHM considera as três variáveis de maneira igualitária.

Mesmo com toda a base do IDHM ao estudo do desenvolvimento humano nas cidades, a fonte de dados desse índice só foi contabilizada até o ano de 2010. Por isso, nesse estudo, usaremos para a análise quantitativa o IPDM, cujo cálculo se estende até o ano 2015, podendo ser comparado com o ID – calculado no ano de 2016.

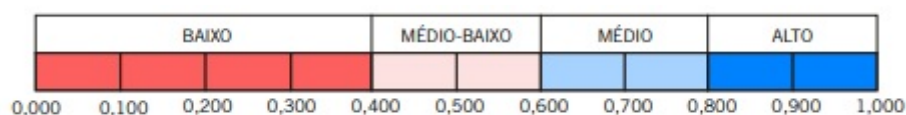
2.4.2 O Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)

O IPDM mensura o desenvolvimento nos municípios paranaenses considerando as mesmas variáveis do IDH, isto é, tópicos fundamentais a uma análise de desenvolvimento humano: renda (emprego e agropecuária), saúde e educação. Os dados são fornecidos por organizações públicas, são divulgados anualmente e estão publicamente disponíveis (IPARDES, 2010).

A metodologia do IPDM foi alterada em 2017 para que pudesse adequar à realidade da situação social e econômica dos municípios. Dessa forma, a fonte de dados foi atualizada com referência aos indicadores municipais e às projeções demográficas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) baseadas no ano 2010 e não mais em 2002 (IPARDES, 2010).

Da mesma maneira que o IDH/IDHM, o IPDM analisa os resultados por meio de valores entre 0 e 1, conforme figura 3.

FIGURA 3 - COMO LER O IPDM



FONTE: IPARDES (2011).

Sendo que quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o município e, quanto mais próximo de 0, menos desenvolvido (IPARDES, 2018, p.3). Cada variável que compõe o IPDM possui peso de 33,33% (um terço) do índice final.

2.4.2.1 Renda (Emprego e Agropecuária)

A variável Renda está dividida em três subáreas: **Remuneração Média**; **Emprego Formal**; e **Produção Agropecuária**.

A **Remuneração Média** possui como fonte de informações a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE) e está dividida em dois tópicos, a Remuneração Média Absoluta e a Taxa de Crescimento da Remuneração Média. A Remuneração Média Absoluta define para o cálculo o percentil 99 do ano anterior para mensurar o indicador do ano estudado. Assim, municípios com renda média superior ao percentil 99 recebem pontuação 1, aos demais se efetua o quociente entre a remuneração média e o percentil 99. Esse tópico possui a maior parcela da subárea renda, equivalente a 42% do total (IPARDES, 2018, p.4).

A Taxa de Crescimento também é calculada com base nos dados do ano anterior ao da análise. Da mesma maneira, os municípios que possuem taxa superior ao percentil 99 pontuam 1, os que apresentam taxa inferior ao percentil 01 pontuam 0 e, aos demais, se efetua a razão entre a taxa menos o percentil 01 e a diferença entre o percentil 99 e o 01 (IPARDES, 2018, p.4).

O **Emprego Formal** também possui como fonte de informações o RAIS-MTE e a Projeção Populacional do IparDES, sendo dividido entre: Índice de Formalização, Taxa de Crescimento do emprego e Participação do emprego do município no total de empregos do Estado do Paraná. O Índice de Formalização atribui 1 ponto aos municípios que possuem valores maiores do que o percentil 99 e 0 pontos aos que apresentam valores inferiores ao percentil 01; aos demais, se efetua o quociente entre o valor calculado e o percentil 99. Esse tópico contém a maior parcela da subárea emprego formal, mensurando 34% (IPARDES, 2018, p.4).

A Taxa de Crescimento do Emprego aplica pontuação 1 para os municípios com taxa acima do percentil 99, pontuação 0 aos que apresentam taxa inferior ao percentil 01 e, aos demais, se efetua a razão entre a taxa menos o percentil 01 e a diferença entre o percentil 99 e o 0. Para a Participação no Emprego, considerando os empregos formais, aplica-se 1 ponto aos municípios que apresentam o valor máximo e aos que apresentam valor mínimo calcula-se 0 pontos. Aos demais, o

resultado é obtido pela razão do valor de empregos formais menos o valor mínimo e a diferença entre o valor máximo e o valor mínimo (IPARDES, 2018, p.5).

E, por fim, para o cálculo da **Produção Agropecuária**, utiliza-se “o valor bruto da produção agrícola municipal e o valor bruto da produção de origem animal, cujos dados estão disponíveis no IBGE” (IPARDES, 2018, p.5). Para o setor pecuário, é utilizado o número efetivo do rebanho, do abate animal por trimestre e o peso total das carcaças por tipo de animal: bovino, suíno e aves. Posteriormente, essa quantidade é multiplicada pelo preço médio informado pelo IPEA. Para tanto, os dados foram retirados da pesquisa pecuária municipal (IPARDES, 2018, p.5).

Em relação ao Valor Bruto de Produção agropecuário municipal (VBP), os municípios que apresentam valor máximo pontuam 1; os que apresentam valor mínimo pontuam 0 e, para os demais, se efetua a razão entre o VBP menos o valor mínimo e a diferença do máximo e do mínimo. A taxa de crescimento do VBP agropecuário é mensurada com base no ano anterior à análise, pontuando 1 os municípios com valores superiores ao percentil 99, pontuando 0 os municípios que possuem a taxa inferior ao percentil 01 e, para os demais, o valor é calculado pela razão entre a taxa menos o percentil 01 a diferença entre o percentil 99 e o 01 (IPARDES, 2018, p.5-6).

2.4.2.2 Educação

A variável Educação é dividida em três indicadores: **ensino infantil, fundamental e médio**. A fonte de informações consta no Portal Inep e no Portal Ideb, ambos vinculados ao Ministério da Educação. A divisão da variável em ciclos é fundamental para se aferir o desenvolvimento educacional nas cidades, devido à importância de se acompanhar a parcela da população que concluiu ao menos a educação básica (IPARDES, 2018, p.6).

No **Ensino Infantil** (creche e pré-escola), a análise é efetuada por meio do número de matrículas em creches e pré-escolas, de crianças com 0 a 5 anos de idade. Assim, o município que contabiliza 60% ou mais de crianças matriculadas

nessa faixa etária recebe pontuação 1 e os demais municípios que não atingiram a meta recebem pontuação proporcional àqueles que atingiram a meta. Esse tópico representa 20% do peso total da variável educação (IPARDES, 2018, p.7).

O **Ensino Fundamental** é dividido em quatro indicadores: “Taxa de não distorção idade-série (10%); Percentual de docentes com curso superior (13%); Taxa de não abandono (16%); Média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (30%)” (IPARDES, 2018, p.7). Esses indicadores ainda são divididos em séries de 1.^a a 5.^a série e de 6.^a a 9.^a série. Esse tópico compreende 69% do valor total da variável Educação.

Por fim, o **Ensino Médio** é dividido em três indicadores: “Taxa de não distorção idade-série (2%); Percentual de docentes com curso superior (5%); Taxa de não abandono (4%)” (IPARDES, 2018, p.8). Esse tópico possui peso de 11% do valor total da variável Educação.

Reunindo os três tópicos dessa variável, finalmente, determina-se o percentil 01 como valor mínimo e o percentil 99 como valor máximo para definição dos parâmetros dos municípios e, para o IDEB, definiu-se a nota 6 como meta a ser alcançada pelas escolas.

2.4.2.3 Saúde

Na variável Saúde, a análise distribui-se em: Percentual de mais de seis consultas pré-natais por nascido vivo; Percentual de óbitos por causas mal definidas; e Percentual de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis por nascidos vivos. Essas informações são retiradas do banco de dados da Secretaria da Saúde (SESA) e da Projeção Populacional calculada pelo IparDES (IPARDES, 2018, p.9).

O Percentual de mais de seis consultas pré-natais por nascido vivo afere o número de atendimentos efetuados a gestantes no sistema de saúde. Essa análise é fundamental, pois possibilita prematuramente identificar doenças existentes no feto e na mãe, permitindo que assim seja possível a eliminação ou a redução do risco de óbitos ou sequelas no parto ou pós-parto. A meta de seis atendimentos é baseada na norma do Ministério da Saúde, que prevê ao menos sete atendimentos

pré-natais. Para o cálculo, utiliza-se 95% como valor máximo e 0% como valor mínimo, as demais cidades são pontuadas conforme proporção obtida perante o valor máximo (IPARDES, 2018, p.9).

O Percentual de óbitos por causas mal definidas possui relação com o acesso tanto ao sistema de saúde, como também aos recursos que aquela cidade dispõe, bem como a qualidade do atendimento médico. Esse tópico possibilita a avaliação sobre o controle que aquele município possui sobre as causas de óbitos. Uma boa avaliação permite melhor alocação de recursos aos serviços de saúde necessários. Da mesma maneira, quanto menor o índice de óbitos por causas mal definidas, melhor é o serviço de saúde do município. Para o cálculo utiliza-se o percentil 99 como valor mínimo; o município que possui valor maior ou igual ao mínimo recebe 1 ponto, representando a pior situação. Para os demais casos, se calcula o quociente entre o percentual atingido e o valor do percentil 99 (IPARDES, 2018, p.9-10).

Por fim, o Percentual de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis por nascidos vivos considera “a quantidade de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis a cada 100 nascidos vivos no mesmo período” (IPARDES, 2018, p.10). Para o cálculo, define-se o percentil 99 como valor mínimo; os municípios que possuem valor maior ou igual ao mínimo pontuam 1, representando a pior situação. Para os demais casos, se calcula o quociente entre o percentual atingido e o valor do percentil 99.

Portanto, o IPDM é formado pelas três variáveis apresentadas acima: a renda, composta ainda por duas subvariáveis, o emprego e a agropecuária; a saúde; e a educação. Sendo que, cada variável possui o peso de 33% na composição final do índice. No resultado, os valores mais próximos de 1 indicam os municípios mais desenvolvidos e os mais próximos de 0 indicam os municípios menos desenvolvidos.

2.5 ÍNDICE DE DEMOCRATIZAÇÃO ELEITORAL (ID)

O Índice de Democratização Eleitoral (ID), variável preditora do presente estudo, é um índice criado pelo pesquisador americano Tatu Vanhanen, apresentado em seu livro “Democratização: uma análise comparativa de 170 países”. Esse estudo, de forma inédita, mensurou quantitativamente a democracia,

lançando mão de uma análise temporal de 170 países, dos anos 1810 a 2001. Entre as hipóteses colocadas por Vanhanen, considera-se que se o poder for extensamente distribuído nas diversas camadas populacionais, há condições favoráveis à democratização. E, ao contrário, se o poder se centralizar na posse de poucos, há condição propícia aos sistemas políticos autocráticos (VANHANEN, 2005, p.280).

Devido à vasta literatura sobre democracia e democratização, não se pode definir um conceito único, pois esse é um termo que possui diversos significados, podendo ser entendido como um termo de tessitura aberta. No entanto, para Vanhanen (2005, p.281), a democracia é, basicamente, um sistema político no qual diferentes grupos ideológicos e sociais possuem direitos legais de competir politicamente e em que os detentores desses direitos serão eleitos pelo povo.

No estudo de Vanhanen (2003), duas variáveis – a participação e a competição – geram o índice de democratização. Esse índice interliga-se no decorrer de sua obra com variáveis relativas à educação (porcentagem de adultos alfabetizados e universitários) e com variáveis econômicas (porcentagem de terras com pequenos agricultores, economia não agrícola e PIB per capita), fortalecendo a análise da democratização/democracia de um determinado país. Por isso, defende-se que:

O Índice de Democratização (ID) eleitoral, proposto por Vanhanen (2003), mede os diferentes níveis de democracia dos processos eleitorais a partir de duas dimensões. A primeira é a participação. Quanto maior a participação de eleitores nas votações, mais democrático é. A segunda é a competição. Quanto maior a competição, medida pela diferença de votos obtidos pelo vencedor em relação aos demais, mais democrático é o processo eleitoral. Nesse caso, mais democracia significa menor diferença de votos entre quem ganha e quem perde. O oposto, menos democracia eleitoral, se dá em lugares onde há pouca participação e o vencedor apresenta uma diferença muito grande em relação aos demais competidores (CERVI, 2017a).

O conceito de Vanhanen segue a mesma linha desde os anos 1970, medindo a democratização por meio da concorrência e da participação. A concorrência é calculada pela proporção de votos obtidos por pequenos partidos nas eleições subtraindo-se a porcentagem de votos ganhos pelo maior partido de 100. Já a participação, é calculada pela porcentagem da população que votou nas

eleições, a partir da população total. Dessa forma, o ID distribui igualmente as duas variáveis multiplicando-as e, posteriormente, distribuindo o produto por 100 (VANHANEN, 2005, p.281).

Na variável de participação dos eleitores, considera-se que quanto maior a participação eleitoral, mais forte é a democracia. Para aferir a participação, conta-se a proporção total de votos confirmados pela população adulta do local, considerando que:

Quanto maior a proporção de participantes, mais atenção dos eleitores à democracia eleitoral e maior a possibilidade de que os centros de poder sejam deslocados dos grupos dominantes. Menor participação eleitoral, maior concentração de poder e menos chance de alterar a distribuição do poder político [...]. Logo, menos democracia tem menos participação (CERVI, 2017b, p.5-6).

Já na variável competição partidária, assume-se que quanto maior a competição, menos concentração de poder em um só partido político. Assim, quando há dispersão de votos, ou seja, quanto mais opções de voto o cidadão tiver, mais consolidada é a democracia daquele local (CERVI, 2017b, p.6).

No entanto, o mesmo autor considera que essas duas variáveis não são suficientes para medir completamente a democracia, devido a sua complexidade e também pela existência de fatores locais e institucionais que interferem no sistema político. Mesmo assim, o trabalho de Vanhanen (2003) é um exemplo de análise comparativa quantitativa, pois os indicadores utilizados pelo autor possuem cobertura global, abrangem séries temporais e são adaptáveis aos demais entes federativos. Assim, respeitadas as suas limitações como ocorre em toda a pesquisa, Vanhanen (2003) analisa a democracia, a democratização e seus reflexos no desenvolvimento dos sistemas políticos (VANHANEN, 2005, p.282-283).

Cervi (2017b, p.6) baseia-se no índice de Vanhanen (2003) e o adapta aos municípios brasileiros. Com isso, criou-se o índice de democratização municipal e o analisou conjuntamente às características locais, como mudanças geográficas, populacionais, econômicas, agrícolas, culturais e educacionais.

Não obstante, é importante reiterar que, para este estudo sobre Apatia Societal e o Desenvolvimento dos municípios paranaenses, tem-se como objeto o ID

e seus componentes, principalmente a participação, buscando-se possíveis relações entre eles e o desenvolvimento local medido pelo IPDM. Nesse sentido, tem-se o ID calculado para todos os municípios paranaenses, conforme Equação 1 (CERVI, 2017b, p.6), a partir de bancos de dados públicos disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), utilizado como se vê na Equação 2 - Fórmula do ID:

$$ID = \frac{(compID \times partID)}{100} \quad (2)$$

Onde:

ID = índice de democratização;

compID = indicador de competição;

partID = indicador de participação;

No estudo de Cervi (2017b, p.6-7), utilizado como fonte do presente trabalho, adapta-se o cálculo das variáveis para a participação eleitoral com a Equação 3 - Fórmula da Participação Eleitoral:

$$partID = \frac{compar}{eleitor.} \times 100 \quad (3)$$

Onde:

partID = indicador de participação;

compar. = comparecimento eleitoral em número de eleitores;

eleitor. = total de eleitores registrados no município.

Para o cálculo da competição, emprega-se a Equação 4 – Fórmula da Competição:

$$compID = \frac{(compar. - vot. elei.)}{(compar. - 1)} \times 100 \quad (4)$$

Onde:

compID = indicador de competição;

compar. = comparecimento em número de eleitores;

vot.elei. = total de votos no partido eleito.

De acordo com Cervi (2017b, p.2), por meio das duas variáveis do ID (participação eleitoral e competição partidária), presume-se que:

Quanto maior a participação eleitoral, mais interesse do cidadão comum e maior a possibilidade de alteração dos centros de poder político. Quanto maior a competição entre os partidos, menor a concentração de poder em poucos agentes políticos e mais democracia.

No estudo de Cervi (2017b, p.6), trabalha-se com a hipótese de que os municípios menos desenvolvidos econômica e socialmente tendem a ter menor democratização. Outra hipótese da pesquisa é que uma “maior pluralidade de escolhas eleitorais leva a uma democracia mais consolidada” (CERVI, 2017b, p.6), assim, mede-se a pluralidade por meio dos votos que os partidos pequenos obtiveram nas eleições – ou seja, quanto mais afastados estiverem os partidos vencedores dos menores partidos, há mais concentração de poder dos maiores partidos prejudicando a democracia. Ao contrário, se a diferença entre os votos dos partidos menores e maiores for pequena, existe maior distribuição política, beneficiando a democracia.

Nesse caso, o município se torna unidade suficiente de análise, pois é o principal ente federativo que aborda os interesses locais e implementa políticas públicas nas áreas de saúde, transporte público, assistência social e educação básica – fatores, portanto, de desenvolvimento local/regional.

Diferentemente de Cervi (2017a), de forma mais abrangente, nosso estudo trabalha com a hipótese de que os municípios menos desenvolvidos socioeconomicamente têm propensão a menor democratização; e com a “sub-hipótese” de que a componente variável tem o mesmo comportamento relacional que o ID, comparado ao IPDM. Nesse sentido, este trabalho analisará o ID do ano 2016 (ano das últimas eleições municipais) com o IPDM do ano 2015 (último banco publicizado pelo Ipardes), objetivando encontrar possível relação entre desenvolvimento e participação societal.

QUADRO 2 - REVISÃO DOS ÍNDICES TRABALHADOS NA PESQUISA.

ÍNDICE	OBJETIVO	VARIÁVEIS
Índice de Democratização Eleitoral (ID)	Mensurar quantitativamente a democracia nos seus diferentes níveis baseando-se nos processos eleitorais.	Participação (partID) e; Competição (compID).
Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios (IDHM)	Mensurar o desenvolvimento humano, baseando-se no IDH, adaptado aos municípios brasileiros.	Longevidade; Educação e; Renda.
Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)	Mensurar o desenvolvimento nos municípios paranaenses considerando as mesmas variáveis do IDHM.	Saúde; Educação e; Renda (emprego e agropecuária).

FONTE: A autora (2018).

Por meio do quadro 2, é possível distinguir a particularidade entre os índices apresentados/estudados nesta pesquisa, demonstrando o objetivo e as variáveis trabalhadas a fim de calcular o valor final de cada índice.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Os temas centrais da pesquisa são a participação societal, o Índice de Democratização (ID) e a teoria das externalidades. Por isso, estudos sobre esses assuntos foram pesquisados como *drivers* nas principais bases de trabalhos científicos (Scopus, Scielo e Periódicos Capes) entre os anos 2005 e 2018.

Especificamente, para o tema Administração Societal, na base Scopus, foi pesquisada a palavra ‘societal’ para busca no *corpus* de revistas científicas, em Português – não houve resultado em artigos. Na plataforma Scielo, pesquisou-se a palavra ‘societal’, com os seguintes filtros: método integrado, país (Brasil), idioma (Português), período (de 2005 a 2018), artigos citáveis e área (Ciências Sociais e Aplicadas). Para essa pesquisa, foram encontrados 25 artigos – dentre eles três foram identificados como compatíveis para utilização nesse estudo. Já no acervo de Periódicos Capes, efetuou-se a pesquisa da palavra ‘societal’ no título, em Português, e foram encontrados nove artigos – dentre esses, um foi compatível com o assunto abordado nesta pesquisa. Além disso, para essa temática também se utilizou como base a obra de Paula (2005b).

O artigo “Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social”, de Ana Paula Paes de Paula, aborda basicamente os tipos de administração pública – da gerencial à societal – e propõe investigações futuras sobre o tipo societal de gestão pública. A autora analisa o histórico e o funcionamento de cada modelo, comparando e evidenciando os pontos fortes de cada um (PAULA, 2005a, p.36).

Outra referência importante é Paula (2005b), o livro “Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea”, no qual a autora aborda de maneira sucinta a comparação entre a vertente gerencial e a vertente societal, baseando-se nas mudanças da relação entre estado e sociedade, analisando também as vias econômico-financeira, institucional-administrativa e a sociopolítica.

No artigo “Gestão Pública e Gestão Social: análise de aproximações e distanciamentos nas práxis de uma política pública”, de Guerra e Teodósio (2012), há discussão sobre a gestão societal em comparação com a gestão

social. Essa análise de gestão é aplicada em uma secretaria municipal e os autores concluem que o modelo utilizado, apesar de todos os esforços voltados à participação, ainda não consegue alcançar o nível de administração societal devido às características estudadas.

O artigo “Predominância ou coexistência? Modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação”, de Drumond, Silveira e Silva (2014), trata, em linhas gerais, dos modelos de gestão pública, da patrimonialista a societal, e identifica quais as características desses modelos predominam na administração pública brasileira, baseando, para isso, na Política Nacional de Habitação.

Por fim, o artigo “Microterritorialidade e Controle Societal”, de Amâncio, Serafim e Dowbor (2011), trata-se de uma análise empírica efetuada nas regiões de baixa renda em São Paulo, baseada no controle societal existente na área de saúde e assistência social, considerando os microterritórios como objeto de estudo.

Sintetiza-se abaixo a base de estudos sobre administração pública societal.

QUADRO 3 - BASE DE ESTUDOS SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOCIETAL

BASE	TITULO	AUTOR	PERIÓDICO 2005/2018
Scielo	Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social	Ana Paula Paes de Paula	Revista de Administração de Empresas (RAE) - Ano 2005
Google acadêmico	Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea	Ana Paula Paes de Paula	FGV Editora - Ano 2005
Google acadêmico	Gestão Pública e Gestão Social: análise de aproximações e distanciamentos na práxis de uma política pública	Júnia Fátima do Carmo Guerra e Armindo dos Santos de Souza Teodósio	Revista Pensamento & Realidade - Ano 2012
Scielo	Predominância ou coexistência? Modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação	Alexandre Matos Drumond Suely de Fátima Ramos Silveira Edson Arlindo Silva	Revista Administração Pública - Ano 2014
Periódicos Capes	Microterritorialidade e Controle Societal	Júlia Moretto Amâncio Lizandra Serafim Monika Dowbor	Revista Lua Nova - Ano 2011

FONTE: A autora (2018).

Assim como feito para participação societal, aplicou-se pesquisa nas já referidas bases de periódicos utilizando-se como *driver* o termo “Índice de democratização”. Não foram encontradas pesquisas com em Português, filtrados por título ou assunto.

Para basear a pesquisa nesse tópico, o artigo de Vanhanen (2003) intitulado: “Democratization: a comparative analysis of 170 countries”, cujo tema central é a nova democratização e tem por objetivo explicar essa medida baseando-se na variação da democratização de um grupo de países – mais especificamente 170 países. A versão de 2003 desse estudo é, basicamente, uma atualização do trabalho anterior do autor que analisou o período de 1810 a 2001, adicionando no estudo os anos de 1999 a 2001.

O artigo de Cervi (2017b), intitulado “Eleições municipais e crise nacional: disputas eleitorais para prefeito e vereador no Brasil em 2016”, foi também um trabalho muito relevante para o desenvolvimento da noção de Índice de Democratização Eleitoral abordado no presente estudo. Nesse texto, o autor adapta o Índice de Democratização Eleitoral (ID) aos municípios brasileiros.

QUADRO 4 - BASE DE ARTIGOS SOBRE DEMOCRATIZAÇÃO

BASE	TÍTULO	AUTOR	PERIÓDICO/EVENTO 2000/2018
Scielo	Democratization: a comparative analysis of 170 countries	Tatu Vanhanen	Revista de Ciência Política-2005
Congresso Flacso	Eleições municipais e crise nacional: disputas eleitorais para prefeito e vereador no Brasil em 2016	Emerson Urizzi Cervi	Flacso – Ano 2017

FONTE: A autora (2018).

Por fim, conforme o quadro 5, aplicou-se pesquisa nas plataformas já citadas anteriormente em busca de trabalhos sobre a Teoria das Externalidades – termo utilizado nas buscas. Na base Scopus, não houve retorno na pesquisa; na Scielo, retornaram dois artigos com os seguintes filtros: idioma (Português), período (2005 a 2018) e artigos citáveis. No portal de Periódicos Capes, foi pesquisada a palavra “externalidades” como título, em artigos, nos anos de 2010 a

2018, em Português ou Espanhol. A pesquisa retornou 31 artigos, sendo três utilizados neste estudo.

O artigo “Avaliação econômica da poluição do ar na Amazônia Ocidental: um estudo de caso do Estado do Acre”, de Silva e Lima (2006), trata dos problemas de saúde que a poluição do ar, decorrente de queimadas, traz à população do Acre. A Teoria das Externalidades é acionada pelos autores devido à determinação de valores sobre o quanto a sociedade está disposta a pagar pela redução dos malefícios das queimadas.

Já o artigo “A Relação entre Aglomeração Produtiva e Crescimento: a Aplicação de um Modelo Multinível ao Setor Industrial Paulista”, de Brito *et al.* (2010) discute a relação da aglomeração de firmas com uma mesma atividade econômica e a taxa de crescimento do emprego local. Por isso, são analisadas as possíveis externalidades positivas que as firmas que pertencem ao aglomerado podem receber, e quais as firmas individuais não podem receber.

No artigo “Externalidades Negativas decorrentes do uso de Agrotóxicos e a Insegurança Alimentar: uma análise da atuação do Supremo Tribunal Federal”, de Ribeiro e Rocha (2017), os autores abordam as externalidades negativas que o uso do agrotóxico na produção agrícola causa à população. Além disso, eles analisam a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) nessa questão, que vai além dos limites econômicos e demográficos, e faz com que a sociedade suporte custos extras.

O artigo “Despesas Públicas e Externalidades Positivas: uma análise da saúde dos países da América Central, do Sul e México”, de Theiss *et al.* (2015), analisa a relação entre o conjunto de despesas públicas com saúde e as externalidades positivas geradas na América do Sul, Central e o México.

Por fim, no artigo “Externalidades, interesses difusos, paisaje, etnologia”, de Vegara (2017), é debatida a ineficiência do mercado e suas externalidades em relação a custos de transação sobre grupos afetados por intervenções no meio ambiente.

QUADRO 5 - BASE DE ARTIGOS SOBRE EXTERNALIDADES

BASE	TITULO	AUTOR	PERIÓDICO 2005/2018
Scielo	Avaliação econômica da poluição do ar na Amazônia Ocidental: um estudo de caso do Estado do Acre	Rubicleis Gomes da Silva João Eustáquio de Lima	Revista de Economia e Sociologia Rural - Ano 2006
Scielo	A Relação entre Aglomeração Produtiva e Crescimento: a Aplicação de um Modelo Multinível ao Setor Industrial Paulista	Eliane Pereira Zamith Brito Luiz Artur Ledur Brito Elvio Corrêa Porto Marcelo Erdei Szilagyi	Revista de Administração Contemporânea - Ano 2010
Periódico Capes	Externalidades Negativas decorrentes do uso de Agrotóxicos e a Insegurança Alimentar: uma análise da atuação do Supremo Tribunal Federal	Camila Santiago Ribeiro e Eduardo Gonçalves Rocha	Revista de Direito Agrário e Agroambiental - Ano 2017
Periódico Capes	Despesas Públicas e Externalidades Positivas: uma análise da saúde dos países da América Central, do Sul e México	Viviane Theiss Delci Grapegia Dal Vesco Mara Jaqueline Utzig Jorge Eduardo Scarpin	Revista Evidenciação Contábil & Finanças - Ano 2015
Periódico Capes	Externalidades, intereses difusos, paisaje, etnología	Juan Herrera Vegara	Revista de Turismo e Patrimônio Cultural- Ano 2017

FONTE: A autora (2018).

Tendo tudo isso em vista, o presente trabalho se diferencia dos demais de mesma ou semelhante natureza, na medida em que além de tratar da parte histórica e do desenvolvimento da administração pública, também assume a gestão societal vinculada ao desenvolvimento local como forma de análise. Por meio das externalidades negativas que a apatia societal, gera nas cidades do Estado do Paraná, fato que gera o ineditismo do estudo devido ao embricamento das variáveis exploradas.

A pesquisa também se diferencia pelo tipo de abordagem que se deu ao índice de democratização eleitoral, relacionando-o com o IPDM com a finalidade de justificar a interferência da apatia societal no desenvolvimento local.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Metodologicamente, a pesquisa é de **natureza aplicada**, pois gera conhecimento voltado à aplicação prática, em busca de soluções para problemas voltados à realidade (BARROS; LEHFELD, 2000, p.78) – como identificar possíveis

externalidades que a apatia societal gera no desenvolvimento local/regional e, por meio da análise quantitativa, analisa-se se o ID ou a partID possuem relação com o IPDM. Basicamente, identifica-se se a participação da sociedade nas eleições interfere no desenvolvimento dos municípios e região. Além disso, de acordo com Vilaça (2010, p.65), a presente pesquisa, conforme se exige de uma pesquisa aplicada, estrutura-se em fundamentação teórica, metodologia de pesquisa e, por fim, análise e discussão de dados.

Quanto à abordagem técnica, a pesquisa é **quantitativa**, porque o problema é mensurado em números, sendo esses classificados e analisados por meio de técnica estatística, em particular, a correlação. Os dados brutos foram extraídos a partir de relatórios primários e banco de dados, e foram tratados e analisados com auxílio do programa R Core. Além disso, utiliza-se de tabelas e gráficos para melhor compressão dos resultados encontrados (FONSECA, 2008, p.20; GIL, 2002, p.90).

Em relação aos **objetivos fins**, a pesquisa caracteriza-se por **exploratória-descritiva**. É, por um lado, **exploratória**, pois trabalha com uma área pouco estudada e que possui muitos questionamentos, como a administração societal e a relação entre as variáveis: apatia societal, externalidades e desenvolvimento local – relação essa que caracteriza uma pesquisa nova e diferente (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p.99). Por outro lado, a pesquisa caracteriza-se como **descritiva**, pois analisa perfis populacionais com o objetivo de descrevê-los sistematicamente, bem como estabelecer relações entre variáveis – nosso caso, em particular, diz respeito à apatia societal, ou seja, a não participação da população nas práticas políticas e democráticas e o quanto esse fator interfere no desenvolvimento local.

Este estudo também é caracterizado pela sua análise **Ex-Post Facto**, uma vez que trabalha com dados de fatos que já ocorreram, com a utilização de banco de dados eleitorais das eleições municipais de 2016, e do IPDM de 2015. Desse modo, não se tem domínio sobre as variáveis analisadas, pois o fator presumível do fenômeno já ocorreu (GIL, 2002, p.49).

QUADRO 6 - TAXINOMIA DA PESQUISA.

PESQUISA	CARACTERÍSTICA
Natureza	Aplicada
Abordagem	Quantitativa
Objetivos fins	Exploratória Descritiva
Análise	<i>Ex-Post Facto</i>
Procedimentos de meio	Bibliográfica Documental

FONTE: A autora (2018).

Por fim, em relação aos procedimentos de meio, a pesquisa é **bibliográfica e documental**, pois trabalha com bibliografia já tornada pública (bibliográfica) em relação ao tema de estudo, como artigos, livros; e com documentos provenientes de fonte primária (documental) que, por isso, necessitam de tratamento analítico para se tornem interpretáveis, além de fonte secundária a demais estudos (GIL, 2002; LAKATOS; MARCONI, 2003; SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para a análise quantitativa da pesquisa foram utilizados os IDs calculados para o ano 2016 e o IPDM do ano 2015. A escolha desses índices/ano justifica-se por 2016 ter sido o último ano de eleições municipais e o IPDM 2015 ser o último ano em que o índice foi calculado e publicado. Além disso, 2015 é o ano mais próximo daquele em que se calcula o ID, assim é possível aproximar os dados a fim de uma melhor compreensão correlacional.

A utilização do ID justifica-se por ser um índice moderno, completo, que considera as características municipais e, principalmente, por mensurar quantitativamente a democracia. Já a utilização do IPDM justifica-se por ser um índice atualizado do IDHM – o IPDM possui valor estimado até 2015 e o IDHM só até 2010, dificultando, dessa forma, a análise comparativa com o ID 2016.

Tal análise tem por objetivo verificar a relação entre o ID e o IPDM, complementando-se com a verificação da relação entre a variável participação do ID com o IPDM. Para isso, se calculará o ID e seus componentes (insumos): participação

e competição, para os municípios paranaenses, por meio de banco de dados referente às eleições municipais de 2016, importando-se esses dados para o sistema R e, posteriormente, aplicando as fórmulas do ID. Também se estudará as possíveis correlações entre o índice de participação, enquanto componente do ID, bem como do próprio ID com o Índice de Desenvolvimento dos Municípios Paranaenses, medido pelo Ipartdes (IPDM) por meio da análise de regressão. Além disso, pretende-se identificar possíveis externalidades decorrentes da relação entre o ID e o IPDM nos municípios paranaenses por meio da pesquisa bibliográfica.

Finalmente, analisa-se a relação ou não da variável ID com o IPDM e a participação do ID com o IPDM. A fim de consolidar ou não o pressuposto de que a apatia societal traz externalidades negativas impactando no desenvolvimento local, medido pelo IPDM. Considerando-se que a participação societal – medida pelo índice de participação nas eleições municipais enquanto insumo do Índice de Democratização (ID) – é diretamente proporcional ao IDHM (Índice de desenvolvimento humano nos municípios) e que os municípios com menor ID possuem maior apatia societal e, por conseguinte, menor desenvolvimento (IPDM) comparado.

Concluindo, a figura 4 apresenta como os objetivos do trabalho foram alcançados.

Assim, conforme observado, o objetivo específico (a), que estabelece o cálculo do ID e seus insumos, foi resolvido por meio das análises efetuadas no capítulo de resultados e discussões e tabulado no Apêndice A, tabela 1.

O objetivo (b), que propõe estudar as correlações entre os índices partID e ID com o IPDM, é alcançado por meio da fundamentação teórica, a qual explica o que é a administração societal e a apatia societal, além de especificar o que cada índice examina e quais as subvariáveis calculadas. Da mesma forma, complementa-se o alcance no capítulo ‘Metodologia da pesquisa’, no qual o subcapítulo ‘Tratamento e exposição dos dados’, explica sobre o instrumento estatístico da correlação. Por meio do capítulo Resultado e Discussão, o objetivo é alcançado na demonstração dos gráficos 1 e 2, do coeficiente de correlação e dos dados tabulados no Apêndice A, tabela 1.

FIGURA 4 - RESUMO DO ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS PROPOSTOS.

Problema: Quais os principais possíveis impactos gerados pela apatia societal e suas externalidades no desenvolvimento dos municípios paranaenses, considerando o Índice de Democratização Eleitoral dos respectivos municípios?



Pressupostos: a) a participação societal medida pelo índice de participação nas eleições municipais enquanto insumo do Índice de Democratização (ID) é diretamente proporcional ao IPDM (Índice Iparides de Desempenho Municipal); b) municípios com menor índice de democratização (ID) possuem maior apatia societal e, por conseguinte, menor desenvolvimento (IPDM) comparado.



Objetivo Geral: Analisar as relações entre a apatia societal, medida pelo índice de democratização (ID) e seus componentes: participação e competição, bem como suas possíveis externalidades para o desenvolvimento local.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS



Descrição		Fontes/Dados para atingimento
a) calcular o Índice de Democratização (ID) e seus componentes (insumos): participação e competição, para os municípios paranaenses.		Resultados e discussão; Apêndice A (tabela A1).
b) estudar possíveis correlações entre o índice de participação, enquanto componente do Índice de Democratização (ID), bem como do próprio ID com o Índice de Desenvolvimento dos municípios paranaenses, medido pelo IPDM.		Referencial teórico (administração societal; apatia societal; IDHM; IPDM e ID); Metodologia da pesquisa (tratamento e exposição dos dados); Resultados e discussão; Apêndice A (tabela A1).
c) identificar possíveis externalidades decorrentes da relação entre os Índices de Participação e de Democratização e o IPDM nos municípios paranaenses.		Referencial teórico (teoria central: das externalidades; administração societal; apatia societal, IDHM; IPDM e ID); Resultados e discussão.

FONTE: A autora (2018).

E o objetivo (c), que indica estudar possíveis externalidades entre os índices abordados, resolve-se por meio do Referencial Teórico, o qual trata da teoria das externalidades, da gestão societal e de cada índice, ao mesmo tempo em que se consolida com as análises apresentadas no capítulo Resultados e Discussão. Dessa forma, com todos os objetivos específicos fixados, conseqüentemente, alcança-se o objetivo geral da pesquisa, a saber, analisar a relação entre a apatia societal e o desenvolvimento local.

3.4 POPULAÇÃO E COLETA DE DADOS

A população, ou universo, define-se por um conjunto total de elementos animados ou inanimados que possuam, pelo menos, uma característica em comum, a qual esteja inserida no contexto que se pretende analisar. Para isso, deve-se definir claramente o grupo do qual se pretende extrair as informações. Entretanto, em grande parte das pesquisas não é possível trabalhar com a totalidade da população, devido a problemas econômicos ou temporais, por isso limita-se a pesquisa a uma parcela dessa população, que é denominada amostra (AGUIAR NETO, 2010; CRESPO, 2009; FERNANDES, 1999; LAKATOS; MARCONI, 2003).

A amostra é uma parcela da população convenientemente selecionada, para posterior análise de dados, como forma de obter informações do todo, ou seja, é um subconjunto finito de unidades de uma população. Para isso, é fundamental que a amostra seja a mais representativa possível, por isso, deve-se efetuar a seleção adequada de unidades para que assim os resultados obtidos se aproximem ao máximo da realidade (AGUIAR NETO, 2010; CRESPO, 2009; FERNANDES, 1999; LAKATOS; MARCONI, 2003).

Não obstante, neste estudo, a análise de dados se dá com a população dos 399 municípios do Estado do Paraná, essa realização é possível a partir do acesso aos bancos de dados disponíveis. São quatro bancos de dados disponíveis que serão utilizados no trabalho; três deles são de responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e um do IparDES:

- a) banco de dados das eleições de 2016, com números de votantes e votos (nominais, abstenções, brancos e nulos);²
- b) banco de dados dos candidatos das eleições de 2016, com seus dados pessoais e coligações e partidos;
- c) banco de dados dos votos nos partidos e coligações das eleições de 2016;
- d) IPARDES - IPDM_2015=read.csv.³

² Links para os bancos de dados do TSE. base_dados_eleicoes_2016.csv. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>. Acesso em: 8 maio 2018.
base_dados_eleicoes_2016_voto_CANDIDATOS.csv. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>. Acesso em: 8 maio 2018.
base_dados_eleicoes_2016_voto_partido.csv. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas>. Acesso em: 8 maio 2018.

³ Links para banco de dados do IparDES: ipdm_2015.csv. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=19. Acesso em: 8 maio 2018.

3.5 TRATAMENTO E EXPOSIÇÃO DOS DADOS

Uma das primeiras identificações dos pesquisadores em uma descoberta teórica é a percepção de afinidade entre variáveis, o que leva ao questionamento da razão para tal relação. Para isso, o estudo de correlação traz a utilização de testes estatísticos aos dados coletados em uma pesquisa, aplicando as observações encontradas como forma de determinar um padrão de relacionamento entre as variáveis analisadas, a fim de atribuí-lo como modelo de comportamento (ARAÚJO, 2005, p.547).

A correlação é o instrumento adequado a ser utilizado quando há relação **quantitativa** entre as variáveis analisadas, sendo possível descobrir e medir essa relação. Uma vez estabelecida a relação, é possível descrever por meio de uma fórmula matemática a determinação dos parâmetros dessa função; para isso, utiliza-se o instrumento de regressão. Especificamente, neste estudo, utilizou-se a correlação como forma de análise estatística (CRESPO, 2009, p.144).

Por isso, nessa modalidade de pesquisa, geralmente, se verifica a existência ou não de relação entre as variáveis analisadas (GIL, 2002, p.50). Posto isso, a pesquisa correlacional possui como objetivo, conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013, p.103), “avaliar a relação entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis (em determinado contexto)”.

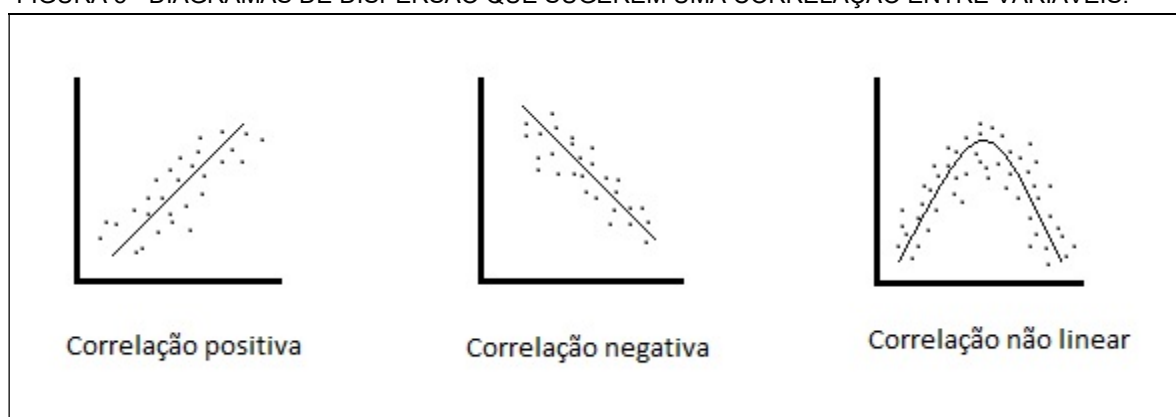
O estudo de relação entre variáveis possibilita que uma pesquisa identifique soluções eficientes, a curto ou longo prazo, a problemas estabelecidos previamente. Para isso, pode-se utilizar a técnica de correlação, possibilitando-se estabelecer relações entre duas ou mais variáveis e identificar qual a natureza dessa relação. Com a análise de correlação é possível observar o comportamento de uma variável dependente (no caso desta pesquisa, o IPDM) baseando-se nos dados de uma ou mais variáveis independentes (ID e seus insumos). Assim, é um método estatístico que estabelece uma (co)relação entre duas ou mais variáveis a fim de explicar um fenômeno (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007; BUSSAB; MORETIN, 2013).

Dessa forma, por meio dos dados encontrados pela correlação, pode-se construir um diagrama de dispersão. Esse diagrama possibilita ao pesquisador analisar o comportamento das variáveis, essa relação funcional pode assumir

diversas formas, como uma reta, uma curva exponencial, entre outras (CORRAR, PAULO; DIAS FILHO, 2007, p.133). Para que se confirme a correlação entre as variáveis, é necessário que o diagrama assuma uma tendência linear por meio da análise dos pontos ao redor de uma reta imaginária traçada no diagrama (BUSSAB; MORETTIN, 2013, p.4).

A análise de uma correlação positiva, negativa ou não linear pode ser interpretada de acordo com os exemplos:

FIGURA 5 - DIAGRAMAS DE DISPERSÃO QUE SUGEREM UMA CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS.



FONTE: A autora (2018).

Assim, caso os pontos dispersos pelo gráfico não apresentem uma “imagem” definida, como uma reta ascendente, reta descendente ou uma curva, conclui-se que não há relação entre as variáveis analisadas (CRESPO, 2009, p.147).

Na correlação também se pode medir o grau de relação entre as variáveis e geralmente é estimado por meio do coeficiente de correlação (r). Conforme Corrar, Paulo e Dias Filho (2007, p.140) “duas variáveis são altamente correlacionadas se as mudanças ocorridas em uma delas estiverem fortemente associadas com as mudanças ocorridas na outra”. O coeficiente de correlação varia de -1 a +1, assim quanto mais próximo de -1 ou de +1, maior é a correlação, e caso o grau de associação seja próximo de zero, significa que não há correlação entre as variáveis analisadas.

Na análise quantitativa deste estudo, os dados utilizados foram importados para o Programa *R Core Team* (2018) e, posteriormente, tratados, mantendo as seguintes informações: eleições municipais do primeiro turno de 2016 e cargo de prefeito em 2016 – informações necessárias para o cálculo do ID.

Ato contínuo, consolidando a fase da análise quantitativa, as seguintes fórmulas são aplicadas para o cálculo do ID e de seus insumos:

$$ID = \frac{(compID \times partID)}{100} \quad (5)$$

Onde:

ID = Índice de Democratização

CompID = Índice de Competição dado por:

$$compID = \frac{(compar. - vot. elei.)}{(compar. - 1)} \times 100 \quad (6)$$

Onde:

Compar. = Comparecimento em número de eleitores

Vot. Elei. = Total de votos por partido eleito

E:

$$partID = \frac{compar}{eleitor.} \times 100 \quad (7)$$

Onde:

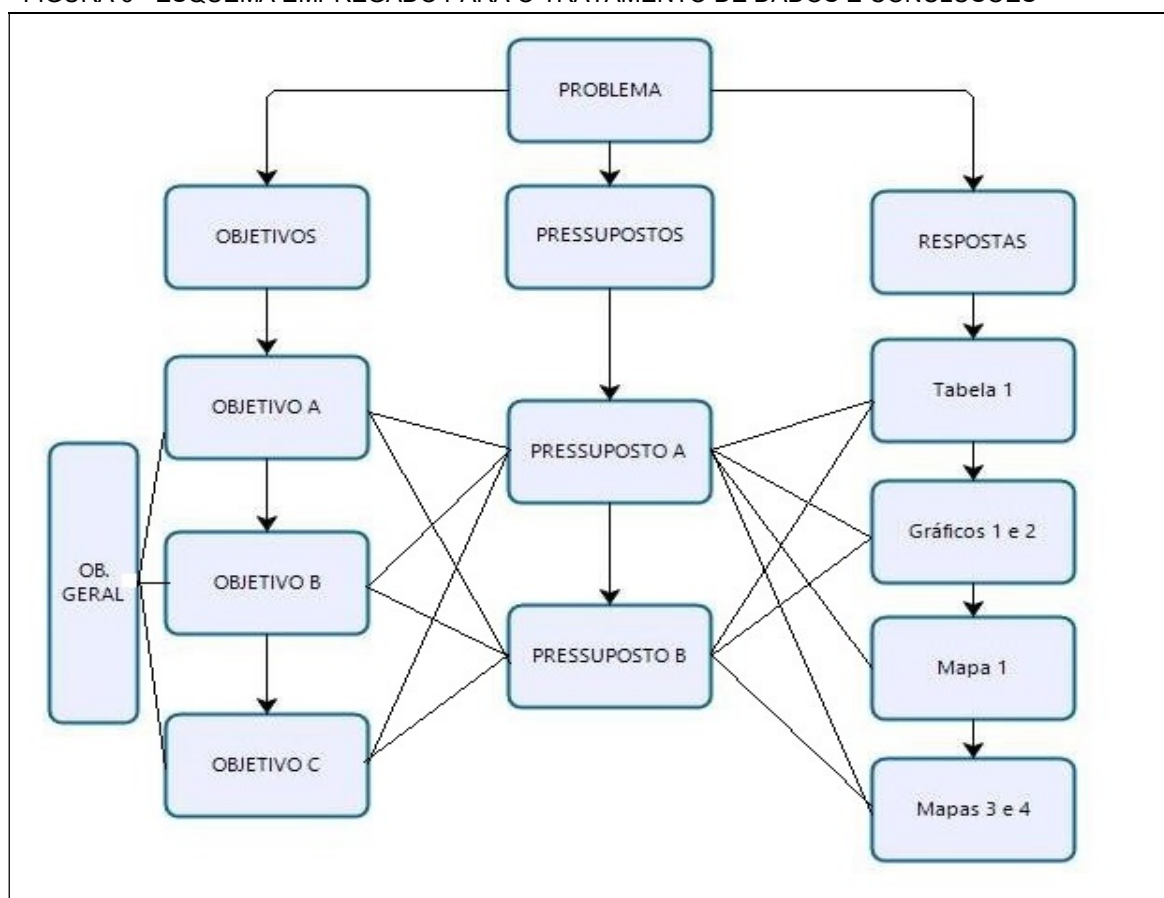
PartID = Índice de participação dado

Eleitor. = Total de eleitores registrados no município em 2016

Por fim, na figura 6, apresenta-se o esquema empregado no trabalho, em que são interligas as definições da pesquisa.

Com a análise da figura 6, é possível observar que os objetivos do trabalho estão conectados aos pressupostos e esses interligados com os produtos/resultados da pesquisa, como tabelas, gráficos e mapas.

FIGURA 6 - ESQUEMA EMPREGADO PARA O TRATAMENTO DE DADOS E CONCLUSÕES



FONTE: A autora (2018).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para responder ao problema da pesquisa, a saber, quais sejam os principais possíveis impactos gerados pela apatia societal e suas externalidades no desenvolvimento dos municípios paranaenses, foram calculados os IDs dos 399 municípios, no ano de 2016 – ano das últimas eleições municipais –, por meio da fórmula final do ID, para então medir-se a (co)relação com o IPDM do ano 2015 – último ano calculado –, dos municípios. Do mesmo modo, o ID foi desmembrado em seus escopos competição e participação, sendo que para isso utilizou-se o escopo da participação (partID) para uma segunda análise com o IPDM, pois a gestão societal considera primordial a participação da sociedade no meio político e democrático. Por isso, a escolha do partID torna-se fundamental na correlação com o desenvolvimento local e regional.

No cálculo da componente competição do ID (compID), são considerados os votos no partido eleito, no 1.º turno, para o cargo de prefeito. Vale ressaltar que, no ano de 2016, houve eleições suplementares em oito municípios, as quais foram consideradas no cálculo da compID para os seguintes municípios: Foz do Iguaçu, Guaraqueçaba, Moreira Sales, Nova Fátima, Nova Laranjeiras, Piraí do Sul, Primeiro de Maio e Quatiguá.

Outra observação é que, no mesmo ano estudado, nas cidades de Guaraqueçaba e Quarto Centenário, não houve, em um primeiro momento, eleições para prefeito e, portanto, não houve participação de eleitores. As eleições foram efetuadas posteriormente de maneira suplementar. Dessa forma, considerando a forma disponibilizada dos dados para esses dois municípios, não houve como calcular os respectivos IDs, sendo, então, excluídos da população analisada, totalizando-se, assim, 397 municípios estudados.

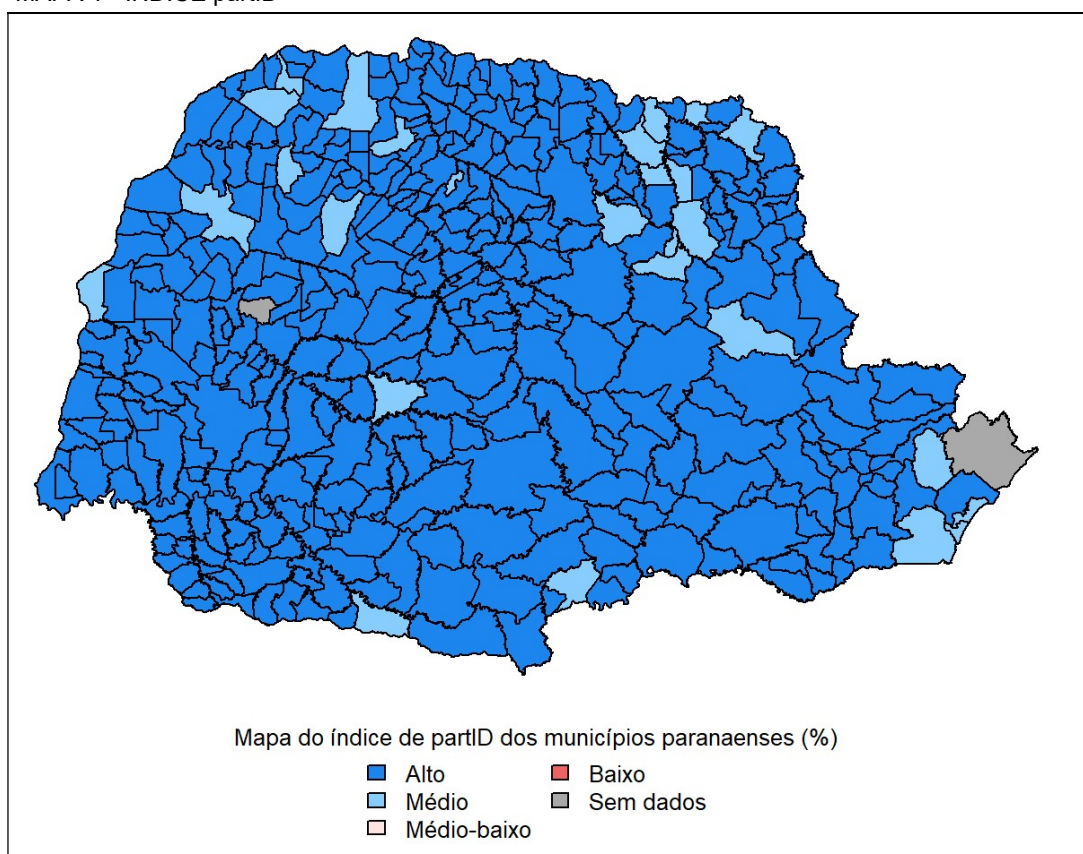
A justificativa para se utilizar os dados das eleições suplementares (determinação de novas eleições pelo STE) para os sete municípios (não computado Guaraqueçaba por já ter sido excluído do banco de dados, conforme já justificado) são de que esses municípios mostraram comportamento diverso de uma “normalidade” observada. Além disso, constatou-se como significativamente

relevante a diferença entre os seus resultados de 1º turno e os obtidos em eleições suplementares. Dado isso, optou-se, então, para esses municípios, utilizar-se os IDs auferidos em relação aos dados da eleição suplementar em detrimento daqueles obtidos em relação ao primeiro turno.

Todos os índices foram calculados e constam na tabela A1 do Apêndice A. A partir dos mapas 1 a 5, que seguem abaixo, é possível analisar a distribuição dos índices e subíndices calculados.

No mapa 1, pode-se analisar que a grande maioria dos municípios possui um valor alto em participação eleitoral, o que pode ser consequência de o voto ser obrigatório para maiores de 18 anos no Brasil, conforme estabelece o Art. 14 da Constituição Federal de 1988 (CF88) (BRASIL, 1988).

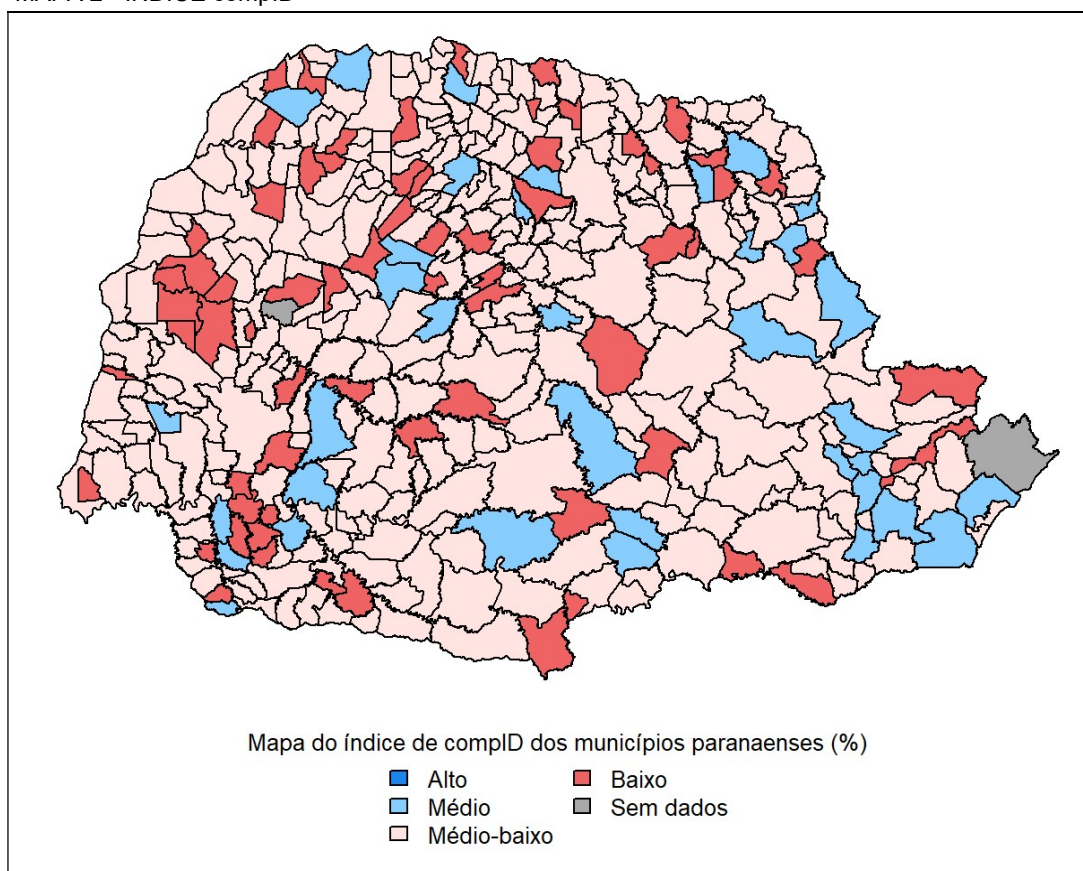
MAPA 1 - ÍNDICE partID



FONTE: A autora (2018).

Já no mapa 2, que mostra o comportamento do subíndice compID, é possível perceber uma maior variação entre os valores calculados, no entanto, a maior parte dos municípios possui valores médio-baixo e baixo em compID, ou seja, não há grande quantidade de partidos políticos concorrendo à vaga de prefeito 2016.

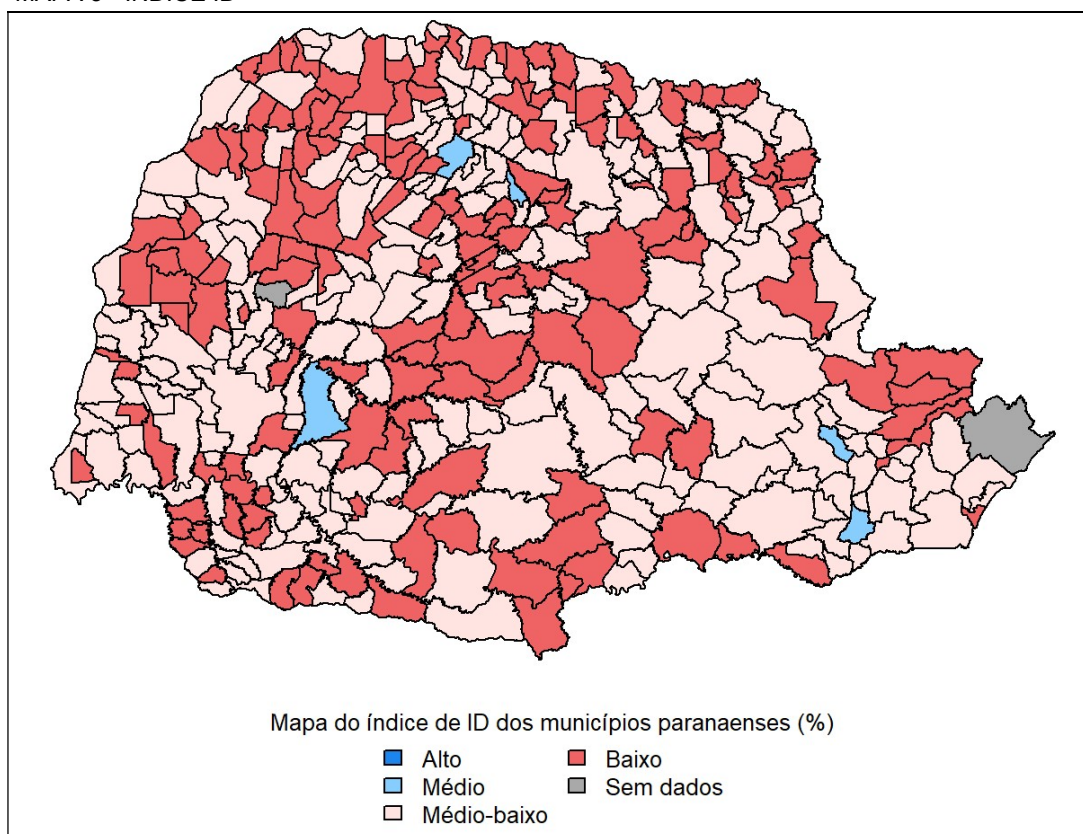
MAPA 2 - ÍNDICE compID



FONTE: A autora (2018).

Máxime que no índice final ID, nota-se, no Mapa 03, que o valor final do referido índice ficou entre médio-baixo e baixo, mesmo com a alta participação dos eleitores no pleito marcado por uma competição (compID) evidenciada entre médio-baixa e baixa. O índice ID manteve-se na maioria dos municípios entre médio-baixo e baixo, com destaque apenas para cinco municípios que obtiveram valor médio acima de 60%, a saber, Cambira, Campo Magro, Guaraniaçu, Mandirituba e Maringá, conforme consta na tabela 1 do Apêndice A.

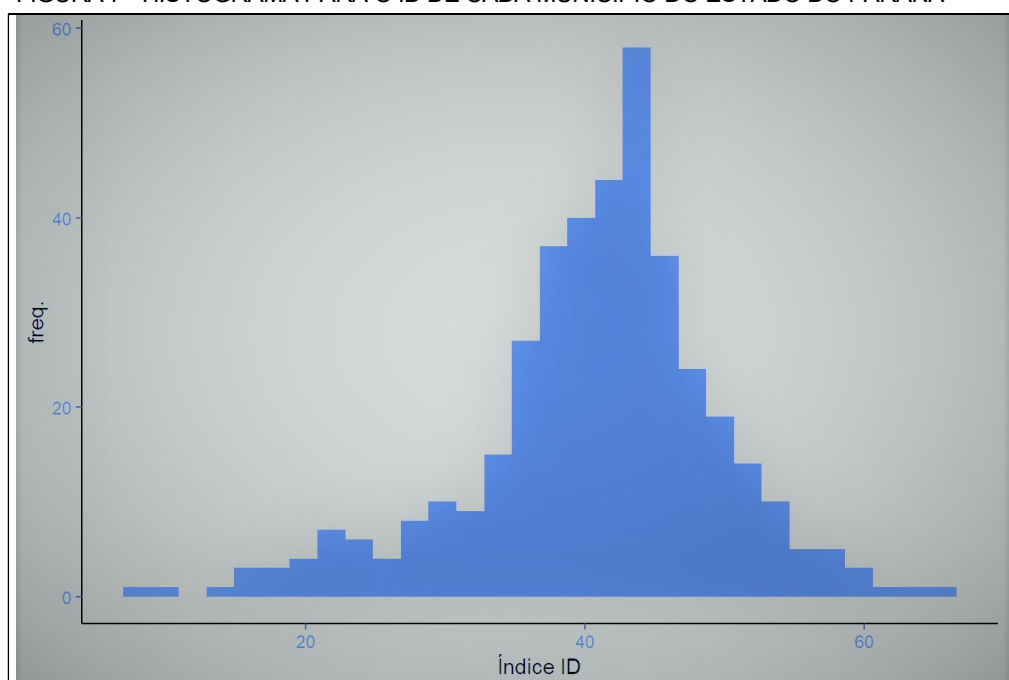
MAPA 3 - ÍNDICE ID



FONTE: A autora (2018).

Também é possível visualizar o padrão dos índices de democratização dos municípios paranaenses por meio da figura 7.

FIGURA 7 - HISTOGRAMA PARA O ID DE CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DO PARANÁ

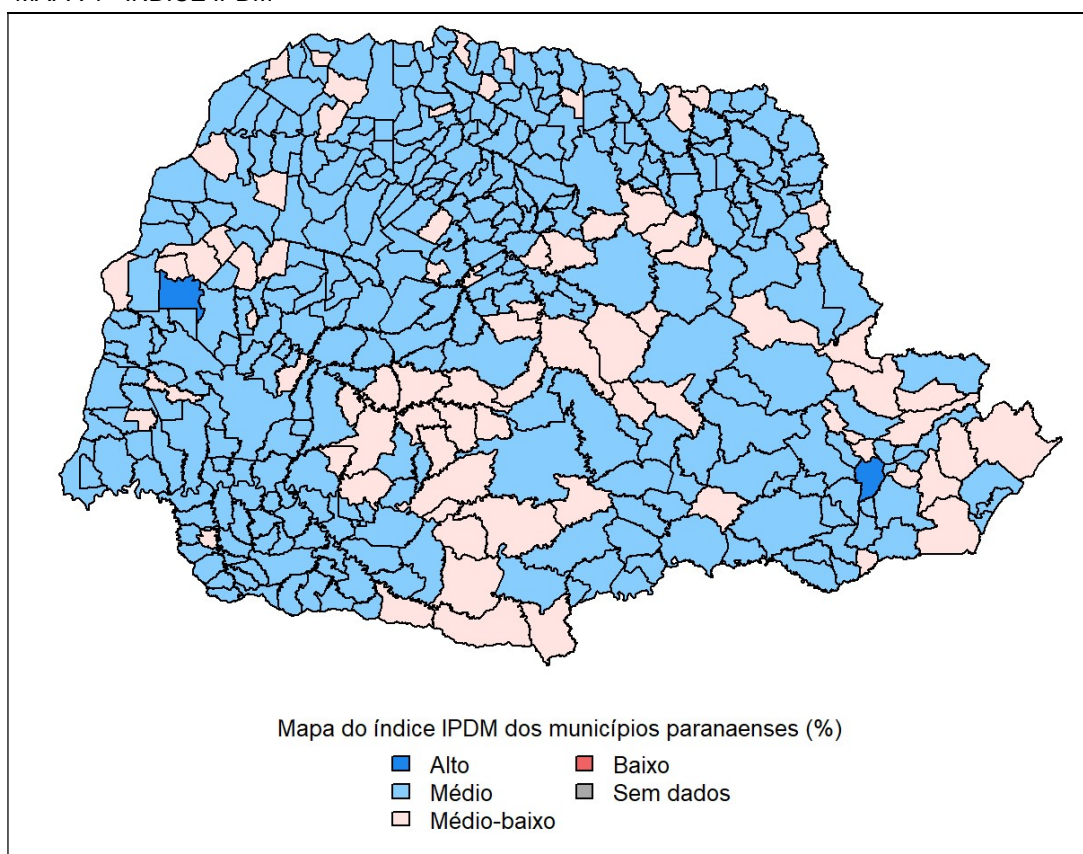


FONTE: A autora (2018).

Com a análise do histograma ID é possível identificar que há uma diversidade entre os valores do ID distribuídos nos municípios paranaenses, com maior concentração de cidades com o valor de ID entre valores 30 a 50, representando índices baixos e médio-baixos.

No mapa 4, vê-se a distribuição dos Índices IPDM aos municípios paranaenses. Merecem destaques as cidades de Curitiba e Palotina, com 85,93% e 80,92%, respectivamente – considerados como índice alto –; e a cidade de Ipiranga, com o valor mais baixo entre todos os municípios, chegando a 44,64%, conforme tabela 1 do Apêndice A.

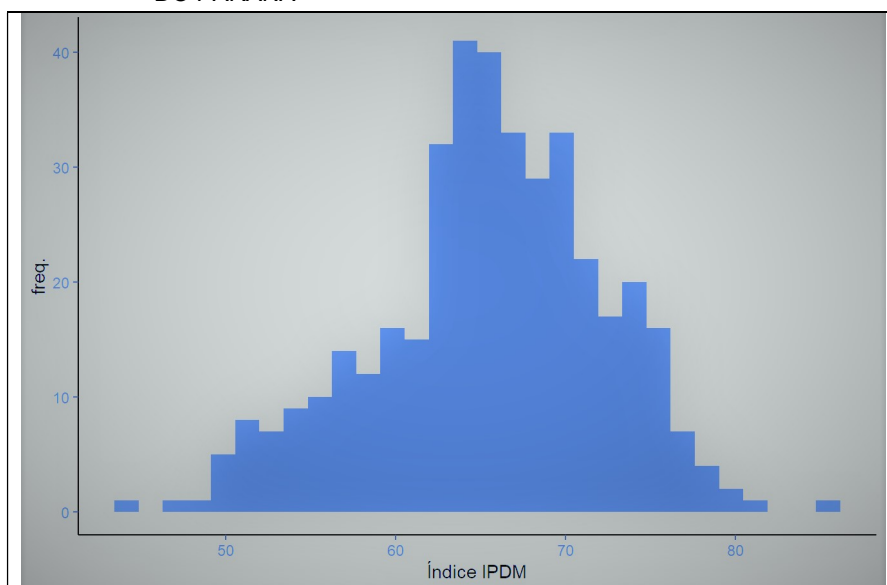
MAPA 4 - ÍNDICE IPDM



FONTE: A autora (2018).

Também é possível visualizar o padrão do IPDM dos municípios paranaenses por meio da figura 8.

FIGURA 8 - HISTOGRAMA PARA O IPDM DE CADA MUNICÍPIO DO ESTADO DO PARANÁ

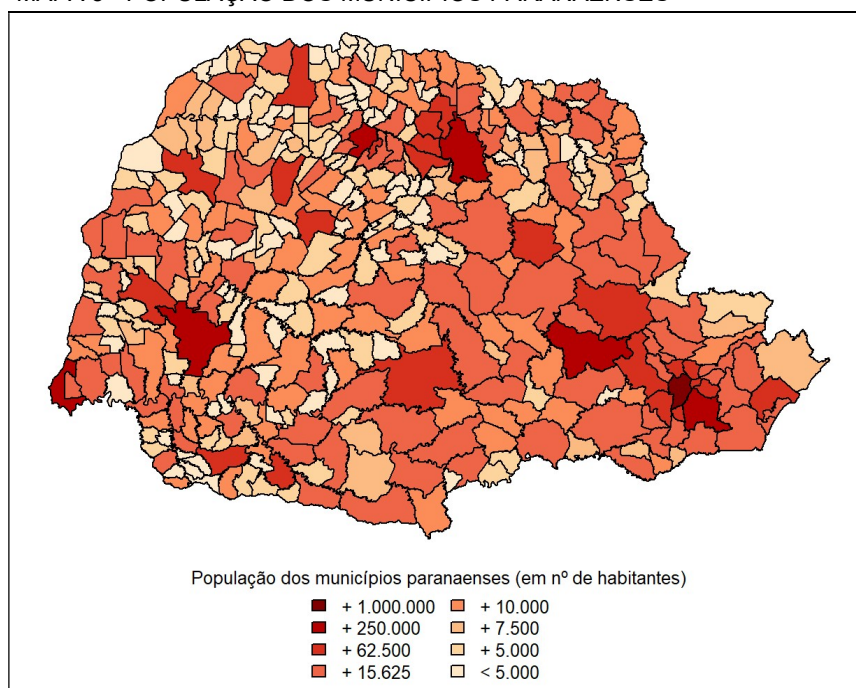


FONTE: A autora (2018).

Com a análise do histograma IPDM, é possível identificar que há uma diversidade nos valores distribuídos nos municípios paranaenses. Há concentração de cidades entre os valores de 65 e 75, representando índices médios.

No mapa 5, em que se apresenta a distribuição da população dos municípios paranaenses, é aparente a divisão entre as cidades mais populosas do Estado, do lado leste, e as menos populosas na área oeste.

MAPA 5 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora (2018).

Posto isso, considerando os objetivos do trabalho, foram efetuadas duas análises de correlações entre as variáveis definidas. Primeiramente, a correlação entre o ID consolidado com o IPDM e, posteriormente – haja vista o cerne do trabalho versar sobre apatia societal e esta tratar-se da participação –, foi desmembrado ID e efetuado o cálculo da correlação entre a sua sub-variável partID e o IPDM. Reitera-se que a separação da sub-variável partID se justifica pelo fato de o estudo tratar, principalmente, sobre a participação societal como forma de externalidade ou não do desenvolvimento local/regional.

Conforme Charnet *et al.* (2008, p.9-10), para uma variável resposta Y , dada uma variável preditora X , é dado por uma parte determinística e outra aleatória: a parte determinística representa a informação sobre Y , que se pode esperar a partir de X , e a parte aleatória, denominada erro, representa os inúmeros fatores que podem afetar o valor de Y .

Dessa forma, seja Y uma variável aleatória que segue uma distribuição normal de parâmetros μ_y e σ_y^2 ($Y \sim N(\mu_y, \sigma_y^2)$), onde μ na nomenclatura matemática e estatística significa o valor esperado, $E[Y]$ a variável aleatória e σ^2 é a variância da variável aleatória.

Por conseguinte, considera-se $\mu = f(x) = \beta_0 + \beta_1 x$, onde x é uma variável explicativa, ou seja, uma variável independente qualquer, portanto, a correlação é efetuada pelo valor esperado Y_i dado por X_i , expressada da seguinte forma:

$$E[Y_i | X_i] = \mu_{Y_i | X_i} = \beta_0 + \beta_1 X_i \quad (8)$$

O objetivo da análise é encontrar estimadores para β_0 e β_1 que, usualmente, são chamados de $\hat{\beta}_0$ e $\hat{\beta}_1$, que maximizam a probabilidade de se verificar o que foi observado nos dados. Além disso, pretende-se testar ambos os estimadores para verificar se são estatisticamente significantes. Dessa maneira, a nomenclatura matemática e estatística de β_0 representa o valor esperado de y quando x é zero. E β_1 é interpretado como incremento esperado na média de y dado um aumento de uma unidade em x e, é claro, $\hat{\beta}_0$ e $\hat{\beta}_1$ são os valores estimados para os verdadeiros valores β_0 e β_1 .

Nesta pesquisa, o IPDM é a variável dependente da correlação (Y) e o ID ou o partID são as variáveis independentes (X).

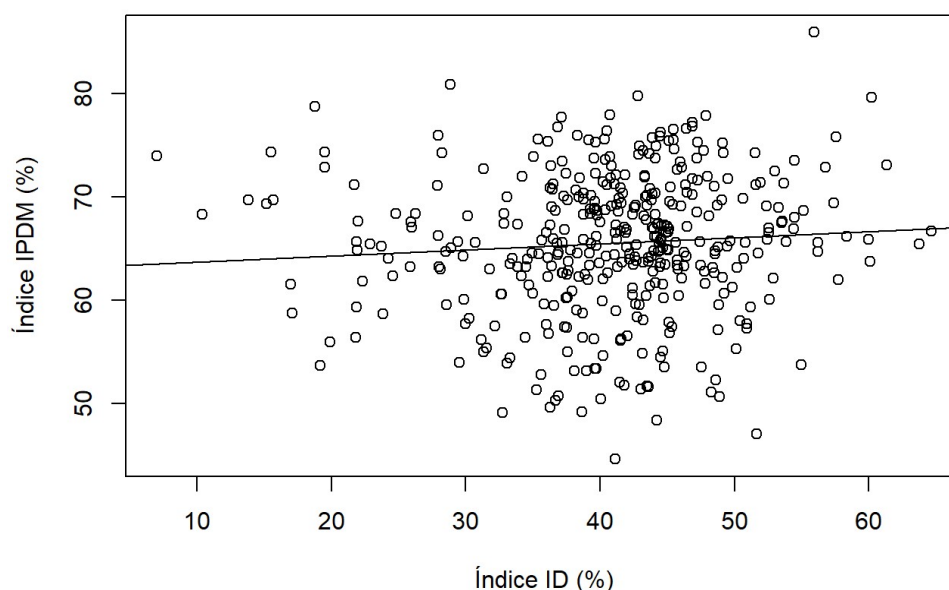
A qual é demonstrada da seguinte forma:

$$E [IPDM_{cidade_i} | ID_{cidade_i}] = \beta_0^{\wedge} + \beta_1^{\wedge} ID_{cidade_i} \quad (9)$$

Onde: $cidade_i$ corresponde aos municípios (cidades) do estado do Paraná utilizados no estudo (i.e.: \$cidade_i\$S=397 \$).

O script do cálculo está descrito no Apêndice D. Com isso, o coeficiente de explicação R^2 mostrou que o ID explica cerca de 0,38% da variação do IPDM, sendo considerado um valor baixíssimo, a partir do que se infere que o ID pouco afeta o IPDM. A baixa relação entre as variáveis pode ser confirmada no gráfico 1.

GRÁFICO 1 - CORRELAÇÃO ENTRE ID E IPDM



FONTE: A autora (2018).

Percebe-se no gráfico que há uma distribuição normal entre os índices e, ao definir a reta da correlação, nota-se uma fraca relação entre as variáveis ID e IPDM. Por meio dos cálculos efetuados, é possível estimar que o valor de β_0^{\wedge} ficou próximo à média de Y e, ao definir o intervalo de confiança para se encontrar os limites inferior e superior, verifica-se que o zero está compreendido no intervalo de confiança β_1^{\wedge} ; com isso é plausível afirmar que β_1^{\wedge} pode ser igual a zero e, por isso, supõe-se que a variável ID explica a variável IPDM, porém, com baixíssima influência.

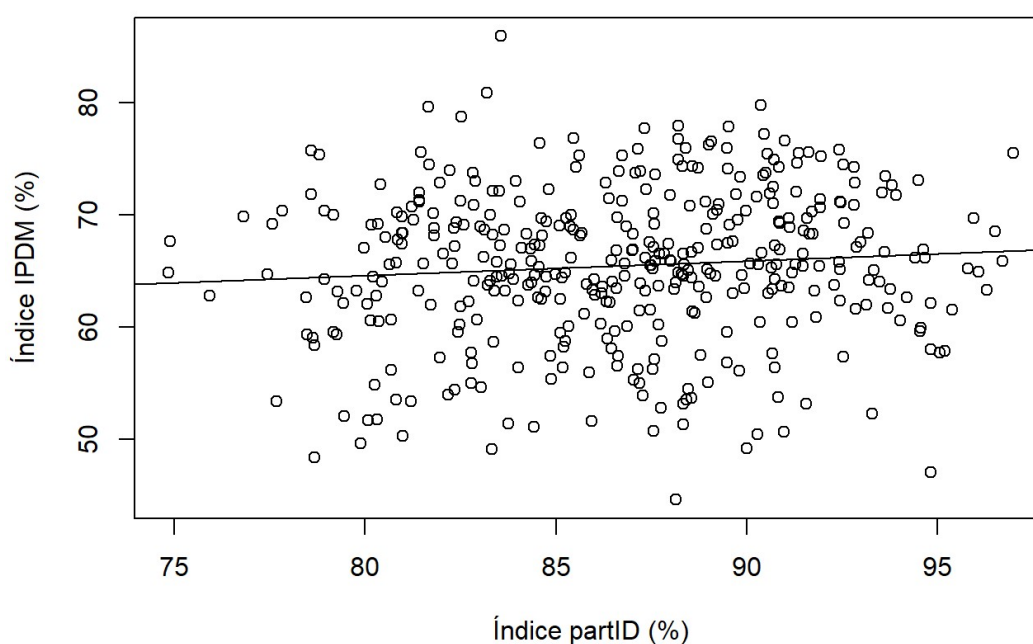
Como segunda possibilidade foi verificada a possível existência de relação entre o subíndice partID, sendo ele a variável independente X (explicativa) e o IPDM como variável dependente Y (resposta). Dessa maneira, o modelo se expressa da seguinte forma:

$$E [IPDM_{cidade_i} | partID_{cidade_i}] = \beta_0 + \beta_1 \cdot partID_{cidade_i} \quad (10)$$

Onde: cidade_i corresponde às cidades do estado do Paraná utilizadas no estudo (i.e.: cidade_i:S=397 \$).

O script do cálculo está descrito no Apêndice E. Com isso, o coeficiente de explicação R² mostrou que o partID explica cerca de 0,7391% da variação do IPDM, sendo considerado um valor muito baixo, inferindo-se que o partID pouco afeta o IPDM. A baixa relação entre as variáveis pode ser confirmada com a visualização do gráfico 2.

GRÁFICO 2 - CORRELAÇÃO ENTRE PARTID E IPDM



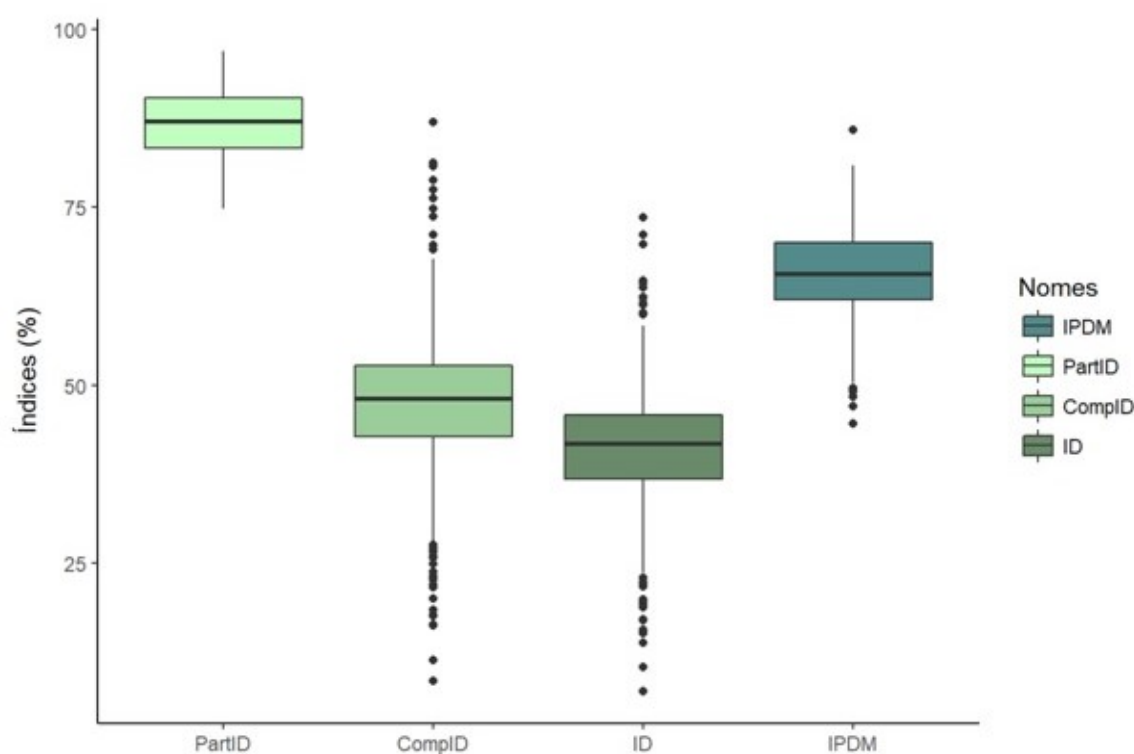
FONTE: A autora (2018).

No gráfico 2, da mesma forma que o evidenciado para a correlação entre ID e IPDM, aqui também se percebe que há uma distribuição normal entre os índices correlacionados, e, ao definir a reta da correlação, nota-se uma fraca relação entre as variáveis partID e IPDM. Pelos cálculos efetuados, é possível

estimar que o valor de β_0^{\wedge} ficou próximo à média de Y e, ao definir o intervalo de confiança para se encontrar os limites inferior e superior, verifica-se que o zero está compreendido nesse intervalo de confiança β_1^{\wedge} e, por isso, é suposto que β_1^{\wedge} seja igual a zero, ou seja, supõe-se que a variável partID explica a variável IPDM, porém, com baixíssima influência.

Visto isso, por meio da análise da figura 9, vê-se que o subíndice partID possui valores elevados e com pouca variação, pois todos os municípios estão inseridos no valor demonstrado na caixa. Já o compID e o ID estão elencados sob valores mais baixos e possuem alta variação entre os resultados dos municípios, haja vista as várias medidas se encontrarem fora dos valores médios das caixas. Por fim, o IPDM padronizou como um índice no qual os valores médios se encontram elevados e poucos municípios ficaram fora do valor estabelecido na caixa.

FIGURA 9 - DIAGRAMA DE CAIXA PARA OS ÍNDICES ANALISADOS NA PESQUISA



FONTE: A autora (2018).

Portanto, mesmo com o estudo desenvolvido a partir dados secundários, ou seja, dados obtidos por meio de outras variáveis analisadas, é importante destacar, talvez como possível limitação do estudo/técnica, que não é possível

controlar todas as variações que possam ocorrer – como, por exemplo, causas em municípios vizinhos que podem gerar efeitos em outro município ou até mesmo fenômenos naturais e econômicos que possam interferir na análise os índices.

Pelo exposto, conclui-se que os dados observados demonstraram um coeficiente muito baixo de correlação entre os índices, com 0,38% de coeficiente de correlação entre o ID e o IPDM e com 0,7391% de coeficiente de correlação entre o partID e o IPDM. Da mesma forma, conforme demonstrado pelos Gráficos 1 e 2 foi possível identificar a baixa correlação linear positiva entre os índices, em ambas as relações analisadas. Assim, delimitado ao escopo deste estudo, pode-se concluir que a apatia societal exerce influência no desenvolvimento local e regional dos municípios paranaenses, ainda que pouca.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Todo trabalho de pesquisa, por mais que planejado, modelado e pré-testado que seja, tem na sua essência limitações a serem considerados. Nesse sentido, é importante destacar que o presente estudo teve por objetivo discutir o tema da participação societal e da apatia societal; para, com isso, analisar se a variável que mede o índice de democratização (teoricamente de participação societal) interfere no desenvolvimento local e regional. Como a pesquisa se deu a partir de dados secundários, assentados em bancos de dados disponibilizados pelo TSE e pelo Ipardes, a acuracidade fica por conta dos entes responsáveis, o que limita, então, a participação do pesquisador na originalidade dos dados.

Outro ponto a ser considerado, embora não descaracterize em hipótese alguma a pesquisa, é o fato do cálculo da IPDM ter se dado até 2015 e as eleições municipais do Estado terem ocorrido em 2016 – o que pode, grosso modo, ser compreendido como uma limitação em face de uma análise ideal. Registre-se, no entanto, que é sabida a existência de pesquisas que utilizam o IDHM como medida de desenvolvimento, não obstante sua última publicação ser de 2010. Esse problema foi mitigado no presente estudo pelo fato de se utilizar o IPDM 2015 que, como dito, é uma evolução atualizada do IDHM.

Em 2016, oito municípios paranaenses passaram por eleições suplementares para escolha de prefeito, isso acabou excluindo essas cidades do cálculo do compID, o qual alterou, de certa forma, o cálculo final do ID, que, provavelmente, teria outro resultado final se esses municípios passassem por eleição padrão. Nesse mesmo ano, em um primeiro momento, não houve eleições para prefeito em dois municípios, por isso foram excluídos da contagem total de municípios analisados, passando de 399 paranaenses, para 397 municípios analisados. No entanto, essas poucas excepcionalidades não interferiram na observação e conclusão do trabalho.

Desta forma, cumpre esclarecer que a pesquisa se limitou a efetuar uma análise correlacional entre os índices selecionados, que se baseiam em participação eleitoral (ID e partID) e desenvolvimento local (IPDM). Entretanto, a despeito dos

desafios, a pesquisa mostrou-se e mostra-se pertinente para o avanço da área, bem como fonte de pesquisa para novos estudos e também como material para conhecimento da sociedade sobre o tema, sendo de considerável pertinência devido a atual crise política, com reflexos sociais, que se vive atualmente no país.

O estudo motivou-se por tratar de um tema de considerável latência no Estado brasileiro, haja vista as constantes crises políticas que dificultam as ações governamentais essenciais ao desenvolvimento local e regional.

Assim, por meio da utilização de variáveis atuais, foi possível analisar a participação societal relacionada com o desenvolvimento, proporcionando respostas à sociedade local e regional e mediante o embricamento entre as variáveis exploradas na pesquisa tem-se então o reconhecido ineditismo deste estudo.

Foi possível atingir o primeiro objetivo específico do trabalho – calcular o Índice de Desenvolvimento (ID) e seus componentes (insumos): participação e competição para os municípios paranaenses – a partir de três bancos de dados do TSE, por meio da utilização dos dados para aplicação das fórmulas do ID, partID e complD. Os dados trabalhados foram analisados no capítulo ‘Resultados e Discussão’ e apresentados na tabela 1 do Apêndice A. O pressuposto relacionado a esse objetivo é o de que “os municípios com menor ID possuem maior apatia societal e, por conseguinte, menos desenvolvimento (IPDM) comparado”. No entanto, essa hipótese não se confirmou devido ao baixíssimo índice de correlação entre as variáveis estudadas.

Para alcançar o segundo objetivo específico da pesquisa – estudar possíveis correlações entre o índice de participação, enquanto componente do Índice de Democratização (ID), bem como do próprio ID com o Índice de Desenvolvimento dos municípios paranaenses, medido pelo IPDM – lançou-se mão dos já referenciados três bancos de dados do TSE e um banco de dados do Iperdes. A utilização desses dados para os cálculos das fórmulas do ID e partID, se ancorou também na literatura técnica sobre administração societal, apatia societal e sobre os índices estudados. Na metodologia da pesquisa, a seção ‘Tratamento e exposição dos dados’, tratou da correlação estatística utilizada no estudo. Esses dados foram analisados no capítulo “Resultados e Discussão” e apresentados na tabela 1 Apêndice A. Assim, o segundo

objetivo foi alcançado. O pressuposto referente ao segundo objetivo é o de que “a participação societal medida pelo partID é diretamente proporcional ao IPDM”, o qual, da mesma forma que o primeiro, não foi confirmado devido à baixíssima correlação entre os índices analisados.

Já o terceiro objetivo específico do estudo – identificar possíveis externalidades decorrentes da relação entre os Índices de Participação e de Democratização e o IPDM nos municípios paranaenses – foi atingido por meio do referencial teórico apresentado nas seções “Teoria Central: das externalidades, administração societal, apatia societal” e nos capítulos sobre os índices estudados nesta pesquisa. Além disso, também contribui para esse objetivo a seção “Tratamento e exposição de dados”, que apresenta a correlação, e a seção “Resultados e Discussão”, dedicada à análise de dados.

Os três objetivos específicos da pesquisa consolidam-se por meio do objetivo geral – estudar a apatia societal, medida pelo índice de democratização (ID) e seus componentes: participação e competição, bem como suas possíveis externalidades para o desenvolvimento local – o qual é atingido por meio do cálculo do ID e seus componentes de participação e competição eleitoral para os municípios paranaenses.

De maneira geral, estudou-se a correlação entre os índices partID ou ID com o IPDM, a partir da fundamentação teórica, discutindo-se sobre a administração societal e apatia societal. Foi feita a apresentação de cada índice e suas respectivas variáveis utilizadas neste estudo e também se descreveu o instrumento estatístico da correlação. Além disso, identificou-se possíveis externalidades decorrentes da relação entre ID, partID e o IPDM, ou seja, entre a apatia societal e o desenvolvimento local, estudado por meio da teoria das externalidades, gestão societal, índices de democratização e índices de desenvolvimento.

O estudo versa sobre a administração societal, com foco na participação e na democratização desse tipo de gestão e qual a influência exercida sobre o desenvolvimento local e regional das cidades do Estado do Paraná. Para isso, o arcabouço teórico se constituiu da teoria das externalidades, das administrações públicas patrimonial, burocrática, gerencial e societal, do desenvolvimento local e regional e dos índices IDH, IDHM, IPDM e ID.

A pesquisa, com seu resultado, contribui fundamentalmente com a área acadêmica do PPGPGP, por tratar do desenvolvimento local e governança pública, além de contribuir também para o avanço do conhecimento da área de gestão societal, ainda embrionária em nível acadêmico, incentivando propostas para futuras pesquisas sobre o tema. Além disso, como uma das contribuições mais importantes, há contrapartida para a sociedade, por abordar a relação que o cidadão possui na participação societal e como isso interfere no desenvolvimento local, estimulando a comunidade a participar ativamente da política e administração da localidade. Enfim, em consonância com a linha de pesquisa Governança Pública e Desenvolvimento, o estudo deu ênfase à administração do Estado em suas três vertentes, a patrimonial, a burocrática e a gerencial.

Os dados analisados demonstraram o comparativo entre os índices de democratização (ID e partID) e o índice de desenvolvimento representado pelo IPDM, fazendo uso do instrumento estatístico de correlação. Da análise dos resultados, constatou-se que há uma baixíssima relação entre o ID e o IPDM e, igualmente, uma baixíssima relação entre o partID e o IPDM. Essa conclusão pode ser defendida devido ao índice de correlação entre o ID e o IPDM ter resultado em 0,38% e o gráfico de correlação ter demonstrado uma reta levemente positiva na relação dos índices.

Já na análise de correlação efetuada entre o partID e o IPDM, o coeficiente de correlação calculado resultou em 0,74% e o gráfico também apresentou uma reta levemente positiva. Ou seja, nas duas análises correlacionais, os coeficientes, embora positivos, mostraram-se baixíssimos, concluindo-se que o ID ou o partID pouco interferem no IPDM. Portanto, pode-se afirmar que a apatia societal pouco interfere no desenvolvimento local e regional, tendo em vista a baixa correlação entre os índices estudados neste trabalho.

O estudo debruçou-se sobre o cerne do problema de quais os possíveis impactos gerados pela apatia societal e suas externalidades no desenvolvimento dos municípios paranaenses, considerando o Índice de Democratização Eleitoral dos municípios. A apatia societal é uma característica cultural e histórica brasileira, na qual a população é dependente do governo, quando deveria ser o contrário. Por isso, é cômodo aos governantes o não interesse da sociedade na participação,

pois essa “omissão” popular deixa esses agentes em situação confortável sem cobranças por parte da população.

Respondendo à questão de pesquisa – sobre os impactos gerados pela apatia societal e suas externalidades no desenvolvimento dos municípios paranaenses, considerando o ID – é possível afirmar, por meio da análise efetuada e das variáveis utilizadas neste estudo, que a apatia societal pouco interfere no desenvolvimento local e regional dos municípios paranaenses, pois essa intervenção é de baixíssima influência correlacional.

Os resultados encontrados não chegaram a confirmar os pressupostos do estudo, pois se constatou que a participação societal medida pelo partID, enquanto insumo do ID, não interfere de modo significativo no desenvolvimento local, devido à baixíssima correlação encontrada entre os índices, não confirmando a esperada relação diretamente proporcional do partID com o IPDM. Da mesma maneira, também não é possível confirmar o pressuposto de que quanto menor o ID, maior a apatia societal e, por conseguinte, menor o IPDM comparado. Por isso, os pressupostos não se confirmam, visto que não houve indício de correlação relevante entre os três índices relacionados.

Para a continuidade de novos estudos, reconhecidas as (de)limitações deste trabalho, recomenda-se o aprofundamento em trabalhos sobre a administração pública societal, sobre os índices de democratização existentes, como o Índice de Democratização Eleitoral (ID) ou o Índice de Democratização Local criado pelo Instituto Atuação (INSTITUTO ATUAÇÃO, 2018). Também se propõe como estudo a análise dos índices efetuada com outros desdobramentos, como, por exemplo, ao invés de se desmembrar o ID, poder-se-ia, ao contrário, desmembrar o IPDM, trabalhando-se, por exemplo, a variável educação do índice a fim de encontrar correlação com o Índice de Democratização.

Além disso, também se recomenda que, devido ao pressuposto não confirmado neste estudo, pode-se trabalhar o ID com outras formas estatísticas, fazendo o uso de outras variáveis correlacionais ou reformular a forma de cálculo a fim de estabelecer relação entre o IPDM e demais índices que mensuram valores de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando L. O Impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, Brasília, n.10, p.52,1997.

AGUIAR NETO, Ruy R. de. **Estatística básica aplicada à administração judiciária**. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, v.11, 2010.

AMÂNCIO, Júlia M.; SERAFIM, Lizandra; DOWBOR, Monika. Microterritorialidade e Controle Societal. **Revista Lua Nova**. n.84, p.353-364, 2011.

ARAUJO, Carlos R. V. **História do pensamento econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1986.

ARAUJO, Fernando. **Introdução à economia**. 3.ed. Coimbra: Almedina, 2005.

BARROS, Aidil J. S.; LEHFELD, Neide A. S. **Fundamentos de metodologia**: um Guia para a Iniciação Científica. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 27.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 set. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v.47, n.1, p.1-28, jan./abr. 1996.

_____. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Revista de Cultura Política Lua Nova**, São Paulo, n.45, p.49-95, 1998.

_____. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/antigo/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRITO, Eliane P. Z.; BRITO, Luiz A. L.; PORTO, Elvio C.; SZILAGYI, Marcelo E. A Relação entre Aglomeração Produtiva e Crescimento: a Aplicação de um Modelo Multinível ao Setor Industrial Paulista. **Revista de Administração Contemporânea**. v.14, n.4, p.615-632, jul./ago. 2010.

BUSSAB, Wilton O; MORETTIN, Pedro A. Regressão Linear Simples. In: _____. **Estatística básica**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAMPELO, Graham S. B. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. **Ci. & Tróp.**, Recife, v.34, n.2, p.297-324, 2010.

CERVI, Emerson U. Eleições municipais e crise nacional: disputas eleitorais para prefeito e vereador no Brasil em 2016. In. CONGRESO LATINOAMERICANO Y CARIBENO DE CIENCIAS SOCIALES, 4., 2017, Salamanca. **Simpósio** (S3.21 Instituciones, gobierno y élites del nivel local), Universidad de Salamanca, España: Flacso, p.257, 2017b.

_____. **Temos mais democracia eleitoral para prefeito do que para presidente. Quem diria, hein?!.** 2017a. Disponível em: <https://blogempublico.wordpress.com/2017/05/01/temos-mais-democracia-eleitoral-para-prefeito-do-que-para-presidente-quem-diria-hein/>. Acesso em: 16 abr. 2018.

CHARNET, Reinaldo; FREIRE, Clarice A. de L.; CHARNET, Eugênia M. R.; BONVINO, Heloísa. **Análise de modelos de regressão linear: com aplicações.** 2.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José M. (coords.). **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia.** FIDECABI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. São Paulo: Atlas, 2007.

CORTES, Soraya V. Viabilizando a participação em conselhos de política pública municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e policy communities. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

COSTIN, Claudia. **Administração pública.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESPO, Antônio A. **Estatística fácil.** 19.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

DRUMOND, Alexandre M.; SILVEIRA, Suely de F. R.; SILVA, Edson A. Predominância ou coexistência? Modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação. **Revista Administração Pública**, v.48, n.1, p.3-25, jan./fev. 2014.

FÁVERO, Rafaela; CASTILHO, Mara L. **Responsabilidade social e teoria das externalidades: o caso de algumas empresas poluidoras no meio ambiente.** UNIOESTE, Paraná, 2001. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/08O401.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

FERNANDES, Edite M. da G. P. **Estatística aplicada.** Universidade do Minho, Braga, 1999. Disponível em: <http://www.norg.uminho.pt/emgpf/documentos/Aplicada.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FONSECA, Regina. C. V da. **Metodologia do trabalho científico.** Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

FONT, Joan. Participación ciudadana y decisiones públicas: conceptos, experiencias y metodologías. In. ZICCARDI, Alicia (comp.). **Comecsó**, México, IIS-UNAM, Indesol, p.23-42, abr. 2004.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia B. de; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea**. 2.ed. São Paulo: Elsevier; Campus, 2011.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da G. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, n.7, p.9-31, 2002.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educa o**, v.16, n.47, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

_____. **Conselhos gestores e participa o sociopolítica**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. Participa o de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. **Política & Sociedade**, v.10, n.18, p.223-244, abr. 2011b.

GUERRA, J nia F. do C.; TEODÓSIO, Armindo dos S. de S. Gestão Pública Societal e Gestão Social: análise de aproxima es e distanciamentos na práxis de uma política pública. **Revista Pensamento e Sociedade**, v.27, n.2, p.5-20, 2012.

HENRICHES, Joanni A.; MEZA, Maria L. F. G. de. Governança multinível para o desenvolvimento regional: um estudo de caso do Consórcio Intermunicipal da Fronteira. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v.9, n.1, p.124-138, jan-abr. 2017.

INSITUTO ATUA O. **Fortalecendo cultura, construindo democracia**. Disponível em: <http://atuacao.org.br/files/relatorio-indice-2018-web.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. ** ndice IparDES de Desempenho Municipal - IPDM**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=19; . Acesso em: 18 maio 2018.

_____. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/ipdm/comentarios_IPDM_2011.pdf. Acesso em: 19 set. 2018.

_____. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>; . Acesso em: 18 maio 2018.

ISHENGOMA, Esther K.; KAPPEL, Robert. **Formalising informal firms: what can be done?** Poverty in Focus: Analysing and achieving Pro-Poor Growth. International Poverty Centre (IPC), mar. 2007.

JANNUZZI, Paulo de M. Considera es sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formula o e avalia o de políticas públicas municipais. **RAP**, Rio de Janeiro, p.51-72, jan./fev. 2002.

KISHTAINY, Niall (ed.). **O livro da economia**. Tradu o de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Globo, 2013.

LAKATOS, Eva. M. de A.; MARCONI, Marina. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS-PEREIRA, José. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4.ed. São Paulo: Atlas 2012.

_____. **Manual de gestão pública contemporânea**. 5.ed. São Paulo: Atlas 2016.

MATOS, Fátima R. N.; BASTOS, Adriana T.; MACHADO, Diego de Q. Desenvolvimento local no agreste pernambucano: uma “utopia possível”. **Interações**, Campo Grande, v.15, n.1, p.147-157, jan./jun. 2014.

MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa R. O mercado de camelôs e as contribuições ao desenvolvimento local de uma cidade. **Interações**, Campo Grande, v.15, n.2, jul./dez. 2014.

MOREIRA NETO, Diogo de F. Administração pública gerencial. **Revista de Direito**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, jul./dez. 1998.

NAPOLEONI, Claudio. **O Pensamento Econômico do Século XX**. 2.ed. Tradução de Aloísio Teixeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v.5.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia**: introdução ao direito econômico. 8.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

OLIVEIRA, Antonio G. de; CATAPAN, Anderson; VICENTIN, Iván C. A Apatia da Participação política do povo brasileiro na administração e governança da república: motivos e consequências. **GCG – Georgetown University**. Universia, v.9, n.2, p.108-123, maio/ago. 2015.

OLIVEIRA, Pâmella. G.; CALEGARIO, Cristina. L. L. **Aglomerados e visão baseada em recursos**: possíveis relações entre externalidades e capacidades organizacionais. Rio de Janeiro: XXXIV Encontro Anpad, 2010.

PAULA, Ana P. P. de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, CEPEAD-UFMG, v.45, n.1, p.36-49, jan./mar. 2005a.

_____. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005b.

PIGOU, Arthur C. **The economics of welfare**. 4.ed. Edimburgo: R. & R. Clark Limited, 1932.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PINHEIRO, Otilie M. **Plano diretor e gestão urbana**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, 2010.

PINHO, Diva B.; VASCONCELLOS, Marco A. S. de (orgs.). **Manual de economia**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PINHO, Diva B.; VASCONCELLOS, Marco A. S. de; TONETO JUNIOR, Rudinei (orgs.). **Manual de economia**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento humano e IDH**. Brasília: Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf. Acesso em: 12 jun. 2017.

R CORE TEAM (2018). **R: a language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 08 maio 2018.

REDRUELLO, Alego M. R. **La apatia política em democracia**. 2015. Tese (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Estudios Políticos – Facultad Latino Americana da Ciencias Sociales. Ecuados, 2015.

RIBEIRO, Camila S.; ROCHA, Eduardo G. Externalidades Negativas decorrentes do uso de Agrotóxicos e a Insegurança Alimentar: uma análise da atuação do Supremo Tribunal Federal. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, Brasília, v.3, n.1, p.23-41, jan./jun. 2017.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D. de; GUINDANI, Joel F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, n.1, jul. 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

SILVA, Rubicleis. G.; LIMA, João E. Avaliação Econômica da Poluição do ar na Amazônia Ocidental: um estudo de caso no estado do Acre. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.44, p.157-178, 2006.

SIMÓN, José L. M. La influencia de las externalidades en la economía del bien estar: el enfoque tradicional. **Cuadernos de Economía**, v.15, p.239-268, 1987.

SLOMSKI, Valmor; SLOMSKI, Vilma G.; KASSAI, José R.; MEGLIORINI, Evanir. Sustentabilidade nas organizações: a internalização dos gastos com o descarte do produto e/ou embalagem aos custos de produção. **R. Adm.**, São Paulo, v.47, n.2, p.275-289, abr./maio/jun. 2011.

THEISS, Viviane; DAL VESCO, Delci G.; UTZIG, Mara J.; SCARPIN, Jorge E. Despesas públicas e externalidades positivas: uma análise da saúde dos países da América Central, do Sul e México. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**. João Pessoa, v.3, n.1, p.4-17, jan./abr. 2015.

VANHANEN, Tatu. Democratization: a comparative analysis of 170 countries. London: Routledge Research in Comparative Politics. Routledge, Taylor & Francis Group, 2003. 302p. Resenha de: ACUNA-AFARO, Jairo. **Revista de Ciência Política**, Santiago, v.25, n.1, p.280-283, 2005.

VEGARA, Juan H. Externalidades, intereses difusos, paisaje, etnologia. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Santa Cruz de Tenerife, v.15, n.1, p.9-20, 2017.

VILAÇA, Márcio L. C. Pesquisa e ensino: considerações e reflexões. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, Nilópolis, v.1, n.2, maio/ago. 2010. Disponível em: http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/26/pdf_237. Acesso em: 31 maio 2018.

VILLELA, Lamounier E.; VIDAL, Marcelo de O.; ARAUJO, Antonione C. de; COSTA, Nayara L. S. F. da; COSTA, Eduardo G. da. A conferência nacional das cidades como instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento territorial: a percepção dos conselheiros nos processos participativos e deliberativos. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, Rio de Janeiro, v.14, p.619-639, jul. 2016. Edição Especial.

WEBER. Max. **Ensaios de sociologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.229-282.

**APÊNDICE A - TABELA COM OS CÁLCULOS
DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES**

TABELA 1 - CÁLCULOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

continua

Municípios	População 2016	Eleitores 2016	Comparecimento de Eleitores 2016	Total de Votos por partido eleito 2016	partID 2016	compID 2016	ID 2016	IPDM 2015	IPDM predito pelo ID	IPDM predito pelo partID
Abatiá	7795	6078	5186	3370	85,32	35,02	29,88	60,08	64,99	65,31
Adrianópolis	6293	4931	4466	2900	90,57	35,07	31,77	63,03	65,08	65,98
Agudos do Sul	9073	6692	6362	2957	95,07	53,53	50,89	57,73	65,92	66,55
Almirante Tamandaré	114129	61531	55884	22068	90,82	60,51	54,96	53,78	66,10	66,01
Altamira do PARANÁ	3143	3280	3015	2264	91,92	24,92	22,90	65,42	64,68	66,15
Alto Paraíso	3037	3176	2774	1363	87,34	50,88	44,44	63,22	65,64	65,56
Alto Paraná	14606	10325	8638	5968	83,66	30,91	25,86	63,28	64,82	65,09
Alto Piquiri	10253	7459	6329	2948	84,85	53,43	45,33	57,47	65,68	65,24
Altônia	21867	15109	12806	7449	84,76	41,84	35,46	64,50	65,24	65,23
Alvorada do Sul	11148	7321	6320	3507	86,33	44,52	38,43	62,33	65,37	65,43
Amaporã	6019	4095	3571	2032	87,20	43,11	37,59	55,00	65,33	65,55
Ampére	18740	13603	11838	4437	87,02	62,52	54,41	66,90	66,08	65,52
Anahy	2908	2674	2475	1261	92,56	49,07	45,42	69,26	65,68	66,23
Andirá	20822	17673	13992	7207	79,17	48,50	38,39	70,02	65,37	64,52
Ângulo	2969	2747	2438	1341	88,75	45,01	39,95	63,59	65,44	65,74
Antonina	19418	16585	13046	5709	78,66	56,24	44,24	48,40	65,63	64,45
Antonio Olinto	7582	6689	5906	4000	88,29	32,28	28,50	64,69	64,93	65,69
Apucarana	131571	86846	76934	60001	88,59	22,01	19,50	74,35	64,53	65,72
Arapongas	116960	82043	66794	24465	81,41	63,37	51,59	71,19	65,95	64,81
Arapoti	27728	18891	15276	7072	80,86	53,71	43,43	67,77	65,59	64,73
Arapuã	3384	3267	2926	1593	89,56	45,57	40,82	69,15	65,48	65,85
Araruna	14056	10808	8983	5961	83,11	33,65	27,96	66,27	64,91	65,02
Araucária	135459	86811	79831	37206	91,96	53,39	49,10	75,20	65,84	66,15
Ariranha do Ivaí	2330	2442	2173	1083	88,98	50,18	44,66	55,06	65,65	65,77
Assaí	16104	13373	10941	5160	81,81	52,84	43,23	68,17	65,58	64,86
Assis Chateaubriand	34046	25785	21246	17336	82,40	18,40	15,16	69,36	64,34	64,93
Astorga	26087	20794	16982	8002	81,67	52,88	43,19	74,46	65,58	64,84
Atalaia	4002	3624	3324	1735	91,72	47,82	43,86	70,31	65,61	66,12
Balsa Nova	12471	11061	10225	5101	92,44	50,12	46,33	71,17	65,72	66,22
Bandeirantes	32562	25716	20659	9699	80,34	53,05	42,62	69,17	65,56	64,67
Barbosa Ferraz	12393	9217	7379	3675	80,06	50,20	40,19	62,10	65,45	64,63
Barra do Jacaré	2825	2686	2440	1324	90,84	45,76	41,57	69,42	65,51	66,01
Barracão	10273	6627	6153	2391	92,85	61,15	56,78	72,90	66,18	66,27
Bela Vista da Caroba	3811	3368	3054	1842	90,68	39,70	36,00	57,63	65,26	65,99

TABELA 1 - CÁLCULOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

continuação

Municípios	População 2016	Eleitores 2016	Comparecimento de Eleitores 2016	Total de Votos por partido eleito 2016	partID 2016	compID 2016	ID 2016	IPDM 2015	IPDM predito pelo ID	IPDM predito pelo partID
Bela Vista do Paraíso	15634	12939	10983	6902	84,88	37,16	31,54	55,40	65,07	65,25
Bituruna	16511	12579	10523	5519	83,66	47,56	39,78	68,7	65,43	65,09
Boa Esperança	4438	4029	3586	1793	89,00	50,01	44,51	76,29	65,64	65,78
Boa Esperança do Iguaçu	2694	2441	2257	1658	92,46	26,55	24,55	62,40	64,76	66,22
Boa Ventura de São Roque	6674	4892	4282	2348	87,53	45,18	39,54	56,24	65,42	65,59
Boa Vista da Aparecida	7939	6963	6002	4044	86,20	32,63	28,12	63,04	64,92	65,42
Bocaiúva do Sul	12320	8594	7735	4414	90,00	42,94	38,65	49,19	65,38	65,90
Bom Jesus do Sul	3755	3176	3030	2492	95,40	17,76	16,95	61,55	64,42	66,59
Bom Sucesso	6982	5297	4640	1864	87,60	59,84	52,42	65,88	65,99	65,60
Cambará	25287	18666	14959	8871	80,14	40,70	32,62	60,63	65,11	64,64
Cambé	104592	63401	57500	26761	90,69	53,46	48,48	71,01	65,82	65,99
Cambira	7759	5385	5089	1786	94,50	64,92	61,35	73,12	66,38	66,48
Campina da Lagoa	15144	11484	10526	5461	91,66	48,12	44,11	68,32	65,62	66,12
Campina do Simão	4079	3287	3129	1646	95,19	47,41	45,13	57,90	65,67	66,57
Campina Grande do Sul	42187	28376	25851	16398	91,10	36,57	33,31	63,52	65,14	66,04
Campo Bonito	4210	3445	3262	1740	94,69	46,67	44,19	66,21	65,63	66,50
Campo do Tenente	7762	6169	5594	2773	90,68	50,44	45,74	63,41	65,69	65,99
Campo Largo	125719	81733	71927	31460	88,00	56,26	49,51	71,81	65,86	65,65
Campo Magro	27884	17570	16450	5093	93,63	69,04	64,64	66,73	66,53	66,37
Campo Mourão	93547	60121	55573	20965	92,44	62,28	57,56	75,81	66,22	66,21
Cândido de Abreu	16198	12110	9808	5369	80,99	45,26	36,66	50,29	65,29	64,75
Candói	15901	10870	10059	5979	92,54	40,56	37,54	57,40	65,33	66,23
Cantagalo	13478	9702	7841	3232	80,82	58,79	47,51	53,58	65,77	64,73
Capanema	19320	15243	13013	6533	85,37	49,80	42,51	68,97	65,55	65,31
Capitão Leônidas Marques	15788	12038	9930	5539	82,49	44,22	36,48	71,25	65,28	64,94
Carambeí	21939	15733	13579	6330	86,31	53,39	46,08	72,91	65,71	65,43
Carlópolis	14384	11662	9493	5545	81,40	41,59	33,86	63,25	65,17	64,80
Cascavel	316226	206714	185092	86099	89,54	53,48	47,89	77,89	65,79	65,84
Castro	71159	52725	43383	18390	82,28	57,61	47,40	65,69	65,77	64,92
Catanduvas	10455	7287	6011	4386	82,49	27,04	22,30	61,88	64,66	64,94
Centenário do Sul	11279	9080	7530	4353	82,93	42,20	34,99	60,66	65,22	65,00
Cerro Azul	17821	13277	11627	6727	87,57	42,15	36,91	50,73	65,30	65,59
Céu Azul	11707	8919	7605	3696	85,27	51,41	43,83	69,71	65,61	65,30
Chopininho	19951	16070	13421	6802	83,52	49,32	41,19	72,17	65,49	65,07

TABELA 1 - CÁLCULOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

continuação

Municípios	População 2016	Eleitores 2016	Comparecimento de Eleitores 2016	Total de Votos por partido eleito 2016	partID 2016	compID 2016	ID 2016	IPDM 2015	IPDM predito pelo ID	IPDM predito pelo partID
Cianorte	78553	56017	44023	19455	78,59	55,81	43,86	75,76	65,61	64,44
Cidade Gaúcha	12199	9457	7562	5105	79,96	32,50	25,98	67,08	64,82	64,62
Clevelândia	17311	13786	11013	6011	79,89	45,42	36,29	49,65	65,28	64,61
Colombo	234941	128601	115853	46615	90,09	59,76	53,84	65,68	66,05	65,91
Colorado	23811	18859	15353	5232	81,41	65,93	53,67	71,34	66,04	64,80
Congonhinhas	8779	6953	5751	3241	82,71	43,65	36,11	62,27	65,27	64,97
Conselheiro Mairinck	3849	3141	2707	1528	86,18	43,57	37,55	60,31	65,33	65,42
Contenda	17745	11752	10865	5136	92,45	52,73	48,75	65,13	65,83	66,22
Corbélia	17135	13769	11896	6359	86,40	46,55	40,22	71,47	65,45	65,44
Cornélio Procópio	48615	37691	29615	14245	78,57	51,90	40,78	71,82	65,47	64,44
Coronel Domingos Soares	7607	5565	4783	2359	85,95	50,69	43,57	51,62	65,60	65,39
Coronel Vivida	21755	15795	14776	7194	93,55	51,32	48,01	71,97	65,79	66,36
Corumbataí do Sul	3682	3732	3257	2024	87,27	37,87	33,05	53,9	65,13	65,55
Cruz Machado	18858	14154	12049	6549	85,13	45,65	38,86	62,51	65,39	65,28
Cruzeiro do Iguaçu	4373	3665	3285	1322	89,63	59,77	53,58	67,66	66,04	65,86
Cruzeiro do Oeste	21197	16375	13664	7823	83,44	42,75	35,67	65,85	65,25	65,06
Cruzeiro do Sul	4628	4188	3621	2092	86,46	42,24	36,52	65,98	65,29	65,45
Cruzmaltina	3128	3014	2606	1305	86,46	49,94	43,18	58,11	65,58	65,45
Curitiba	1893997	1289204	1077252	356539	83,56	66,90	55,90	85,93	66,14	65,08
Curiúva	14911	11406	8860	4346	77,68	50,95	39,58	53,39	65,42	64,33
Diamante D'oeste	5277	3849	3450	1687	89,63	51,12	45,82	63,04	65,70	65,86
Diamante do Norte	5425	4796	3883	1757	80,96	54,77	44,34	67,45	65,63	64,75
Diamante do Sul	3562	2803	2650	1456	94,54	45,07	42,61	59,66	65,56	66,48
Dois Vizinhos	39500	29306	25067	9958	85,54	60,28	51,56	74,27	65,95	65,33
Douradina	8335	6176	5448	3174	88,21	41,75	36,83	76,75	65,30	65,67
Doutor Camargo	6058	5016	4451	2250	88,74	49,46	43,89	67,09	65,61	65,74
Doutor Ulysses	5794	4808	4341	2417	90,29	44,33	40,03	50,49	65,44	65,94
Enéas Marques	6182	5509	5114	2828	92,83	44,71	41,50	70,86	65,51	66,27
Engenheiro Beltrão	14311	11144	9177	4213	82,35	54,10	44,55	67,24	65,64	64,92
Entre Rios do Oeste	4357	3428	3141	1929	91,63	38,60	35,37	75,63	65,24	66,11
Esperança Nova	1875	1988	1864	921	93,76	50,62	47,46	63,36	65,77	66,38
Faxinal	17233	12232	10083	4834	82,43	52,06	42,92	59,57	65,57	64,94
Fazenda rio Grande	93730	60521	54166	21777	89,50	59,80	53,52	67,51	66,04	65,84
Fênix	4903	4158	3637	1780	87,47	51,07	44,67	61,56	65,65	65,58

TABELA 1 - CÁLCULOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

continuação

Municípios	População 2016	Eleitores 2016	Comparecimento de Eleitores 2016	Total de Votos por partido eleito 2016	partID 2016	compID 2016	ID 2016	IPDM 2015	IPDM predito pelo ID	IPDM predito pelo partID
Fernandes Pinheiro	5929	5654	4988	2440	88,22	51,09	45,07	64,90	65,66	65,68
Figueira	8222	6984	5571	3617	79,77	35,08	27,98	63,23	64,91	64,59
Flor da Serra do Sul	4792	4784	4391	2417	91,79	44,97	41,27	63,25	65,50	66,13
Floraí	5114	4490	4029	2302	89,73	42,87	38,47	71,86	65,37	65,87
Floresta	6535	5722	5315	2658	92,89	50,00	46,44	67,13	65,73	66,27
Florestópolis	11145	8549	8191	3963	95,81	51,62	49,46	65,25	65,86	66,65
Flórida	2685	2399	2191	1100	91,33	49,82	45,50	74,63	65,68	66,07
Formosa do Oeste	7214	6293	5323	2732	84,59	48,68	41,18	67,26	65,49	65,21
Foz do Iguaçu	263915	331956	290841	54488	87,61	81,27	71,20	68,31	66,82	65,60
Foz do Jordão	5144	3879	3619	1734	93,30	52,10	48,61	52,31	65,82	66,33
Francisco Alves	6382	5720	4912	3773	85,87	23,19	19,92	55,94	64,55	65,38
Francisco Beltrão	87491	61622	51361	25585	83,35	50,19	41,83	72,14	65,52	65,05
General Carneiro	14038	9853	8157	5071	82,79	37,84	31,32	55,03	65,06	64,98
Godoy Moreira	3211	2945	2551	1451	86,62	43,14	37,37	57,41	65,32	65,47
Goioerê	29683	22224	17920	11096	80,63	38,08	30,71	65,59	65,03	64,71
Goioxim	7482	5517	4878	2408	88,42	50,65	44,78	53,55	65,65	65,70
Grandes Rios	6251	5457	4460	2328	81,73	47,81	39,08	62,01	65,40	64,85
Guaira	32784	23133	18198	8310	78,67	54,34	42,75	58,39	65,56	64,45
Guairaçá	6562	5261	4553	2668	86,54	41,41	35,84	59,68	65,26	65,46
Guamiranga	8552	6535	5793	2537	88,65	56,22	49,83	61,30	65,88	65,73
Guapirama	3942	3914	3389	1748	86,59	48,44	41,94	66,83	65,53	65,47
Guaporema	2291	2009	1767	1107	87,95	37,37	32,87	67,44	65,13	65,64
Guaraci	5463	4370	3971	2000	90,87	49,65	45,11	66,91	65,67	66,01
Guaraniaçu	13817	10868	9943	3018	91,49	69,65	63,73	65,46	66,49	66,09
Guarapuava	179256	119458	106245	57969	88,94	45,44	40,41	68,75	65,46	65,77
Guaratuba	35588	27156	21308	7400	78,47	65,27	51,22	59,38	65,94	64,43
Honório Serpa	5705	3959	3813	1983	96,31	48,01	46,24	63,31	65,72	66,71
Ibaiti	30888	22681	17792	8595	78,44	51,69	40,55	62,66	65,46	64,43
Ibema	6374	5264	4508	1977	85,64	56,16	48,09	68,16	65,80	65,35
Ibiporã	52848	39039	31725	16273	81,26	48,71	39,58	69,59	65,42	64,79
Icaraíma	8561	7282	5996	3573	82,34	40,42	33,28	54,46	65,14	64,92
Iguaçu	4309	3716	3316	1672	89,24	49,59	44,25	67,34	65,63	65,81
Iguatu	2303	2036	1910	979	93,81	48,77	45,75	72,65	65,69	66,39
Imbaú	12550	8574	7181	3492	83,75	51,38	43,03	51,45	65,57	65,10

TABELA 1 - CÁLCULOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Municípios	População 2016	Eleitores 2016	Comparecimento de Eleitores 2016	Total de Votos por partido eleito 2016	partID 2016	compID 2016	ID 2016	IPDM 2015	continuação	
									IPDM predito pelo ID	IPDM predito pelo partID
Imbituva	31391	22084	19254	11595	87,19	39,78	34,68	61,51	65,21	65,54
Indianópolis	4493	3803	3382	1842	88,93	45,55	40,51	71,17	65,46	65,77
Ipiranga	15059	10949	9652	5152	88,15	46,63	41,10	44,64	65,49	65,67
Iporã	14794	11958	10046	7440	84,01	25,94	21,80	56,39	64,64	65,14
Iracema do Oeste	2487	2538	2303	1430	90,74	37,92	34,41	56,44	65,19	66,00
Irati	60070	44641	37063	18065	83,02	51,26	42,56	68,98	65,55	65,01
Iretama	10648	8274	6916	2632	83,59	61,95	51,78	64,54	65,96	65,08
Itaguajé	4629	3754	3200	2558	85,24	20,07	17,11	58,78	64,43	65,29
Itaipulândia	10413	9021	8053	3976	89,27	50,63	45,20	70,94	65,67	65,81
Itambaracá	6835	5355	4558	2602	85,12	42,92	36,53	59,53	65,29	65,28
Itambé	6201	5049	4417	2560	87,48	42,05	36,79	65,54	65,30	65,58
Itapejara D'Oeste	11571	9095	8070	4102	88,73	49,18	43,63	74,17	65,60	65,74
Itaperuçu	27131	18252	17307	7882	94,82	54,46	51,64	47,05	65,96	66,52
Itaúna do Sul	3288	3271	2625	1215	80,25	53,73	43,12	54,90	65,58	64,66
Ivaí	13714	9981	9080	4202	90,97	53,73	48,88	50,70	65,83	66,03
Ivaiporã	32715	24550	19877	11813	80,97	40,57	32,85	68,43	65,12	64,75
Ivaté	8067	5848	5120	2821	87,55	44,91	39,32	70,16	65,41	65,59
Ivatuba	3220	2439	2124	974	87,08	54,17	47,17	73,78	65,76	65,53
Jaboti	5226	4162	3745	1909	89,98	49,04	44,13	70,36	65,62	65,90
Jacarezinho	40253	31783	25086	11833	78,93	52,83	41,70	70,41	65,52	64,49
Jaguapitã	13287	10352	8573	4478	82,81	47,77	39,56	73,75	65,42	64,98
Jaguariaíva	34647	25950	21403	11685	82,48	45,41	37,45	60,27	65,33	64,94
Jandaia do Sul	21273	16647	13797	7000	82,88	49,27	40,83	73,03	65,48	64,99
Janiópolis	6005	4960	4550	4034	91,73	11,34	10,41	68,35	64,13	66,13
Japira	5078	4261	3606	2008	84,63	44,33	37,51	62,51	65,33	65,22
Japurá	9238	7168	6279	3385	87,60	46,10	40,38	73,59	65,46	65,60
Jardim Alegre	12104	9434	7589	5303	80,44	30,13	24,23	64,05	64,74	64,68
Jardim Olinda	1403	1417	1247	616	88,00	50,64	44,57	65,94	65,64	65,65
Jataizinho	12560	9968	8362	4329	83,89	48,24	40,46	64,28	65,46	65,12
Jundiá do Sul	3443	2783	2407	1476	86,49	38,69	33,47	64,05	65,15	65,45
Juranda	7669	6128	5374	2728	87,70	49,25	43,19	63,70	65,58	65,61
Jussara	6995	5829	5056	2664	86,74	47,32	41,04	71,26	65,49	65,49
Kaloré	4402	3841	3356	1918	87,37	42,86	37,45	72,28	65,33	65,57
Lapa	47814	33419	30720	13372	91,92	56,47	51,91	71,43	65,97	66,15

TABELA 1 - CÁLCULOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Municípios	População 2016	Eleitores 2016	Comparecimento de Eleitores 2016	Total de Votos por partido eleito 2016	partID 2016	compID 2016	ID 2016	IPDM 2015	continuação	
									IPDM predito pelo ID	IPDM predito pelo partID
Laranjal	6248	5080	4218	2175	83,03	48,45	40,23	54,62	65,45	65,01
Laranjeiras do Sul	32228	24094	19712	10180	81,81	48,36	39,56	68,81	65,42	64,86
Leópolis	4147	3622	3188	1696	88,02	46,82	41,21	65,92	65,49	65,65
Lidianópolis	3717	3674	3060	1458	83,29	52,37	43,62	64,16	65,60	65,04
Lindoeste	5129	4341	4108	2198	94,63	46,51	44,01	66,89	65,62	66,50
Loanda	22754	16005	12688	4942	79,28	61,05	48,40	63,15	65,81	64,53
Lobato	4721	3883	3486	1732	89,78	50,33	45,18	69,54	65,67	65,87
Londrina	553393	353314	301984	136360	85,47	54,85	46,88	76,86	65,74	65,32
Luiziana	7463	5497	5178	2514	94,20	51,46	48,47	62,66	65,82	66,44
Lunardelli	5095	4352	3729	2651	85,68	28,92	24,78	68,42	64,77	65,35
Lupionópolis	4885	4179	3668	2052	87,77	44,07	38,68	58,76	65,38	65,62
Mallet	13611	10605	9013	3056	84,99	66,10	56,18	64,73	66,16	65,26
Mamborê	13870	11227	9461	4566	84,27	51,74	43,60	63,76	65,60	65,17
Mandaguaçu	21920	16464	13710	6566	83,27	52,11	43,39	70,02	65,59	65,04
Mandaguari	34425	27183	22232	10418	81,79	53,14	43,46	70,14	65,59	64,85
Mandirituba	25287	17135	15814	5523	92,29	65,08	60,06	63,80	66,33	66,20
Manfrinópolis	2907	3059	2841	1378	92,87	51,51	47,84	61,65	65,79	66,27
Mangueirinha	17301	14001	11835	6622	84,53	44,05	37,24	62,68	65,32	65,20
Manoel Ribas	13684	10658	8999	3858	84,43	57,13	48,24	51,11	65,80	65,19
Marechal Cândido Rondon	51306	37834	31996	16682	84,57	47,86	40,48	76,40	65,46	65,21
Maria Helena	5957	4702	4208	2865	89,49	31,92	28,57	59,58	64,94	65,84
Marialva	34675	27916	23055	10211	82,59	55,71	46,01	69,15	65,71	64,96
Maringá	403063	261716	213696	56156	81,65	73,72	60,20	79,67	66,33	64,84
Mariópolis	6612	5353	4839	2428	90,40	49,83	45,05	66,61	65,66	65,95
Maripá	5784	5022	4494	3091	89,49	31,23	27,94	76,00	64,91	65,84
Marmeleiro	14505	11264	9512	5699	84,45	40,09	33,85	67,38	65,17	65,19
Marquinho	4826	4019	3349	2033	83,33	39,31	32,75	49,15	65,12	65,05
Marumbi	4760	3836	3495	2055	91,11	41,21	37,55	69,72	65,33	66,05
Matelândia	17491	13021	10600	6151	81,41	41,98	34,17	72,02	65,18	64,80
Matinhos	33024	29417	22015	10904	74,84	50,47	37,77	64,90	65,34	63,96
Mato rico	3622	3231	2874	1674	88,95	41,77	37,15	62,69	65,31	65,77
Mauá da Serra	9874	7142	6124	3097	85,75	49,44	42,39	61,18	65,55	65,36
Medianeira	45239	34463	28073	14181	81,46	49,49	40,31	75,61	65,45	64,81
Mercedes	5437	4545	4115	2066	90,54	49,81	45,09	75,43	65,67	65,97

TABELA 1 - CÁLCULOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

continuação

Municípios	População 2016	Eleitores 2016	Comparecimento de Eleitores 2016	Total de Votos por partido eleito 2016	partID 2016	compID 2016	ID 2016	IPDM 2015	IPDM predito pelo ID	IPDM predito pelo partID
Mirador	2324	2297	2032	1368	88,46	32,69	28,92	65,09	64,95	65,71
Miraselva	1880	1681	1613	1350	95,95	16,32	15,66	69,71	64,36	66,66
Missal	10863	8833	7938	3853	89,87	51,47	46,25	64,63	65,72	65,89
Moreira Sales	12664	19431	16386	3886	84,33	76,29	64,33	63,77	66,52	65,18
Morretes	16488	15214	12184	5567	80,08	54,31	43,50	51,69	65,60	64,64
Munhoz de Melo	3934	3473	3167	1623	91,19	48,77	44,47	64,89	65,64	66,06
Nossa Senhora das Graças	4070	3402	2961	1257	87,04	57,57	50,11	55,33	65,89	65,52
Nova Aliança do Ivaí	1527	1569	1431	750	91,20	47,62	43,43	60,42	65,59	66,06
Nova América da Colina	3549	3285	3038	2122	92,48	30,16	27,89	71,08	64,91	66,22
Nova Aurora	11418	9817	8516	3875	86,75	54,50	47,28	75,30	65,76	65,49
Nova Cantu	6471	5631	5340	2364	94,83	55,74	52,86	62,17	66,01	66,52
Nova Esperança	27986	21263	16493	7253	77,57	56,03	43,46	69,21	65,59	64,31
Nova Esperança do Sudoeste	5200	4719	4437	2895	94,02	34,76	32,68	60,57	65,12	66,42
Nova Fátima	8357	12857	10165	2149	79,06	78,87	62,35	64,69	66,43	64,50
Nova Laranjeiras	11947	15876	13058	3298	82,25	74,75	61,48	53,38	66,39	64,91
Nova Londrina	13478	10477	7845	5544	74,88	29,33	21,97	67,69	64,64	63,97
Nova Olímpia	5806	4815	4294	2408	89,18	43,93	39,18	64,57	65,40	65,80
Paranaguá	151829	92316	84269	32399	91,28	61,55	56,19	65,57	66,16	66,07
Paranapoema	3084	2203	1997	1123	90,65	43,79	39,69	65,32	65,43	65,99
Paranavaí	87316	62287	49078	26576	78,79	45,85	36,13	75,34	65,27	64,47
Pato Bragado	5369	4248	3887	2131	91,50	45,19	41,35	68,63	65,50	66,10
Pato Branco	79869	57274	47268	36504	82,53	22,77	18,79	78,78	64,50	64,95
Paula Freitas	5808	4563	4025	2010	88,21	50,07	44,17	74,95	65,62	65,67
Paulo Frontin	7326	5658	4963	1990	87,72	59,92	52,56	66,58	66,00	65,61
Peabiru	14171	10657	8542	2958	80,15	65,38	52,40	69,13	65,99	64,64
Perobal	6029	5438	4677	2295	86,01	50,94	43,81	64,28	65,61	65,39
Pérola	11020	8713	7374	4747	84,63	35,63	30,15	68,21	65,01	65,22
Pérola D'Oeste	6710	5419	4938	2794	91,12	43,43	39,57	68,92	65,42	66,05
Piên	12334	9443	8738	4232	92,53	51,57	47,72	74,48	65,78	66,23
Pinhais	128256	76626	69615	48005	90,85	31,04	28,20	74,28	64,92	66,01
Pinhal de São Bento	2749	2288	2139	980	93,49	54,21	50,68	64,03	65,91	66,35
Pinhalão	6433	5688	4861	1724	85,46	64,55	55,16	68,71	66,11	65,32
Pinhão	32152	24047	19706	7462	81,95	62,14	50,92	57,30	65,92	64,87
Piraí do Sul	25117	38257	30758	6926	80,40	77,48	62,30	59,54	66,43	64,68

TABELA 1 - CÁLCULOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

continuação

Municípios	População 2016	Eleitores 2016	Comparecimento de Eleitores 2016	Total de Votos por partido eleito 2016	partID 2016	compID 2016	ID 2016	IPDM 2015	IPDM predito pelo ID	IPDM predito pelo partID
Piraquara	106132	56721	50945	27413	89,82	46,19	41,49	56,10	65,51	65,88
Pitanga	32215	26584	21530	11096	80,99	48,46	39,25	68,43	65,41	64,75
Pitangueiras	3107	2678	2435	1321	90,93	45,77	41,62	63,70	65,51	66,02
Planaltina do Paraná	4290	3506	3050	1742	86,99	42,90	37,32	66,84	65,32	65,52
Planalto	13907	10812	9201	5264	85,10	42,79	36,42	69,04	65,28	65,28
Ponta Grossa	341130	222716	201999	84032	90,70	58,40	52,97	72,48	66,01	65,99
Pontal do Paraná	24878	19225	15175	6253	78,93	58,80	46,41	64,25	65,72	64,49
Porecatu	13863	9232	8603	6177	93,19	28,20	26,28	68,41	64,83	66,31
Porto Amazonas	4809	3817	3305	1595	86,59	51,76	44,81	63,48	65,65	65,47
Porto Barreiro	3527	3079	2795	1391	90,78	50,25	45,62	65,57	65,69	66,00
Porto Rico	2610	2482	2160	1198	87,03	44,56	38,78	68,3	65,39	65,52
Porto Vitória	4146	3321	2934	1774	88,35	39,55	34,94	64,55	65,22	65,69
Prado Ferreira	3693	2946	2849	1707	96,71	40,10	38,78	65,92	65,39	66,76
Pranchita	5517	4690	4153	2425	88,55	41,62	36,85	64,46	65,30	65,72
Presidente Castelo Branco	5186	4162	3656	1912	87,84	47,72	41,91	66,54	65,53	65,63
Primeiro de Maio	11265	17241	14906	2876	86,46	80,71	69,78	63,17	66,76	65,45
Prudentópolis	51849	38103	32146	9291	84,37	71,10	59,98	65,88	66,32	65,18
Quatiguá	7441	12953	10972	1436	84,71	86,92	73,63	68,87	66,93	65,23
Quatro Barras	22353	13939	12938	6082	92,82	53,00	49,19	74,31	65,85	66,26
Quatro Pontes	4014	3564	3243	1590	90,99	50,99	46,39	76,62	65,72	66,03
Quedas do Iguaçu	33265	23813	19176	6204	80,53	67,65	54,48	68,03	66,08	64,69
Querência do Norte	12284	8623	6924	3138	80,30	54,69	43,91	62,83	65,61	64,66
Quinta do Sol	4941	4633	3947	2545	85,19	35,53	30,27	58,28	65,01	65,29
Quitandinha	18578	13344	12050	5269	90,30	56,28	50,82	65,62	65,92	65,94
Ramilândia	4410	3653	3206	1905	87,76	40,59	35,63	52,84	65,25	65,62
Rancho Alegre	3977	3309	2931	1486	88,58	49,32	43,68	61,42	65,60	65,72
Rancho Alegre D'Oeste	2816	2612	2287	1112	87,56	51,40	45,00	67,14	65,66	65,59
Renascença	6981	5172	4609	2681	89,11	41,84	37,29	70,05	65,32	65,79
Reserva	26643	20147	16679	10642	82,79	36,20	29,97	57,71	65,00	64,98
Reserva do Iguaçu	7872	5893	5020	2741	85,19	45,41	38,68	56,42	65,38	65,29
Ribeirão Claro	10945	9454	8246	3924	87,22	52,42	45,72	63,93	65,69	65,55
Ribeirão do Pinhal	13601	11456	8697	3227	75,92	62,90	47,75	62,81	65,78	64,10
Rio Azul	15112	11205	9786	3248	87,34	66,82	58,35	66,22	66,25	65,56
Rio Bom	3348	3035	2747	1409	90,51	48,73	44,10	73,77	65,62	65,97

TABELA 1 - CÁLCULOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Municípios	População 2016	Eleitores 2016	Comparecimento de Eleitores 2016	Total de Votos por partido eleito 2016	partID 2016	compID 2016	ID 2016	IPDM 2015	continuação	
									IPDM predito pelo ID	IPDM predito pelo partID
Rio Bonito do Iguaçu	13545	10522	9113	4690	86,61	48,54	42,04	56,53	65,53	65,47
Rio Branco do Ivaí	4104	3663	3181	1231	86,84	61,32	53,25	68,96	66,03	65,50
Rio Branco do Sul	32369	23747	22120	8407	93,15	62,00	57,75	61,97	66,23	66,31
Rio Negro	33628	24141	19787	15084	81,96	23,77	19,48	72,85	64,53	64,88
Rolândia	64028	46746	37586	22954	80,40	38,93	31,30	72,72	65,06	64,68
Roncador	10921	8898	7648	4412	85,95	42,32	36,37	63,31	65,28	65,39
Rondon	9535	7515	6512	3450	86,65	47,03	40,75	73,94	65,47	65,48
Rosário do Ivaí	5298	5148	4296	2126	83,45	50,52	42,16	64,49	65,54	65,07
Sabáudia	6644	5786	5234	2523	90,46	51,81	46,86	77,22	65,74	65,96
Salgado Filho	4072	3313	3198	1635	96,53	48,89	47,19	68,57	65,76	66,74
Salto do Itararé	5179	4549	3952	1560	86,88	60,54	52,60	60,09	66,00	65,50
Salto do Lontra	14627	10841	9410	6223	86,80	33,87	29,40	65,65	64,97	65,49
Santa Amélia	3643	3258	2828	1581	86,80	44,11	38,29	64,6	65,36	65,49
Santa Cecília do Pavão	3570	3164	2815	1487	88,97	47,19	41,99	65,14	65,53	65,77
Santa Cruz de Monte Castelo	8140	6829	5815	3012	85,15	48,21	41,05	64,46	65,49	65,28
Santa Fé	11562	8539	7543	3708	88,34	50,85	44,92	66,57	65,66	65,69
Santa Helena	25665	20444	17817	8730	87,15	51,00	44,45	75,87	65,64	65,54
Santa Inês	1746	1758	1605	844	91,30	47,44	43,31	72,1	65,59	66,07
Santa Isabel do Ivaí	8877	7268	5925	4337	81,52	26,81	21,85	65,67	64,64	64,82
Santa Izabel do Oeste	14289	8758	7411	6200	84,62	16,34	13,83	69,69	64,28	65,22
Santa Mônica	3882	2923	2575	1429	88,09	44,52	39,22	63,38	65,41	65,66
Santa Tereza do Oeste	10489	8359	7803	4071	93,35	47,83	44,65	65,08	65,65	66,33
Santa Terezinha de Itaipu	22783	16353	15207	10971	92,99	27,86	25,91	67,58	64,82	66,29
Santana do Itararé	5244	4728	4083	2136	86,36	47,70	41,19	58,98	65,49	65,44
Santo Antônio da Platina	45562	32391	26179	10086	80,82	61,48	49,69	65,77	65,87	64,73
Santo Antonio do Caiuá	2749	2498	2202	1148	88,15	47,89	42,21	63,99	65,54	65,67
Santo Antônio do Paraíso	2307	2376	2147	1058	90,36	50,75	45,85	60,48	65,70	65,95
Santo Antônio do Sudoeste	20059	14644	12382	6133	84,55	50,47	42,68	65,39	65,56	65,21
Santo Inácio	5494	4653	4063	2335	87,32	42,54	37,15	77,76	65,31	65,56
São Carlos do Ivaí	6797	5248	4640	2631	88,41	43,31	38,29	75,93	65,36	65,70
São Jerônimo da Serra	11535	9166	7283	3485	79,46	52,16	41,44	52,11	65,50	64,55
São João	10676	8662	7716	3779	89,08	51,03	45,46	76,56	65,68	65,79
São João do Caiuá	6031	5008	4149	2342	82,85	43,56	36,09	64,14	65,27	64,99
São João do Ivaí	11115	9506	7968	4436	83,82	44,33	37,16	65,63	65,31	65,11

TABELA 1 - CÁLCULOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Municípios	População 2016	Eleitores 2016	Comparecimento de Eleitores 2016	Total de Votos por partido eleito 2016	partID 2016	compID 2016	ID 2016	IPDM 2015	continuação	
									IPDM predito pelo ID	IPDM predito pelo partID
São João do Triunfo	14815	11123	9742	4315	87,58	55,71	48,80	57,12	65,83	65,59
São Jorge D'Oeste	9296	8050	7315	3997	90,87	45,37	41,22	69,24	65,49	66,01
São Jorge do Ivaí	5675	4727	4175	3441	88,32	17,59	15,53	74,36	64,36	65,69
São Jorge do Patrocínio	5980	5180	4739	2609	91,49	44,96	41,13	66,56	65,49	66,09
São José da Boa Vista	6512	4935	4114	2937	83,36	28,62	23,86	58,69	64,73	65,05
São José das Palmeiras	3832	3462	3179	1867	91,83	41,28	37,91	60,91	65,35	66,14
São José dos Pinhais	302759	170705	154403	61484	90,45	60,18	54,43	73,51	66,08	65,96
São Manoel do Paraná	2184	1998	1837	1074	91,94	41,56	38,21	70,64	65,36	66,15
São Mateus do Sul	45000	32779	27804	14809	84,82	46,74	39,65	72,26	65,42	65,24
São Miguel do Guaçu	27330	21819	18228	8458	83,54	53,60	44,78	67,27	65,65	65,08
São Pedro do Guaçu	6336	4933	4665	2684	94,57	42,47	40,17	59,94	65,45	66,49
São Pedro do Ivaí	10864	7494	6400	3922	85,40	38,72	33,07	70,03	65,13	65,32
São Pedro do Paraná	2459	2438	2159	1692	88,56	21,64	19,16	53,72	64,52	65,72
São Sebastião da Amoreira	8968	7132	6120	3077	85,81	49,73	42,67	63,82	65,56	65,37
Sarandi	91344	64431	51169	21478	79,42	58,03	46,08	62,13	65,71	64,55
Saudade do Guaçu	5410	4828	4411	2521	91,36	42,86	39,16	75,55	65,40	66,08
Sengés	19373	14244	11424	4513	80,20	60,50	48,52	64,47	65,82	64,65
Serranópolis do Guaçu	4645	4328	3964	1842	91,59	53,55	49,04	69,72	65,84	66,11
Sertaneja	5678	5139	4482	2682	87,22	40,17	35,03	73,88	65,22	65,55
Sertanópolis	16429	13475	11162	6274	82,83	43,80	36,28	70,86	65,28	64,99
Siqueira Campos	20303	16053	13039	7186	81,22	44,89	36,46	70,77	65,28	64,78
Sulina	3257	2983	2703	1411	90,61	47,82	43,33	71,94	65,59	65,98
Tamarana	13939	8245	7294	3628	88,47	50,27	44,47	54,49	65,64	65,71
Tamboara	5028	4304	3871	2043	89,94	47,24	42,48	63,45	65,55	65,90
Tapejara	15835	11942	10024	5688	83,94	43,26	36,31	73,01	65,28	65,13
Tapira	5824	4838	4309	1962	89,07	54,48	48,52	64,82	65,82	65,78
Teixeira Soares	11666	8035	6912	3890	86,02	43,73	37,62	62,87	65,34	65,39
Telêmaco Borba	76550	50805	41062	17253	80,82	57,98	46,86	70,21	65,74	64,73
Terra Boa	16887	12802	10526	9630	82,22	8,51	7,00	73,99	63,98	64,91
Terra rica	16453	12302	9960	3735	80,96	62,51	50,61	69,88	65,91	64,75
Terra Roxa	17573	13268	11146	6617	84,01	40,64	34,14	62,37	65,18	65,14
Tibagi	20470	15105	12138	5729	80,36	52,81	42,43	60,52	65,55	64,67
Tijucas do Sul	16161	10789	10188	5437	94,43	46,64	44,04	66,17	65,62	66,47
Toledo	133824	89820	81174	42733	90,37	47,36	42,80	79,78	65,56	65,95

TABELA 1 - CÁLCULOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Municípios	População 2016	Eleitores 2016	Comparecimento de Eleitores 2016	Total de Votos por partido eleito 2016	partID 2016	compID 2016	ID 2016	IPDM 2015	conclusão	
									IPDM predito pelo ID	IPDM predito pelo partID
Tomazina	8544	6811	5873	2844	86,23	51,58	44,48	63,60	65,64	65,42
Três Barras do Paraná	12242	9175	8186	3924	89,22	52,07	46,46	70,42	65,73	65,80
Tunas do Paraná	7767	4867	4456	2602	91,56	41,62	38,10	53,20	65,36	66,10
Tuneiras do Oeste	8847	7211	6309	3473	87,49	44,96	39,34	65,51	65,41	65,58
Tupãssi	8269	6477	5818	2842	89,83	51,16	45,96	73,37	65,70	65,88
Turvo	13712	10843	10160	5376	93,70	47,09	44,12	61,73	65,62	66,38
Ubiratã	21812	17379	14878	7987	85,61	46,32	39,65	75,33	65,43	65,34
Umuarama	109132	77467	59494	27434	76,80	53,89	41,39	69,84	65,50	64,21
Uraí	11678	8692	7410	5504	85,25	25,73	21,93	64,83	64,64	65,30
Ventania	11252	7556	6529	2818	86,41	56,85	49,12	62,20	65,84	65,44
Vera cruz do Oeste	8958	7026	5925	2233	84,33	62,32	52,56	66,98	66,00	65,18
Verê	7745	6836	6420	3217	93,91	49,90	46,86	71,78	65,74	66,40
Virmond	4090	3592	3242	1546	90,26	52,33	47,23	71,64	65,76	65,94
Vitorino	6853	5601	4898	2658	87,45	45,74	40,00	67,55	65,44	65,58

**APÊNDICE B - SCRIPT DA ESTRUTURA FINAL DO TRATAMENTO
DOS DADOS EFETUADONO PROGRAMA R CORE**

APÊNDICE B - SCRIPT DA ESTRUTURA FINAL DO TRATAMENTO DOS DADOS EFETUADONO PROGRAMA R CORE

Script da análise seguido pela estrutura final do banco de dados, como primeira estrutura apresentam-se os dados referentes às eleições municipais. Posteriormente, o resultado final foi analisado pelo instrumento estatístico - ANOVA.

```

#=====
#=====

# importar banco de dados

bd1<-read.csv("base_dados_eleicoes_2016.csv", header=TRUE, sep=";")
bd2<-read.csv("base_dados_eleicoes_2016_voto_CANDIDATOS.csv",
header=TRUE, sep=";", stringsAsFactors = FALSE)
bd3<-read.csv("base_dados_eleicoes_2016_voto_partido.csv",
header=TRUE, sep=";", stringsAsFactors = FALSE)

# bd1: Banco de dados das eleições 2016 com números de votantes e
votos (nominais, abstenções, brancos e nulos);
# bd2: Banco de dados dos candidatos 2016, com seus dados pessoais
e coligações e partidos;
# bd3: Banco de dados dos votos nos partidos e coligações 2016.

#=====
#=====

# organização (tratamento/limpeza do bd1)

bd1<-subset(bd1,bd1$NUM_TURNO==1& bd1$CODIGO_CARGO==11)

# criar função1 para proceder à soma das linhas referente as zonas
eleitorais

funcao1<-function(bd,vetor_indices){
vetor<-c()
for(iin1:length(vetor_indices)){
vetor<-c(vetor,sum(bd[,vetor_indices[i]]))
}
return(vetor)
}

vetor_indices<-c(17,19:23)
municipios<-unique(bd1$NOME_MUNICIPIO)
bd1_final<-data.frame(matrix(nrow = 0,ncol = 6))
names(bd1_final)<-c(names(bd1)[vetor_indices])
MUNICIPIOS<-c()

for(iin1:length(municipios)){

cidade<-subset(bd1,bd1$NOME_MUNICIPIO==municipios[i])
MUNICIPIOS<-c(MUNICIPIOS,as.character(municipios[i]))
bd1_final<-rbind(bd1_final,funcao1(cidade,vetor_indices))
}

```

```

bd1_final<-data.frame(MUNICIPIOS,bd1_final)
names(bd1_final)<-c("MUNICIPIOS",names(bd1)[vetor_indices])

bd1_final<-subset(bd1_final,bd1_final$MUNICIPIOS!="QUARTO
CENTENÁRIO"& bd1_final$MUNICIPIOS!="GUARAQUEÇABA")
bd1_final$MUNICIPIOS <- as.character(bd1_final$MUNICIPIOS)

#=====
=====

# organização (tratamento/limpeza do bd2)

bd2_final<-subset(bd2,bd2$DESCRICAÇÃO_CARGO=="PREFEITO"&
bd2$DESC_SIT_TOT_TURNO=="ELEITO"&          bd2$DESCRICAÇÃO_ELEICAO=="Eleições
Municipais 2016")
bd2_final<-data.frame(bd2_final[,c(9,12,20,21,24)])

#=====
=====

# organização (tratamento/limpeza do bd3)
# Extrair o numero de votos do candidato eleito nas eleições
municipais, independentemente de, eventualmente a eleição ter se
consumado, de fato, como suplementar.

bd3_final<-subset(bd3,bd3$DESCRICAÇÃO_ELEICAO=="Eleições Municipais
2016"&          bd3$DESCRICAÇÃO_CARGO=="Prefeito"&          bd3$NOME_MUNICIPIO!="QUARTO
CENTENÁRIO"& bd3$NOME_MUNICIPIO!="GUARAQUEÇABA"& bd3$NUM_TURNO==1)

procv=bd2_final[,c(1,3)]

vot.elei=c()
for(iin1:nrow(procv)){
sub=subset(bd3_final,bd3_final$NOME_MUNICIPIO==procv$DESCRICAÇÃO_UE[i
] & bd3_final$SIGLA_PARTIDO==procv$SIGLA_PARTIDO[i])
vot.elei=c(vot.elei,funcaol(sub,20))
}# estava por zona eleitoral, tive que fazer um procedimento
semelhante a limpeza do bd1.

bd2_final=data.frame(bd2_final,vot.elei)
names(bd2_final)[1]=names(bd1_final)[1] # Isso foi preciso para
fazer o 'merge()'

#=====
=====

# Importando os dados referentes à população
pop = read.csv2("populacao_PR2016.csv",stringsAsFactors = FALSE)
pop = subset(pop,pop$Localidade!= "Guaraqueçaba"&pop$Localidade!=
"Quarto Centenário")
pop$Localidade = toupper(pop$Localidade)
names(pop)=c("MUNICIPIOS", "Pop")

#=====
=====

# organização (banco de dados final)

bd_final<- merge(bd1_final,bd2_final, by="MUNICIPIOS")
# Agora, vamos importar os dados do IPDM_2015.csv. Será excluído os
dois municípios descartados da análise,

```

```

# conforme explicado acima: "QUARTO CENTENÁRIO" e "GUARAQUEÇABA".
ipdm_2015=read.csv("IPDM_2015.csv",header=TRUE,dec=",",sep=";",stringsAsFactors = FALSE)
ipdm_2015=subset(ipdm_2015,toupper(ipdm_2015$Localidade)!="QUARTO CENTENÁRIO"&
toupper(ipdm_2015$Localidade)!="GUARAQUEÇABA")
ipdm_2015$Localidade=toupper(ipdm_2015$Localidade)
rownames(ipdm_2015)=NULL
names(ipdm_2015)=c("MUNICIPIOS","IPDM_2015")
bd_final=merge(bd_final,ipdm_2015,by="MUNICIPIOS")
bd_final$IPDM_2015=bd_final$IPDM_2015*100
names(bd_final)=c(names(bd_final)[1],"eleitor.,"compar.",names(bd_final)[4:13])
partID=(bd_final$compar./bd_final$eleitor.)*100
compID=((bd_final$compar.-bd_final$vot.elei)/(bd_final$compar.-1))*100
ID=(compID*partID)/100
bd_final=data.frame(bd_final,partID,compID,ID)
bd_final=merge(bd_final,pop,by="MUNICIPIOS")

#=====
=====

# estrutura dos dados

str(bd_final)
## 'data.frame':397 obs. of17 variables:
##$ MUNICIPIOS:chr"ABATIÁ""ADRIANÓPOLIS""AGUDOS DO SUL""ALMIRANTE TAMANDARÉ" ...
##$ eleitor.: int6078 4931 6692 61531 3280 3176 10325 7459 15109 7321 ...
##$ compar.:int5186 4466 6362 55884 3015 2774 8638 6329 12806 6320 ...
##$ QTD_ABSTENCOES:int892 465 330 5647 265 402 1687 1130 2303 1001 ...
##$ QTD_VOTOS_NOMINAIS: int5031 4231 5996 49036 2264 2679 7973 5914 12183 6011 ...
##$ QTD_VOTOS_BRANCOS :int44 51 124 2826 228 19 177 125 159 87 ...
##$ QTD_VOTOS_NULOS:int111 184 242 4022 523 76 488 290 464 222 ...
##$ NOME_CANDIDATO:chr"NELSON GARCIA JUNIOR""ALCIDES RODRIGUES BASSETE""LUCIANE MAIRA TEIXEIRA""GERSON DENILSON COLODEL" ...
##$ SIGLA_PARTIDO:chr"PDT""PSC""PMDB""PMDB" ...
##$ NOME_PARTIDO:chr"PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA""PARTIDO SOCIAL CRISTÃO""PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO""PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO" ...
##$ COMPOSICAO_LEGENDA: chr"PT / PP / PDT / PSD / PMDB""PSC / PT""PDT / PT / PTB / PMDB / PR / DEM / PSD / PROS""PMDB / PRB / PDT / PTN / DEM / PT / PC do B / PRP / PV / PR / PRTB / PPL / PEN" ...
##$ vot.elei:int3370 2900 2957 22068 2264 1363 5968 2948 7449 3507 ...
##$ IPDM_2015: num60.1 63 57.7 53.8 65.4 ...
##$ partID: num85.3 90.6 95.1 90.8 91.9 ...
##$ compID: num35 35.1 53.5 60.5 24.9 ...
##$ ID: num29.9 31.8 50.9 55 22.9 ...
##$ Pop: int7795 6293 9073 114129 3143 3037 14606 10253 21867 11148 ...

summary(bd_final)
##MUNICIPIÓSeleitor.compar.QTD_ABSTENCOES
##Length:397Min.:1417Min.:1247Min.:68
##Class :character1st Qu.:43411st Qu.:38871st Qu.:441
##Mode:characterMedian :7494Median :6512Median :957

```

```

##Mean:20358Mean:17401Mean:2957
##3rd Qu.:146443rd Qu.:121843rd Qu.:2335
##Max.:1289204Max.:1077252Max.:211952
##QTD_VOTOS_NOMINAIS          QTD_VOTOS_BRANCOS          QTD_VOTOS_NULOS
NOME_CANDIDATO
##Min.:1221Min.:3.0Min.:23Length:397
##1st Qu.:35381st Qu.:41.01st Qu.:118Class :character
##Median :5987Median :96.0Median :268Mode:character
##Mean: 15260Mean:608.9Mean: 1533
##3rd Qu.: 114223rd Qu.:263.03rd Qu.:646
##Max.:928856Max.:51495.0Max.:96901
##SIGLA_PARTIDONOME_PARTIDOCOMPOSICAO_LEGENDAvo.t.elei
##Length:397Length:397Length:397Min.:616
##Class :characterClass :characterClass :character1st Qu.:2032
##Mode:characterMode:characterMode:characterMedian :3370
##Mean:7792
##3rd Qu.:6177
##Max.:356539
##IPDM_2015partIDcompIDID
##Min.:44.64Min.:74.84Min.: 8.513Min.: 7.00
##1st Qu.:61.971st Qu.:83.351st Qu.:42.7501st Qu.:36.79
##Median :65.67Median :87.15Median :48.118Median :41.82
##Mean:65.49Mean:86.79Mean:47.498Mean:41.18
##3rd Qu.:70.033rd Qu.:90.373rd Qu.:52.7343rd Qu.:45.85
##Max.:85.93Max.:96.99Max.:86.920Max.:73.63
##Pop
##Min.:1403
##1st Qu.:5179
##Median :10253
##Mean:28287
##3rd Qu.:18740
##Max.:1893997

```

**APÊNDICE C - SCRIPT DA DIFERENÇA ENTRE ELEIÇÕES SUPLEMENTARES
E ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARA SETE MUNICÍPIOS NO PROGRAMA R CORE**

APÊNDICE C - SCRIPT DA DIFERENÇA ENTRE ELEIÇÕES SUPLEMENTARES E ELEIÇÕES MUNICIPAIS PARA SETE MUNICÍPIOS NO PROGRAMA R CORE

```
##tratamento resposta
## 1Municipal 71.20034
## 2Municipal 64.33412
## 3Municipal 62.35349
## 4Municipal 61.48115
## 5Municipal 62.29651
## 6Municipal 69.78022
## 7Municipal 73.62672
## 8Suplementar 42.43229
## 9Suplementar 37.62875
## 10 Suplementar 44.32671
## 11 Suplementar 39.72823
## 12 Suplementar 48.83178
## 13 Suplementar 50.17071
## 14 Suplementar 39.28204
##Df Sum SqMeanSq F valuePr(>F)
## dados_anova$tratamento118901890.278.49 1.3e-06 ***
## Residuals1228924.1
## ---
## Signif. codes:0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
##
##Bartlett test of homogeneity of variances
##
## data:anova$residualsand dados_anova$tratamento
## Bartlett's K-squared = 0.003986, df = 1, p-value = 0.9497
##
##Shapiro-Wilk normality test
##
## data:anova$residuals
## W = 0.87744, p-value = 0.05344
## [1] "FOZ DO IGUAÇU"
## [1] "MOREIRA SALES"
## [1] "NOVA FÁTIMA"
## [1] "NOVA LARANJEIRAS"
## [1] "PIRAÍ DO SUL"
## [1] "PRIMEIRO DE MAIO"
## [1] "QUATIGUÁ"
```

**APÊNDICE D - SCRIPT DO CÁLCULO DE
CORRELAÇÃO ENTRE O ID E O IPDM**

APÊNDICE D - SCRIPT DO CÁLCULO DE CORRELAÇÃO ENTRE O ID E O IPDM

```
##  
## Call:  
## lm(formula = IPDM.2015 ~ ID.2016)  
##  
## Residuals:  
##Min1QMedian3QMax  
## -20.8723-3.67550.22384.667319.5460  
##  
## Coefficients:  
##Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)  
## (Intercept) 63.091281.6055039.30<2e-16 ***  
## ID.20160.058900.038491.530.127  
## ---  
## Signif. codes:0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1  
##  
## Residual standard error: 6.753 on 395 degrees of freedom  
## Multiple R-squared:0.005893,Adjusted R-squared:0.003376  
## F-statistic: 2.341 on 1 and 395 DF,p-value: 0.1268
```

**APÊNDICE E - SCRIPT DO CÁLCULO DE
CORRELAÇÃO ENTRE O PARTID E O IPDM**

APÊNDICE E - SCRIPT DO CÁLCULO DE CORRELAÇÃO ENTRE O PARTID E O IPDM

```
##  
## Call:  
## lm(formula = IPDM.2015 ~ partID.2016)  
##  
## Residuals:  
##Min1QMedian3QMax  
## -21.0310-4.01760.17884.612820.8458  
##  
## Coefficients:  
##Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)  
## (Intercept) 54.412646.444348.443 5.93e-16 ***  
## partID.20160.127710.074181.7220.0859 .  
## ---  
## Signif. codes:0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1  
##  
## Residual standard error: 6.748 on 395 degrees of freedom  
## Multiple R-squared:0.007449, Adjusted R-squared:0.004936  
## F-statistic: 2.964 on 1 and 395 DF, p-value: 0.08591
```